



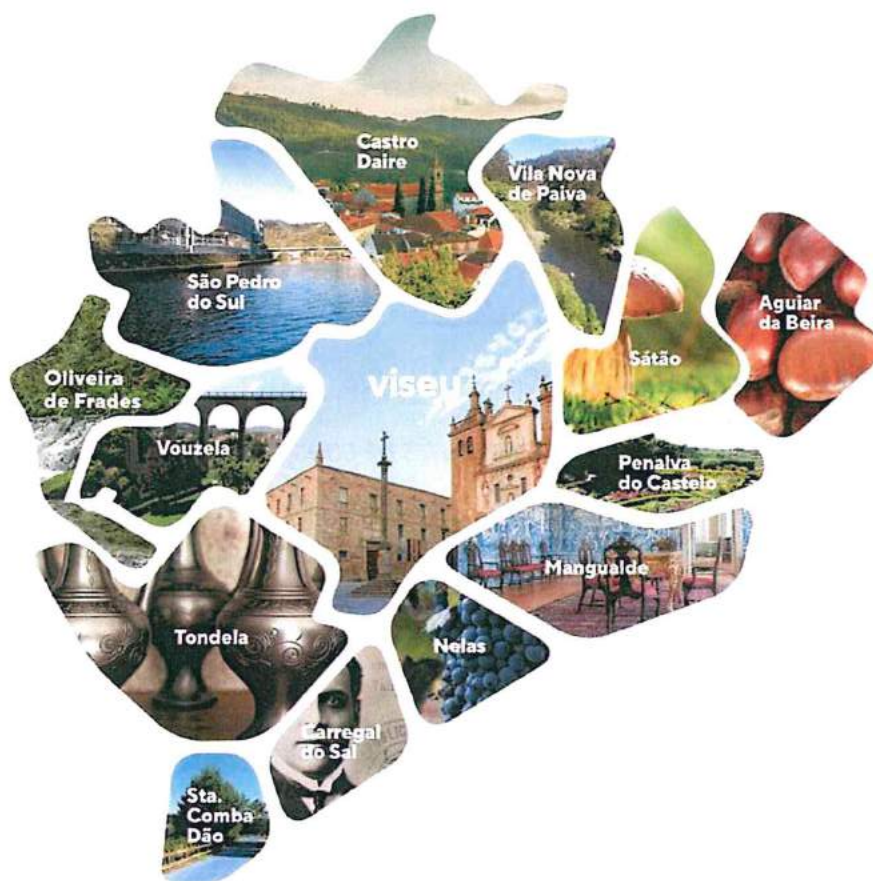
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

**APROVADO POR
UNANIMIDADE**

23/11/2020

Ex
Aprova de 4
unanimidade
Tondela, 30/11/2020
[Signature]

Opções do Plano e Orçamento 2021



Nota explicativa

APROVADO POR
UNANIMIDADE

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL.....	3
2. APRESENTAÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES.....	6
2.1 CONSTITUIÇÃO E OBJETO	6
2.2 MUNICÍPIOS ASSOCIADOS	7
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	8
3.1 ORGANIGRAMA.....	8
3.2 ORGÃOS SOCIAIS	8
3.3 RECURSOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL.....	10
3.3.1 RECURSOS FÍSICOS.....	10
3.3.2 RECURSOS HUMANOS	11
4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2021	14
5. ANEXOS.....	81
5.1 ORÇAMENTOS DE ENTIDADES CONTROLADAS	82
5.2 RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS RESULTANTES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS	84

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

Durante o ano de 2021, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, continuará a desenvolver um conjunto de iniciativas e de projetos, explicitados, de forma detalhada, ao longo deste documento.

O documento estratégico, que conta com um orçamento que ascende a mais de 10ME, é um orçamento realista, que tem em conta as exigências dos novos tempos, com a presença da pandemia Covid-19 na nossa região e no País, mas com uma noção clara dos desafios que a região tem pela frente e com olhos postos no futuro.

A CIM Viseu Dão Lafões, enquanto entidade intermunicipal, tem vindo a assumir um papel cada vez mais preponderante na governação da região e, por essa razão, pretende dar continuidade ao trabalho da plataforma de cooperação intermunicipal, em articulação com todos os atores da região, em vários domínios temáticos como é o caso da educação e da qualificação, do turismo e da cultura, da coesão social, do emprego e do empreendedorismo, da proteção civil intermunicipal e da defesa da floresta, da mobilidade e dos transportes, entre outras.

Neste contexto, a área da Mobilidade e dos Transportes continuará a assumir, no ano de 2021, um grande destaque. Desde muito cedo, que esta Comunidade Intermunicipal, entendeu, que a mobilidade e consequentemente o sistema de transportes enquanto o seu suporte físico, constituem fator central na competitividade do território e na sua coesão económica e social.

Pre vemos, no primeiro trimestre do ano, lançar, novamente, o concurso público internacional para a concessão da rede de transportes da nossa região.

De destacar, também, no final do presente ano, e início do ano de 2021, o projeto piloto de transporte flexível, inicialmente em seis municípios, mas que depois pretendemos alargar a todo o território. Continuaremos, ainda, as medidas de redução tarifária, no âmbito do PART, a aplicar nos passes mensais e nos bilhetes pré-comprados dos serviços rodoviários.

Esperamos, também, no próximo ano, iniciar a execução de um projeto no domínio da mobilidade suave, com a construção de várias ciclovias e/ou vias pedonais e o investimento em modos de transporte mais suaves, como é o caso das bicicletas.

Na área da Educação, pretendemos, continuar a desenvolver, o plano de promoção do sucesso educativo nas escolas da nossa região, com vários projetos inovadores, em perfeita articulação com os agrupamentos de escolas e cada um dos municípios.

No domínio do Turismo e da Cultura, esta Comunidade Intermunicipal, pretende continuar a desenvolver o plano de ação no âmbito dos produtos turísticos integrados de base intermunicipal, assim como a execução de dois projetos recentemente aprovados, pelo Programa Valorizar, como é o caso da estruturação de um produto turístico associado ao Enoturismo e ao Megalitismo.

De destacar, também, a construção da Ecopista de Vouga, uma aspiração de muitos anos da nossa região.

Este projeto, alavancará, ainda mais, o produto compósito de turismo de natureza que estamos a desenvolver no nosso território, que alia percursos pedestres, centros de BTT e Trail, às Subidas Épicas, afirmando a região, no contexto nacional, enquanto destino de excelência, entre os amantes

do Turismo Natureza. No domínio da programação cultural em rede, continuaremos a desenvolver um conjunto de espetáculos e criações culturais, que percorrerão os 14 municípios durante o próximo ano.

Na área da Proteção Civil Intermunicipal e da Defesa da Floresta, as brigadas de sapadores florestais darão continuidade aos trabalhos de silvicultura preventiva e manutenção da rede primária a que se associa, também, o trabalho de planeamento estratégico do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal.

O plano e orçamento para o ano de 2021, prevê, também, a concretização do Sistema de Informação Cadastral Simplificado, no território dos municípios que não dispõem de cadastro geométrico da propriedade rústica ou cadastro predial.

De referir, igualmente, a continuação do desenvolvimento do projeto “Life Landscape Fire”, aprovado pela Comissão Europeia, que tem como objetivo principal o desenvolvimento de medidas, de grande escala, de prevenção contra os fogos florestais, assim como se espera o início da execução dos trabalhos de instalação do sistema de videovigilância da nossa floresta, logo após a receção do visto do tribunal de contas.

De salientar que o ano de 2021 marcará o início do próximo quadro financeiro plurianual 2021-2027, pelo que os trabalhos da definição de uma estratégia de desenvolvimento territorial para a Região Viseu Dão Lafões terão continuidade, a que se seguirá o processo de contratualização com os vários Programas Operacionais.

Uma nota importante, também, referente ao dossier do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), já que, através de uma iniciativa da CIM Viseu Dão Lafões, a que se juntaram as restantes Comunidades Intermunicipais da Região Centro, foi possível aprovar, em reunião do Conselho Regional, uma proposta que defende que o planeamento e a gestão do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) deverá contar com o reforço do papel, da participação e do envolvimento ativo das Comunidades Intermunicipais e dos seus municípios.

Com esta proposta, pretendeu-se, assegurar, a territorialização do PRR, defendendo, como instrumento, um Pacto Regional, coordenado e liderado pela CCDR do Centro.

Neste âmbito, foi apresentado como projeto estruturante, estratégico, chave e prioritário para a nossa região, a “Criação do Centro Oncológico no Centro Hospitalar Tondela/Viseu | Criação e reforço da rede de Psiquiatria e de Cuidados Continuados”.

A CIM Viseu Dão Lafões irá acompanhar, de muito perto, este dossier, já que o mesmo se revela decisivo para uma maior resiliência do nosso território, e para o combate às assimetrias regionais. A nossa região deve, assim, ter uma voz e um papel ativo na definição/aplicação dos recursos do Plano de Recuperação e de Resiliência (PRR).

É altura de colocar o território a determinar as grandes prioridades de investimento e a consequente distribuição de verbas.

Vamos, igualmente, durante o ano de 2021, como o temos feito até aqui, acompanhar, de muito perto, juntamente com as Autoridades de Saúde e com a Proteção Civil, todos os desenvolvimentos

da pandemia COVID-19, na nossa região. O trabalho à escala intermunicipal, e em articulação com os restantes atores, regionais e nacionais, revela-se decisivo no controlo desta pandemia.

Mas, o sucesso do trabalho desenvolvido até aqui, só foi possível, com o esforço conjunto de todos os autarcas, dirigentes e técnicos desta Comunidade Intermunicipal, pelo que não poderia deixar de reconhecer e agradecer a todos o empenho e, fundamentalmente, a grande capacidade de compromisso e de trabalho conjunto.

Estou convicto, que esta matriz, nos irá acompanhar nos próximos tempos, ao serviço da nossa região Viseu Dão Lafões. Estou certo de que esta Comunidade Intermunicipal irá continuar a assumir-se como uma instituição de reconhecido mérito no panorama da intermunicipalidade e alcançará os maiores êxitos, no futuro, em benefício da nossa região.

O Presidente do Conselho Intermunicipal,

Rogério Mota Abrantes

2. APRESENTAÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES

2.1 CONSTITUIÇÃO E OBJETO

Os Municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, São Pedro do Sul, Sátão, Santa Comba Dão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, constituíram entre si, no dia doze de março de dois mil e sete, uma Associação de Municípios de Fins Específicos com a denominação Associação de Municípios da Região Dão Lafões (AMRDL).

Com a entrada em vigor da Lei nº 45/2008, estes municípios transformaram a AMRDL em Comunidade Intermunicipal, no dia 26 de novembro de 2008, passando a mesma a adotar a figura jurídica de pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e de âmbito territorial correspondente à NUT III, designada como Dão Lafões.

A associação passou a adotar a denominação de Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões (CIMRDL) e os objetivos definidos para esta nova entidade visavam a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido pela Comunidade, a articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal, a participação na contratualização e na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN e o planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supramunicipal.

No ano de 2013, com a entrada em vigor de nova legislação relativa às associações públicas de autarquias locais, designadamente a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a CIM assumiu a natureza de entidade intermunicipal e adotou a designação Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL).

De acordo com a referida lei, as Comunidades Intermunicipais visam a prossecução dos seguintes fins públicos:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito dos quadros financeiros plurianuais da política comunitária europeia;
- d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal;
- e) Assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central em áreas como Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos; Rede de equipamentos de saúde; Rede educativa e de formação profissional; Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais; Segurança e proteção civil; Mobilidade e transportes; Redes de equipamentos públicos; Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural; Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer;

- f) Exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram.

2.2 MUNICÍPIOS ASSOCIADOS

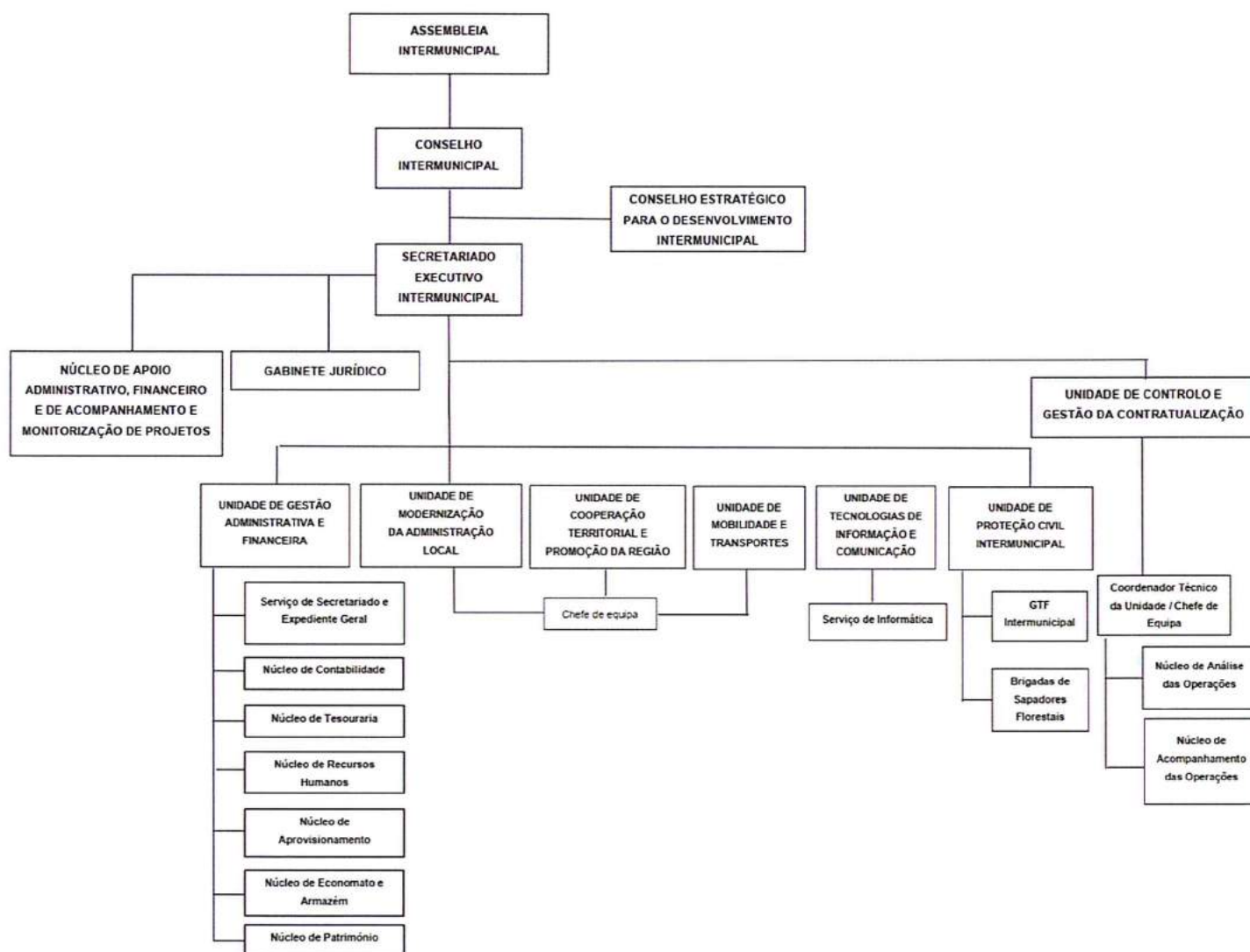
Os Municípios associados da CIM Viseu Dão Lafões são:

- Aguiar da Beira
- Carregal do Sal
- Castro Daire
- Mangualde
- Nelas
- Oliveira de Frades
- Penalva do Castelo
- Santa Comba Dão
- São Pedro do Sul
- Sátão
- Tondela
- Vila Nova de Paiva
- Viseu
- Vouzela

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1 ORGANIGRAMA

Apresenta-se, de seguida, o organigrama com a atual organização dos serviços da CIM Viseu Dão Lafões:



3.2 ORGÃOS SOCIAIS

A CIM Viseu Dão Lafões tem como órgãos sociais a Assembleia Intermunicipal, o Conselho Intermunicipal, o Secretariado Executivo Intermunicipal e o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

- **Assembleia Intermunicipal:** Órgão deliberativo da CIM, constituído por membros das Assembleias Municipais dos municípios que integram a Comunidade. A atual mesa, resultante das eleições autárquicas de outubro de 2017 e eleita na reunião de Assembleia realizada no dia 11 de dezembro de 2017, é constituída pelos seguintes membros:
 - Presidente: Rui Alberto Nunes dos Santos
 - Vice-Presidente: Alberto Gonçalves da Ascensão
 - Secretária: Marta Susana Alves Palrinhas

- **Conselho Intermunicipal:** Órgão executivo e deliberativo da Comunidade Intermunicipal, constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais de cada um dos 14 municípios integrantes da Comunidade, sendo de entre eles eleito o Presidente e dois Vice-Presidentes. Neste momento estes cargos são ocupados por:
 - Presidente: Rogério Mota Abrantes, Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal
 - Vice-Presidente: Elísio Oliveira Duarte Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Mangualde
 - Vice-Presidente: Paulo Martins de Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire

- **Secretariado Executivo Intermunicipal:** Órgão executivo da CIM, cujos membros são eleitos pela Assembleia Intermunicipal com base numa proposta do Conselho Intermunicipal. Por deliberação da Assembleia Intermunicipal da CIM, em reunião realizada no dia 19 de dezembro de 2017, foi designado, como Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Luís Nuno Tenreiro da Cruz M. Martinho.

- **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal:** Órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos e constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais.

Este órgão é composto pelo Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, que preside ao Órgão, e ainda pelos representantes das seguintes entidades:

- ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão;
- ADDLAP - Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva;
- ADICES - Associação de Desenvolvimento Local;
- Administração Regional de Saúde do Centro;
- ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado nas Serras de Montemuro, Arada e Gralheira;
- AIRV - Associação Empresarial da Região de Viseu;
- Associação Comercial do Distrito de Viseu;
- CFAE – Centro de Formação da Associação de Escolas Castro Daire e Lafões;
- Comando Distrital de Operações de Socorro da Guarda;
- Comando Distrital de Operações de Socorro de Viseu;

- Comando Territorial da GNR de Viseu;
- Comissão Vitivinícola Regional do Dão;
- Diocese de Lamego;
- Diocese de Viseu;
- Direção de Cultura do Centro;
- Direção Regional da Economia do Centro;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Delegação Regional do Centro;
- Federação dos Bombeiros do Distrito de Viseu;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional - Delegação Regional do Centro;
- Instituto de Segurança Social - Centro Distrital de Viseu;
- Instituto Piaget;
- Instituto Politécnico de Viseu;
- PSP Comando Distrital de Viseu;
- Regimento de Infantaria nº 14;
- Turismo do Centro de Portugal;
- União de Misericórdias Portuguesas - Secretariado Regional de Viseu;
- União Distrital de Viseu das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- Universidade Católica - Campus de Viseu.

Tem também assento no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, com o estatuto de observador, a CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Não tendo qualidade de membros, podem também assistir e participar no CEDI, os Presidentes das Câmaras Municipais da área da CIM Viseu Dão Lafões, o Presidente da Assembleia Intermunicipal e o Secretariado Executivo Intermunicipal.

3.3 RECURSOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

3.3.1 RECURSOS FÍSICOS

Em termos de instalações, a CIM Viseu Dão Lafões funciona, atualmente, nos pisos 0 e 1 do Edifício Novo Ciclo - Rua Dr. Ricardo Mota, na cidade de Tondela, nas quais dispõe de uma sala de formação, de uma sala de reuniões para o Conselho Intermunicipal e de um pequeno auditório que permite a realização de sessões de trabalho e reuniões com os municípios, associações, instituições e demais entidades da região.

No entanto, as brigadas de sapadores de florestais encontram-se instaladas na Base das Lajes, em Sátão, e na Base de Alva, em Castro Daire.

Dar, também, nota que, que desde 2015, e em resultado do despacho n.º 2387/2015, de 9 de março, exarado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, que afeta a transferência da universalidade jurídica indivisível da Assembleia Distrital de Viseu à CIM Viseu Dão Lafões, a CIM

passou a ser proprietária da Casa do Adro, na cidade de Viseu, utilizando a mesma para a realização de algumas reuniões de trabalho e workshops no âmbito dos projetos desenvolvidos.

No que se refere aos investimentos em imobilizado corpóreo, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a adquirir, nos últimos anos, equipamento administrativo, informático e algum software para fazer face à sua atividade operacional e ao necessário apetrechamento das suas instalações, bem como equipamentos de proteção individual para equipar e assegurar o funcionamento das brigadas de sapadores florestais.

De referir, também, que as brigadas de sapadores florestais, para o necessário desempenho das suas funções, dispõem de um trator e de seis viaturas apetrechadas com equipamento coletivo motomanual e manual, os quais foram entregues à CIM Viseu Dão Lafões, pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), em regime de comodato.

Para o ano de 2021 está prevista a aquisição de alguns equipamentos informáticos, administrativos e software, que permitam dotar os postos de trabalho dos meios necessários à sua atividade, bem como a aquisição de equipamentos de proteção individual e maquinaria, para assegurar o normal funcionamento das brigadas de sapadores florestais.

3.3.2 RECURSOS HUMANOS

Para prossecução das atribuições a que se referem os respetivos estatutos, a CIM Viseu Dão Lafões, adota uma estrutura matricial, na aceção do artigo 9.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, cabendo ao Secretariado Executivo Intermunicipal a criação, alteração ou extinção de equipas multidisciplinares.

Assim, no que se refere à vertente dos recursos humanos, a Comunidade Intermunicipal dispõe, neste momento, de um quadro de pessoal composto por 39 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

- Um Secretariado Executivo Intermunicipal composto por um Primeiro Secretário;
- Quatro técnicos superiores afetos à Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização, assumindo um deles a função de Coordenador (Chefe de Equipa Multidisciplinar) da Estrutura de Apoio Técnico criada no âmbito do processo de contratualização estabelecido entre a CIM Viseu Dão Lafões e a Autoridade de Gestão do Programa “Centro 2020”;
- Dois técnicos superiores, na Unidade de Modernização da Administração Local, assumindo um deles a função de Chefe de Equipa Multidisciplinar;
- Três técnicos superiores na Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região, estando a liderança desta unidade cometida ao Chefe de Equipa da Unidade de Modernização da Administração Local;
- Um técnico superior na Unidade de Mobilidade e Transportes, estando a liderança desta unidade cometida ao Chefe de Equipa da Unidade de Modernização da Administração Local;
- Um técnico superior, em regime de mobilidade, na Unidade de Tecnologias de Informação e Comunicação;

- Um técnico superior na Unidade de Proteção Civil Intermunicipal, o qual assume a função de chefe da brigada de sapadores florestais. De referir que, a liderança desta unidade está cometida a um dos técnicos da Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização;
- Vinte e um assistentes operacionais na Unidade de Proteção Civil Intermunicipal, os quais assumem as funções de sapadores florestais;
- Um técnico superior na Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, estando a coordenação desta unidade cometida à Coordenadora da EAT (Chefe de Equipa Multidisciplinar);
- Dois assistentes técnicos na Unidade de Gestão Administrativa e Financeira;
- Dois assistentes operacionais na Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, a exercer funções no edifício da Casa do Adro, em Viseu, fruto da transferência da universalidade jurídica indivisível da Assembleia Distrital de Viseu para a CIM Viseu Dão Lafões.

Salienta-se, ainda, que a alocação destes colaboradores às Unidades Orgânicas supra referidas não prejudica a mobilidade funcional que possa existir, por conveniência de serviço, pelo que, nesse âmbito, e tendo em conta a necessidade de reforçar a Estrutura de Apoio Técnico, em resultado do acréscimo de trabalho associado ao processo de contratualização, um dos técnicos da Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região e o técnico da Unidade de Gestão Administrativa e Financeira encontram-se alocados à referida Estrutura. Para além disso, e em resultado da criação do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal e das Brigadas de Sapadores Florestais, um dos técnicos da Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização foi designado chefe de equipa da Unidade de Proteção Civil Intermunicipal, tendo em consideração o seu vasto currículo na área em apreço.

De referir, também, que se encontram a decorrer vários procedimentos para contratação de:

- Um técnico superior para a Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Um técnico superior para a Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização, em regime de mobilidade;
- Um técnico superior para a Unidade de Mobilidade e Transportes, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Um técnico superior para a Unidade de Proteção Civil Intermunicipal, para assegurar as funções associadas ao Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Cinco assistentes operacionais para a Unidade de Proteção Civil Intermunicipal, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto. De referir que, se perspectiva que este procedimento venha a gerar reserva de recrutamento, para que se possa recorrer à mesma e contratar mais dois assistentes operacionais, por forma a constituir duas brigadas de sapadores florestais completas.

Dar, ainda, nota que, no âmbito de uma candidatura ao Programa “Contrato de Emprego e Inserção +”, a CIM Viseu Dão Lafões dispõe de um técnico superior de restauro e inventário, que dá apoio à

Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, tendo o contrato, com a duração máxima de 12 meses, iniciado em dezembro de 2019.

Para além disso, e, ainda, no âmbito do referido Programa, a CIM Viseu Dão Lafões, viu aprovada, no passado mês de agosto, uma candidatura para contratação de um assistente técnico, para a Unidade de Gestão Administrativa e Financeira.

Ainda no que concerne aos recursos humanos, a CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito de uma candidatura ao Programa de Estágios na Administração Local (PEPAL), conta com a colaboração de dois estagiários, que se encontram a dar apoio à Unidade de Mobilidade e Transportes e à Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região. Estes estágios, com a duração de 12 meses, iniciaram a 2 de março de 2020 e a 21 de julho de 2020, respetivamente.

4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2021

As principais linhas estratégicas pelas quais se irá pautar a atuação da CIM Viseu Dão Lafões, durante o ano de 2021, foram definidas tendo por base a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Viseu Dão Lafões 2020.

Posto isto, esta definição teve em consideração os Investimentos Territoriais Integrados consagrados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, bem como a consolidação do trabalho até agora realizado e das políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial em curso.

Assim, foram definidas as seguintes 11 grandes linhas estratégicas:

- Modernizar a qualidade de serviço da administração local, a sua dimensão intermunicipal e reforçar a capacitação institucional e as redes de cooperação;
- Incrementar a capacidade competitiva e o desenvolvimento da região;
- Incrementar a notoriedade e atratividade turística da região;
- Melhorar e promover a qualidade do ambiente urbano, a eficiência energética, a sustentabilidade no uso dos recursos e a prevenção e gestão de riscos;
- Promover a criação de empresas, a empregabilidade e o empreendedorismo;
- Investir na educação, nas competências, na aprendizagem ao longo da vida e na promoção do sucesso escolar;
- Promover a coesão social, o desenvolvimento do terceiro sector e o envelhecimento ativo;
- Promover a mobilidade e os transportes em Viseu Dão Lafões;
- Gestão da Contratualização no âmbito do Portugal 2020;
- Preparação do próximo período de programação dos fundos da União Europeia;
- Reforço da identidade Viseu Dão Lafões, organização e gestão interna.

Para a implementação de cada uma destas linhas estratégicas foram delineados um conjunto de projetos, os quais se apresentam na seguinte tabela:

Linha Estratégica	Projeto	Unidade Orgânica
A. Modernizar a qualidade de serviço da administração local, a sua dimensão intermunicipal e reforçar a capacitação institucional e as redes de cooperação	Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões – Um modelo, catorze municípios	Modernização da Administração Local / Tecnologias de Informação e Comunicação
	Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	
	Implementação de Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões	
	Plataforma de Cooperação Institucional	
	Delegação de Competências da Administração Central para as Comunidades Intermunicipais	
	Smart Cities – Cidades e Regiões Inteligentes	
	Centro de Informação Europe Direct	
	Rede Intermunicipal das Bibliotecas Viseu Dão Lafões	

B. Incrementar a capacidade competitiva e o desenvolvimento da região	Requalificação da Estrada Municipal 604 – Ligação Mangualde a Penalva do Castelo	Cooperação Territorial e Promoção da Região
	Acompanhamento dos Investimentos na Região	
C. Incrementar a notoriedade e atratividade turística da região	Rede Cultural Viseu Dão Lafões	Cooperação Territorial e Promoção da Região
	MEG – Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões	
	Sinalização Turística de Viseu Dão Lafões	
	Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal / Marca Viseu Dão Lafões	
	AccessTUR – Centro de Portugal	
	Produto Compósito Turismo de Natureza	
	Ecopista do Dão	
	Ecopista do Vouga	
	Projetos Europeus / Greenways	
	Aldeias da Serra do Caramulo	
	Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão	
	Estratégia de Valorização Económica dos Recursos Territoriais - F4F – Forest for Future - Valorização da Fileira do Queijo na Região Centro - Outros projetos	
D. Melhorar e promover a qualidade do ambiente urbano, a eficiência energética, a sustentabilidade no uso dos recursos e a prevenção e gestão de riscos	Proteção Civil à Escala Intermunicipal - Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal; - Sistema integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais - Proteção Contra Riscos de Incêndios na Região Viseu Dão Lafões - Brigadas de Sapadores Florestais - Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal - Plano de Fogo Controlado Intermunicipal	Proteção Civil Intermunicipal /
	Life Landscape Fire	Cooperação Territorial e Promoção da Região
	Drysense – Sistema de alerta prematuro e de gestão de secas e erosão do solo	
	Adaptação às Alterações Climáticas em Viseu Dão Lafões	
	Life Nieblas - Reforestation & Climate Change Mitigation	
	Eficiência Energética Intermunicipal	
	Centro Green Deal em Compras Públicas	

E. Promover a criação de empresas, a empregabilidade e o empreendedorismo	Promoção do Empreendedorismo, do Emprego e do Espírito Empresarial em Viseu Dão Lafões - Rede Regional de Empreendedorismo Viseu Dão Lafões - Mais e Melhor Empreendedorismo em Viseu Dão Lafões	Cooperação Territorial e Promoção da Região
	Programa de Captação de investimento	
F. Investir na educação, nas competências, na aprendizagem ao longo da vida e na promoção do sucesso escolar	Formação Intermunicipal no âmbito do Portugal 2020	Modernização da Administração Local /
	Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões	Cooperação Territorial e Promoção da Região
	Antecipação de Necessidades de Qualificação	
G. Promover a coesão social, o desenvolvimento do terceiro sector e o envelhecimento ativo	Coesão Social em Viseu Dão Lafões	Cooperação Territorial e Promoção da Região
	+igual Viseu Dão Lafões	
H. Promover a Mobilidade e os Transportes em Viseu Dão Lafões	Autoridade de Transportes	Mobilidade e Transportes
	Mobilidade Suave em Viseu Dão Lafões	
I. Gestão da Contratualização no âmbito do Portugal 2020	Assistência Técnica – contratualização no âmbito do Portugal 2020	Controlo e Gestão da Contratualização
J. Preparação do próximo período de programação dos fundos da União Europeia	Estratégia Viseu Dão Lafões 2030	Controlo e Gestão da Contratualização
	Plano de Recuperação e Resiliência	
K. Reforço da identidade Viseu Dão Lafões, organização e gestão interna	Promoção e divulgação / Reforçar a identidade Viseu Dão Lafões	Gestão Administrativa e Financeira
	Revista Beira Alta	
	Organização e gestão interna da CIM	

A. Modernizar a qualidade de serviço da administração local, a sua dimensão intermunicipal e reforçar a capacitação institucional e as redes de cooperação

Com este domínio de intervenção pretende-se incentivar o uso das TIC na ligação entre os cidadãos e a administração pública, apostando na melhoria das capacidades institucionais, na eficiência das administrações e dos serviços públicos e na capacitação dos recursos humanos e das organizações autárquicas, essencial à construção e implementação da estratégia de desenvolvimento regional.

Paralelamente, pretende-se uma maior eficiência na gestão dos recursos e na prestação de serviços ao cidadão, pelo que será privilegiado o trabalho em rede.

Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões – Um Modelo, Catorze Municípios

Ao longo dos últimos anos, a Modernização Administrativa tem vindo a assumir um papel preponderante na estratégia de atuação da CIM Viseu Dão Lafões, dada a importância da melhoria dos serviços públicos, com vista à satisfação das novas exigências dos cidadãos/clientes e munícipes.

Nesse sentido, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados, têm vindo a implementar uma estratégia comum para a região na área da modernização administrativa, a qual se traduz na apresentação de candidaturas ao Programa Operacional Regional MaisCentro, ao COMPETE e, mais recentemente, ao Programa Operacional Regional do Centro 2020.

Esta estratégia visa, assim, dar resposta à necessidade de simplificar o relacionamento dos cidadãos e empresas na sua interação com eles, bem como à necessidade de aumentar a qualidade dos serviços públicos prestados numa lógica de eficiência, inovação e transparência, reduzindo custos públicos de contexto e promovendo o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação.

A candidatura atualmente em curso, designada “Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões – Um Modelo, Catorze Municípios”, com um investimento elegível de 2,5 milhões de euros e um fundo associado de 2,1 milhões de euros, tem permitido continuar a consolidar a estratégia que tem vindo a ser traçada, ao longo dos últimos anos, no domínio da modernização administrativa, promovendo a simplificação administrativa, incluindo a administração eletrónica e a contínua modernização dos serviços públicos, numa lógica de inovação e homogeneidade de processos e operações entre municípios.

Este investimento já possibilitou a aquisição, pela maioria dos Municípios da CIM Viseu Dão Lafões, da **Plataforma Social** e da **Plataforma de Orçamento Participativo**, enquanto sistemas de apoio à gestão e decisão, o reforço da componente da **faturação eletrónica**, cuja adoção, por parte da Administração Pública Local, se torna obrigatória, bem como o reforço da capacidade de resiliência dos serviços dos centros de dados dos municípios, e da própria CIM Viseu Dão Lafões, capacitando-os com **soluções de disaster recovery e de business continuity**.

A candidatura encontra-se na reta final, estando por concluir a promoção da **reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos**, numa lógica multimunicipal a 14 municípios, focada na partilha de boas práticas e na harmonização intermunicipal, tendo em vista adequar e consolidar os investimentos feitos na disponibilização de serviços públicos integrados online, processo que será concluído no ano de 2021.

Para além disso, o próximo ano será também marcado pela continuidade da estratégia articulada de desenvolvimento e implementação de um **SIG à escala intermunicipal – Portal Geográfico Viseu Dão Lafões**, integrando todos os sistemas de informação geográfica municipais, potenciando a caracterização e partilha de informação sobre o território, bem como pela continuidade do desenvolvimento da **plataforma de gestão de vias**, a qual permitirá um melhor planeamento e tomada de decisão sobre os investimentos a realizar na manutenção e conservação da rede viária municipal, designadamente sobre os pavimentos rodoviários, quer em termos preventivos quer corretivos.

No final do projeto, serão dados a conhecer ao público em geral e aos utentes de cada município, todos estes novos serviços e a dinâmica de relação com os mesmos, estando por isso previstas algumas **ações de comunicações**, para o ano de 2021.

No campo da modernização administrativa, a CIM Viseu Dão Lafões pretende, no decurso do ano de 2021, continuar, também, a promover e a fortalecer a **Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões**, que se encontra ao serviço dos municípios, permitindo-lhes, não só ter poupanças financeiras diretas nos custos de aquisição fruto da agregação das necessidades, bem como, a diminuição dos custos administrativos, dado os procedimentos efetuados ao abrigo de Acordos Quadros serem mais expeditos e simples.

Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local

O enquadramento legal em que se movem as Autarquias Locais caracteriza-se pela mudança permanente, o que obriga à constante obtenção de conhecimentos técnicos especializados e aprofundados, de modo a que os municípios possam desenvolver as suas atividades. Para além disso, a modernização administrativa e a procura da melhoria da qualidade de serviço aos cidadãos e às empresas implicam, também, a capacitação dos recursos humanos e das organizações autárquicas.

Para além disso, o aprofundamento do processo de descentralização, previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, exige que as autarquias locais se capacitem para desempenhar bem e depressa as novas funções que lhes são atribuídas. Qualquer autarquia moderna tem como prioridade melhorar a qualidade de vida e o bem-estar coletivo, afirmar-se na economia global através da inovação e da capacidade de atração de cidadãos ativos e participativos e de agentes económicos dinâmicos e solidários.

Neste sentido, a CIM Viseu Dão Lafões e os Municípios que a integram consideram que a qualidade de vida e a competitividade socioeconómica do território dependem do papel das autarquias e da demonstração, efetiva, da sua capacidade para oferecerem serviços qualificados às empresas e aos cidadãos, reduzindo os custos de contexto para o exercício das atividades económicas. Mas, para isso, é preciso dotar os profissionais de competências, de práticas e de comportamentos assentes na otimização dos processos e na orientação dos organismos para os cidadãos e para as empresas.

Perante isto, é um facto indiscutível que a modernização da administração pública local só pode ser prosseguida através de fortes investimentos na perspetiva evolutiva pessoal e na formação profissional dos seus recursos humanos e é, com base nesta premissa, que a CIM Viseu Dão Lafões tem desenvolvido, ao longo dos últimos anos, um abrangente leque de ações formativas dirigidas aos profissionais das suas autarquias associadas, tendo em vista a adaptação das organizações autárquicas e a melhoria da sua capacidade de resposta.

Posto isto, e tendo em vista dar resposta às necessidades formativas provenientes do projeto de Modernização Administrativa em curso, a CIM Viseu Dão Lafões, na sequência do aviso de concurso n.º CENTRO-63-2019-06, apresentou, em setembro de 2019, uma **candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro 2020, no âmbito da prioridade de investimento 11.1 – Investimentos nas Capacidades Institucionais**, a qual visa apoiar a formação dos trabalhadores em funções públicas.

Com esta candidatura, ainda em análise por parte do referido Programa Operacional, a Comunidade Intermunicipal pretende que a modernização administrativa vá para além da adoção de soluções tecnológicas e da aquisição de equipamentos e softwares, promovendo, de forma eficaz, medidas de reorganização e a capacitação dos serviços dos municípios, pelo que a mesma contempla a realização

de ações de apoio ao reforço das competências dos recursos humanos dos seus Municípios associados, no âmbito do processo de reorganização, reestruturação e inovação organizacional.

Este projeto de capacitação, que se perspetiva que venha a ser iniciado no ano de 2021, com a aprovação da candidatura, terá como objetivo reforçar as competências dos detentores de cargos públicos, dirigentes, e demais colaboradores da Administração Pública Local, e, concomitantemente, melhorar a eficácia e a eficiência dos serviços, nomeadamente por via da simplificação dos regulamentos e dos processos internos e pela implementação de novos modelos organizativos, nomeadamente no contexto das novas competências associadas ao processo de descentralização.

De referir que, este projeto, que resulta de uma clara e inerente necessidade de formação nas áreas de intervenção definidas no projeto de Modernização Administrativa, irá contribuir para a transformação digital da Administração Pública, visando a redução dos custos de contexto e a qualificação da prestação do serviço público, induzindo uma melhoria do seu desempenho e da sua capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos e das empresas, promovendo alterações no relacionamento com os cidadãos e com as empresas e outras organizações sociais, nos processos operacionais e no modelo de oferta de bens e serviços públicos.

Para além desta candidatura, apresentada ao Programa Operacional Regional do Centro 2020, a Comunidade Intermunicipal pretende, no ano de 2021, continuar a investir na capacitação dos recursos humanos, estando, por isso, atenta a outros eventuais avisos de abertura de concursos por parte dos Programas Operacionais do Portugal 2020, que possam satisfazer as necessidades formativas que se vão fazendo sentir pelos seus municípios associados.

Implementação de Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões

Um dos pilares do Programa Nacional de Reformas é a valorização do território, a qual deverá promover, simultaneamente, o aproveitamento dos recursos endógenos de cada território, a utilização eficiente dos recursos, a sustentabilidade ambiental e a coesão e resiliência dos territórios.

Uma das componentes dessa valorização refere-se à gestão e ao ordenamento florestal, à titularidade da propriedade florestal e à defesa da floresta, nas vertentes de prevenção e de combate a incêndios.

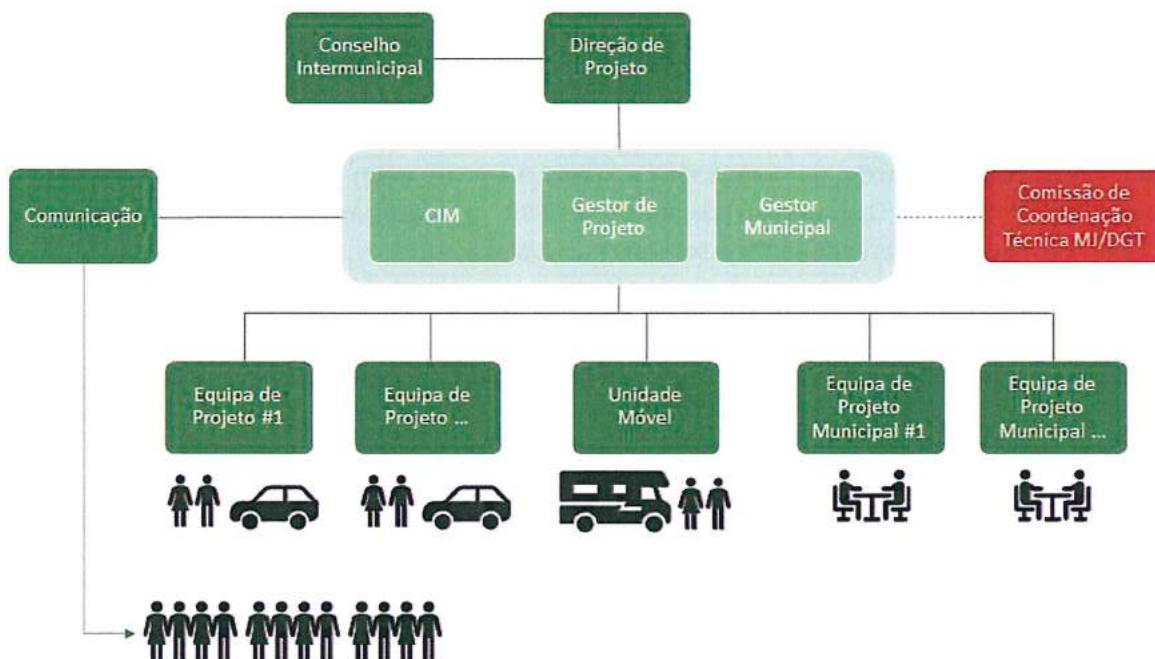
Nesse âmbito, o Programa Nacional para a Coesão Territorial propôs uma medida destinada à georreferenciação de prédios rústicos, visando a conceção e operacionalização de uma solução técnica que permitisse a georreferenciação dos limites de propriedade rústica a implementar nos municípios onde não existe cadastro geométrico de propriedade rústica ou cadastral predial (SINERrGIC), tendo apontando os territórios do interior e as áreas ardidas nos últimos cinco anos como prioritárias em matéria de implementação.

Ora, como os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões não dispõem de cadastro geométrico da propriedade rústica ou cadastro predial em vigor, e tendo sido publicado pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020 o aviso de concurso n.º CENTRO-62-2020-10, direcionado para a implementação de sistemas de informação cadastral simplificados, a Comunidade Intermunicipal submeteu no passado dia 23 de outubro, uma candidatura ao referido aviso, tendo para o efeito os

municípios delegado essas competências na CIM, por forma a esta poder liderar as correspondentes aquisições de serviços, e, conseqüentemente, toda a implementação do sistema.

Esta candidatura, com um investimento estimado de 2.303.253,68€, participado a uma taxa de financiamento de 85%, visa, assim, a qualificação da prestação do serviço público, induzindo uma melhoria do seu desempenho e da sua capacidade de resposta às necessidades do cidadão e das empresas, promovendo alterações no relacionamento com os cidadãos e as empresas, na transformação dos processos operacionais, e no modelo e na oferta de bens e serviços públicos.

Com esta candidatura, a CIM Viseu Dão Lafões propõe-se efetuar a representação gráfica georreferenciada de 464.563 matrizes, correspondente a mais de 40% dos prédios inscritos na matriz rústica do território de Viseu Dão Lafões. No entanto, a candidatura prevê, também, a capacitação dos técnicos municipais, para que estes possam dar continuidade à georreferenciação dos prédios, após a conclusão do financiamento, assegurando, assim, que a longo prazo, a quase totalidade do território esteja devidamente cadastrada neste sistema.



Assim, o estabelecimento de uma estratégia que promova a progressiva elaboração do Cadastro da Propriedade Rústica da região, através da operacionalização de uma solução técnica que permita a georreferenciação dos limites da propriedade rústica a implementar nos concelhos que integram a região Viseu Dão Lafões, afigura-se como fundamental para a valorização do território, seja no que respeita à proteção do setor agrícola e florestal, garantindo a segurança das populações, criando condições para uma gestão profissional e sustentável dos terrenos, e potenciando o aumento da produtividade e rentabilidade daqueles recursos, seja na determinação da sua titularidade, e na sua defesa, considerando a vertente da prevenção e do combate aos incêndios.

A implementação da operação terá como suporte o sistema de informação do Balcão Único do Prédio (BUPi), o qual irá assegurar o armazenamento, exploração, processamento de representações gráficas georreferenciadas, comunicação, atualização e disponibilização dos dados e informação geoespacial da estrutura predial (rústica e mista) do território da CIM Viseu Dão Lafões.

De referir que, este sistema, através do qual todas as comunicações e procedimentos serão tratados, está baseado numa plataforma informática, disponível online, que integra os sistemas de informação da Direção-Geral do Território (DGT), do Instituto de Registos e do Notariado (iRN), da Autoridade Tributária (AT), do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), e do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

A implementação do Cadastro da Propriedade Rústica terá inúmeros benefícios e potencialidades para os municípios da CIM Viseu Dão Lafões, uma vez que a informação georreferenciada poderá ser utilizada nas mais diversas áreas: ordenamento do território e gestão local; prestações de serviços municipais; nas obras públicas; no ambiente, na proteção civil e na prevenção dos incêndios; no desenvolvimento da floresta e da agricultura; na gestão e estruturação fundiária; na justiça, no notariado e na fiscalidade; e na cidadania.

Plataforma de Cooperação Institucional

A CIM Viseu Dão Lafões, ciente da importância de prosseguir com a estratégia consagrada no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, dos seus objetivos e prioridades de intervenção, considerou de extrema relevância estabelecer um compromisso alargado entre entidades de natureza pública, privada e associativa, corporizado numa eficaz cooperação de vontades e de competências e na construção de novas abordagens e respostas aos desafios de desenvolvimento, na operacionalização de projetos coerentes e relevantes e na aplicação eficiente dos fundos nacionais e comunitários.

Nesse sentido, tornou-se necessário estabelecer um modelo de governança, para implementar a estratégia definida para a região, tendo para o feito sido criada, pela Comunidade Intermunicipal, uma Plataforma de Cooperação Institucional organizada em redes, a saber:

- Rede Emprego, Empresas e Empreendedorismo;
- Rede Qualificação e Mercado de Trabalho;
- Rede Educação;
- Rede Coesão Social.

Estas redes constituídas por diversos atores regionais, em cada uma das áreas, de entre os quais se destacam as Associações Empresariais, ADL's (Associações de Desenvolvimento Local), CDSS (Centro Distrital de Segurança Social), IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), IPSS's (Instituições Particulares de Solidariedade Social), ARS do Centro (Administração Regional de Saúde do Centro), Instituições do Ensino Superior da região, entre outros, têm vindo a trabalhar, de forma articulada, em prol do desenvolvimento da região.

Assim, estas entidades educativas, formativas, de qualificação, do emprego, de dinamização da atividade económica de base local e de inclusão social, têm vindo a reforçar a coerência e a eficácia de atuações e a cooperação entre as mesmas, assegurando a relevância de um conjunto de projetos intermunicipais e municipais, que se encontram a ser implementados ao nível dos domínios de intervenção do emprego, do empreendedorismo, da empregabilidade, da qualificação e educação e do desenvolvimento e inclusão social.

Neste sentido, e considerando os resultados que têm vindo a ser alcançados com este trabalho em rede, nomeadamente, e a título de exemplo, na promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão

Lafões, na identificação das necessidades de competências e de formação na região, na organização e dinamização do ecossistema empreendedor de Viseu Dão Lafões, e na estruturação de projetos de inclusão social, a CIM Viseu Dão Lafões pretende prosseguir com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, pelo que, no ano de 2021, serão realizadas reuniões com as referidas redes, no sentido de continuar a acompanhar a execução e a implementação dos projetos que se encontram no terreno.

Para além disso, e uma vez que o próximo período de programação dos fundos europeus estruturais de investimento se encontra em preparação, as referidas Redes têm vindo a ter um papel crucial na revisitação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial de Viseu Dão Lafões, que se encontra em curso por parte da Comunidade Intermunicipal, colaboração essa que irá ter continuidade no próximo ano, forma por a finalizar a Estratégia 2030 para região.

Delegação de Competências da Administração Central para as Comunidades Intermunicipais

O reforço das competências das autarquias locais, bem como das suas estruturas associativas, as entidades intermunicipais, numa lógica de descentralização e subsidiariedade, foi contemplado no Programa do XXI Governo Constitucional, no sentido de proporcionar, aos cidadãos e empresas, uma resposta ágil e adequada por parte da administração pública.

Este reforço da autonomia local previu, não só, a descentralização de competências da administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, mas, também, a possibilidade de se proceder à redistribuição de competências entre a administração autárquica, fortalecendo o papel das autarquias locais.

Nesse sentido, e no seguimento da publicação de diversos diplomas legais de âmbito setorial, no final do ano de 2018 e início do ano de 2019, foi desencadeado um processo de transferência de competências para as entidades intermunicipais, em vários domínios, nomeadamente, da promoção turística, dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento, da justiça, da participação na definição da rede dos quartéis de bombeiros, da educação, da saúde, e do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis.

O exercício das competências supra elencadas, com exceção das competências relativas ao domínio do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis, foram aceites pelo Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, em reuniões realizadas a 23 de janeiro e 14 de fevereiro de 2019.

Relativamente ao domínio do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis, o Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, e a Assembleia Intermunicipal, em reuniões realizadas a 8 de julho e a 25 de novembro de 2019, respetivamente, deliberaram não aceitar o exercício das correspondentes competências.

Mais recentemente, com a publicação do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que concretiza a transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais, no domínio da ação social, o Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, em reunião realizada a 8 de setembro de

2020, aceitou o exercício de mais esta competência, aguardando-se, no entanto, pela aprovação das Assembleias Municipais.

De referir que, a aceitação das competências acima elencadas teve em consideração o trabalho que, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ser realizado pela CIM Viseu Dão Lafões, nestas áreas, nomeadamente:

Promoção turística

Destaca-se o trabalho realizado ao nível da promoção e atratividade do território, através do desenvolvimento de uma estratégia integrada no domínio do turismo de natureza e dos produtos turísticos integrados de base intermunicipal, em articulação estratégica e operacional com a Turismo Centro de Portugal e com os vários agentes do setor, a qual se tem materializado por via da execução de vários projetos. Salienta-se, também, o trabalho concertado no desenvolvimento de uma dinâmica turística e económica que integre de forma coerente a hotelaria, a restauração, o turismo de saúde e de bem-estar, o turismo de natureza, as tradições, o turismo cultural e ambiental, bem como a aposta nos eventos ligados aos recursos territoriais.

Captação de investimento

Está em curso a elaboração da estratégia e do programa de ação para a prossecução da estratégia no domínio da competitividade e captação de investimento, trabalho esse, que conta com a mobilização e envolvimento dos principais atores da região.

Educação e formação

Salienta-se a implementação do projeto de promoção do sucesso educativo em Viseu Dão Lafões, a definição da rede de cursos profissionais, e o reforço do conhecimento sobre as necessidades de competências e de formação para o tecido empregador da região, os quais foram definidos e consensualizados no seio da Rede da Educação e da Rede da Qualificação e Mercado de Trabalho.

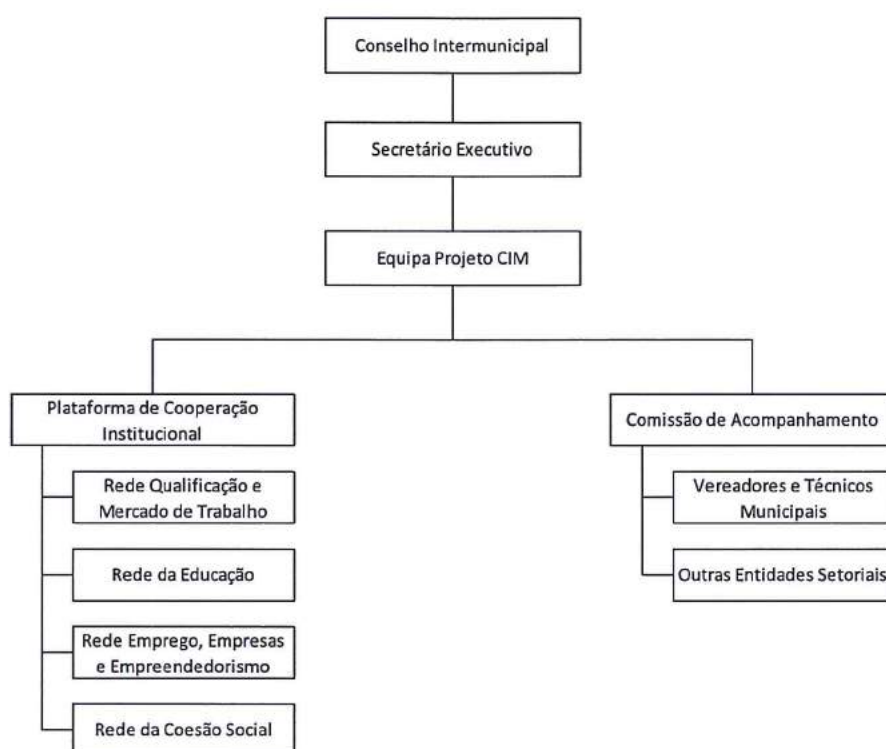
Proteção civil

Destaca-se a criação da Comissão Intermunicipal de Proteção Civil, órgão consultivo, que tem como objetivo orientar a tomada de decisão do Conselho Intermunicipal e identificar linhas orientadoras para o trabalho a desenvolver no domínio da proteção civil intermunicipal e da defesa da floresta contra incêndios, bem como o trabalho realizado pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal e pelas Brigadas de Sapadores Florestais. Acresce, ainda, a implementação de vários projetos na área da proteção civil (ex: Plataforma de Emergência e Proteção Civil, Sistema Integrado de Videovigilância, Life Landscape Fire, entre outros), os quais são articulados com os vários agentes do setor (ANPC, ICNF, GNR, Exército, entre outros).

Inclusão social

Destaca-se o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por todos os parceiros que constituem a Rede da Coesão Social, no âmbito da estruturação e definição de estratégias no domínio da inclusão social, bem como, a assinatura, no dia 16 de janeiro de 2019, do “Compromisso pela Coesão Social em Viseu Dão Lafões”, por parte dos referidos parceiros.

De facto, a aceitação das novas competências por parte da CIM Viseu Dão Lafões vêm reforçar e complementar todo este trabalho, pelo que, no ano de 2021, a CIM Viseu Dão Lafões irá prosseguir com o trabalho associado ao exercício das competências que lhe foram delegadas, contando para o efeito com a participação dos seus municípios e de todos os atores locais e regionais dos vários domínios temáticos, de acordo com o seguinte modelo de governança:



Smart Cities – Cidades e Regiões Inteligentes

Um dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, é o do desenvolvimento de Cidades e Comunidades Sustentáveis, promovendo a sustentabilidade dos modos de vida, a inclusão, a segurança e a resiliência.

Portugal comprometeu-se com esse objetivo, e nesse sentido, num futuro próximo, terá de conseguir gerir infraestruturas de forma sustentável e prestar serviços de qualidade ao cidadão, a quem visita, trabalha, ou vive no território, bem como responder ao maior problema que a humanidade enfrenta, a emergência climática.

Estes desafios, que as cidades e os territórios da região Viseu Dão Lafões, também, terão de enfrentar, projetam o modelo das cidades e regiões inteligentes, o qual terá de ser suportado na tecnologia e na transformação digital.

Assim, o modelo das cidades e regiões inteligentes irá permitir-nos criar novos modelos de governação e de planeamento, mais racionais, promovendo a alteração de comportamentos, a aposta nos modos de transporte mais sustentáveis, a redução do consumo de energia e da produção de resíduos, na economia circular e partilhada, entre outras.

Neste sentido, no decurso do ano de 2021, a CIM Viseu Dão Lafões prevê a realização de um conjunto de ações que visem a definição dos objetivos de desenvolvimento que, neste domínio, se consideram essenciais para a melhoria da sustentabilidade e competitividade da região e para a sua coesão económica e social.

De referir que, o contributo dos domínios das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento destes objetivos são incontornáveis, pelo que, os efeitos e estímulos à inovação e transformação digital, e ao aumento da competitividade dependem, em grande medida, da adoção das TIC nos domínios visados.

Posto isto, e sem prejuízo do desenvolvimento de outras iniciativas, igualmente importantes para a definição dos objetivos estratégicos a realizar na região, é pretensão da CIM Viseu Dão Lafões constituir um grupo de trabalho, formado por técnicos dos municípios, com o intuito de estudar a oportunidade e a adequação das propostas tecnológicas que forem identificadas no âmbito das sessões técnicas a realizar.

Do grupo de trabalho resultará a definição dos projetos e investimentos no domínio das cidades e regiões inteligentes que integrarão a nossa estratégia para o Portugal 2030, bem como as tecnologias de informação e comunicação a explorar, no âmbito do desenvolvimento da inteligência do nosso território.

De referir que esses investimentos deverão ser capazes de garantir:

- A criação de um ecossistema de conectividade digital que garanta acessibilidade equitativa à internet, criando as condições e infraestruturas de acesso que permitam desenvolver serviços apoiados na conectividade do território;
- A criação de uma Plataforma Analítica Integrada de Inteligência Territorial capaz de recolher, armazenar, processar e analisar os dados provenientes dos sistemas operacionais dos municípios, das redes de sensores municipais, da rede de transporte público, integrados com os dados gerados pelas redes Wi-Fi públicas existentes no território;
- A criação de condições de resiliência e de uma estrutura e metodologias próprias adequadas à prevenção, combate e sensibilização para os efeitos de catástrofes e das alterações climáticas, por via do aumento da “sensorização” do território;
- O desenvolvimento de um ambiente wifi gratuito alargado a toda a região;
- A otimização dos recursos, através de uma gestão mais eficiente dos recursos energéticos dos edifícios, gestão e monitorização à distância e em tempo real do consumo de recursos hídricos em sistemas de rega e de abastecimento de água;
- A implementação de soluções que promovam, interliguem e facilitem o acesso à mobilidade da região (rural-urbano, urbano-urbano e inter-regional), integrando serviços “last-mile”, com base em modalidades suaves;
- O desenvolvimento de serviços digitais conectados e de plataformas online, que promovam a cooperação e que atravessem as fronteiras dos territórios locais e se estabeleçam a nível intermunicipal, criando redes regionais de apoio e de partilha de meios e de recursos;
- A promoção da qualidade de vida, saúde e bem-estar da população, com especial atenção para a população sénior, deficiente e isolada, através de projetos com incorporação de ferramentas de awarness e assisted living.

Centro de Informação Europe Direct

Os Centros de Informação Europe Direct (CIED) têm por missão construir um diálogo pró-ativo e contínuo com os cidadãos, através de atividades informativas e participativas, para promover o

projeto europeu e para aumentar o conhecimento dos cidadãos sobre os benefícios que a União Europeia lhes traz para o quotidiano, ajudando-os a fazer escolhas acertadas, e permitindo identificar os aspetos das políticas da União Europeia que são importantes ao nível local, adaptando as iniciativas para responder às necessidades e anseios específicos das regiões.

A atual rede de CIED conta com cerca de 440 centros em 28 países da União Europeia, e a Comissão Europeia pretende continuar a promover a sua constituição, apoiando entidades elegíveis que se comprometam a realizar um conjunto de atividades de informação e comunicação, sendo que a representação da União Europeia na região Viseu Dão Lafões, neste contexto, tem sido assegurada pelo CIED da região de Aveiro.

No entanto, considerando as diferenças e especificidades próprias dos territórios Viseu Dão Lafões e região de Aveiro, e o facto de a atual representação da região estar sediada permanentemente na cidade de Aveiro, compromete a eficácia das atividades desenvolvidas, bem como o cumprimento da missão do CIED no que concerne à região Viseu Dão Lafões.

Neste sentido, a CIM Viseu Dão Lafões entendeu dever apresentar uma proposta de candidatura à instalação de um CIED na região Viseu Dão Lafões, permitindo-lhe, de forma mais assertiva e adequada, realizar as seguintes 5 funções chave:

- Desenvolver atividades de informação e de envolvimento dos cidadãos, através da organização de eventos, seminários, diálogos, e outras formas de interação;
- Estabelecer relações com os meios de comunicação social e outros multiplicadores de informação, para veículo de informações e conteúdos relevantes sobre as políticas e as prioridades da União Europeia;
- Gerir informação sobre políticas e projetos da União Europeia, atuando sempre que se verifique inexatidão ou que esteja em causa a deturpação, na opinião pública, do seu verdadeiro sentido e objetivos;
- Colaborar com as escolas da região na divulgação de material didático relacionado com a União Europeia, participando em atividades escolares e na formação de professores;
- Promover uma rede regional de redes, através de contactos regulares com outras redes com operação na região, proporcionando um serviço ao cidadão mais simples e melhor e uma maior cobertura de todo o território da CIM.

A atratividade da candidatura da CIM Viseu Dão Lafões, apresentada no passado mês de outubro, estará dependente do interesse gerado pela zona de ação e pela relevância dos desafios apresentados relativamente às competências da União Europeia, designadamente das suas atuais prioridades políticas, das características e capacidade da CIM Viseu Dão Lafões na resposta às necessidades de comunicação e de participação dos cidadãos da região, da qualidade do plano de comunicação a desenvolver no âmbito da atividade, e por último, da sua coerência com a zona de ação e com as características específicas da própria CIM.

Importa destacar que a CIM, no âmbito da presente candidatura, procurou o envolvimento de atores chave do território da região Viseu Dão Lafões e de Aveiro, fazendo da união, do trabalho em rede e esforço conjunto o designio da sua atuação neste contexto. Destaca-se a participação do Instituto Politécnico de Viseu (IPV), da INOVA-RIA – Associação de Empresas para uma Rede de Inovação em

Aveiro, do Pólo das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica - TICE.PT, com sede em Aveiro, e da Associação Empresarial da Região Viseu (AIRV).

A escolha da proposta da CIM Viseu Dão Lafões, para a criação de um CIED, que irá ficar sediado na Casa do Adro, em Viseu, será concretizada através da celebração de uma relação de parceria com a Comissão e com o Parlamento Europeu, estabelecida com a assinatura de uma convenção-quadro com uma duração de 4 anos (2021-2025), durante o qual, para além do apoio financeiro necessários à operação e funcionamento de um espaço Europe Direct de funcionamento permanente, a Comissão e o Parlamento fornecerão informações oportunas sobre questões da atualidade da União Europeia, formação, publicações e oportunidades de trabalho em rede.

Rede Intermunicipal das Bibliotecas Viseu Dão Lafões

A promoção das literacias, incluindo a digital, a inclusão social e o conhecimento em todas as áreas do saber, são áreas cada vez mais importantes, no mundo globalizado em que vivemos e onde é essencial contribuir para a informação e formação de cidadãos, desenvolvendo competências de literacias capazes de tomarem decisões informadas e com consciência cívica.

Perante isto, a Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) tem vindo a incentivar a criação e o desenvolvimento de redes intermunicipais de bibliotecas, para ir ao encontro das atuais necessidades reais das comunidades, através do apoio à criação e requalificação de um conjunto diversificado de competências, recursos e serviços que evidenciem a relevância das Bibliotecas Públicas.

Não nos podemos esquecer que, o objetivo das Bibliotecas Públicas é melhorar o serviço prestado aos munícipes e a todos os cidadãos, contribuindo para a melhoria das competências de literacia nas populações e para o desenvolvimento do território.

Mas para tal, é necessário a requalificação dos serviços das Bibliotecas Públicas, através de ações de disponibilização e atualização dos diferentes recursos e serviços, de forma cooperativa, articulada e em rede, de modo a consolidar os públicos existentes e a atrair novos utilizadores, com interesses e necessidades diferenciadas, numa perspetiva plural de servir as comunidades e nos seus diferentes segmentos sociais e etários.

Assim, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados têm vindo a trabalhar na melhoria e potenciação das funções sociais e culturais que uma Biblioteca Pública Municipal deve providenciar à sua comunidade e a todos os cidadãos que a visitam, e nesse sentido, assinaram, no passado mês de outubro, um acordo de cooperação, com a Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, para a constituição da Rede Intermunicipal das Bibliotecas Viseu Dão Lafões.

Assim, no ano de 2021, as referidas entidades irão trabalhar, de forma conjunta, no desenvolvimento de serviços em rede, numa lógica de otimização de recursos, contribuindo para a prestação de um serviço de biblioteca pública de qualidade, promotor da identidade regional, com vista à promoção e desenvolvimento das literacias, incluindo a digital, junto da população do território Viseu Dão Lafões.

B. Incrementar a capacidade competitiva e o desenvolvimento da região

Esta importante opção estratégica visa apoiar e implementar ações para o reforço da competitividade da região e a sua afirmação externa, valorizando a coesão interna e as complementaridades existentes e estimulando a inovação.

Requalificação da Estrada Municipal 604 – Ligação Mangualde a Penalva do Castelo

Os Municípios de Mangualde e de Penalva do Castelo, através da assinatura de um contrato interadministrativo, a 12 de janeiro de 2017, delegaram na CIM Viseu Dão Lafões a requalificação da Estrada Municipal 604 que liga a EN329-1 freguesia de Germil, no Concelho de Penalva do Castelo.

A requalificação deste troço, ao beneficiar os residentes do concelho de Mangualde mas, fundamentalmente, a população residente na aldeia de Germil e áreas adjacentes no concelho de Penalva do Castelo, assume um carácter intermunicipal, pelo que, ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que introduziu um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, foi possível contratualizar a delegação de competências, uma vez que estamos perante um domínio de interesse próprio das populações da CIM Viseu Dão Lafões, nomeadamente ao nível da mobilidade e da gestão de infraestruturas urbanas.

A consignação da empreitada de requalificação desta Estrada Municipal, que se encontrava em mau estado de conservação, ocorreu a 21 de janeiro de 2020, e os trabalhos, atualmente em curso, irão prolongar-se até ao ano de 2021.

Assim, perspetiva-se que, no decurso do próximo ano, esta obra, que irá permitir a requalificação do principal eixo rodoviário de acesso à povoação de Germil, fique concluída, aumentando a segurança rodoviária e diminuindo a sinistralidade, proporcionado, assim, melhores condições de fruição para os seus utilizadores.

Acompanhamento dos Investimentos na Região

O desenvolvimento das regiões está em muito condicionado pelos investimentos estratégicos que o país é capaz de realizar, pelo que, a Comunidade Intermunicipal considera que deverá ser dada prioridade a determinados investimentos infraestruturais estratégicos, uma vez que estes terão reflexos no desenvolvimento da região Viseu Dão Lafões, quer ao nível da competitividade do território, quer ao nível da sua coesão económica e social.

Neste sentido, a CIM Viseu Dão Lafões, ao longo dos últimos anos, tendo vindo a acompanhar e a avaliar as políticas de desenvolvimento e coesão definidas para esta região, com especial incidência para as relacionadas com o desenvolvimento regional.

Dos dossiers que têm merecido uma maior atenção por parte da CIM Viseu Dão Lafões, destaca-se, no campo das infraestruturas, a requalificação do IP3 e a modernização da Linha da Beira Alta, e, no campo da saúde, o início das obras de remodelação do serviço de urgência do Centro Hospitalar Tondela – Viseu E.P.E., e a criação do centro oncológico desta Instituição, investimentos essenciais para o desenvolvimento da região e para o aumento da qualidade de vida dos seus residentes.

Para além destes investimentos cruciais para a região Viseu Dão Lafões, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a sinalizar outras intervenções junto da CCDRC, no âmbito da preparação da “Estratégia Regional Centro 2021-2027”, e junto do Governo, no âmbito da construção do Plano de Ação, que irá executar a “Estratégia para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030”.

Assim, ao nível da saúde é importante suprir as necessidades sentidas pelos utentes ao nível do acesso a cuidados de saúde, em particular, as dos utentes que, pela natureza do seu estado clínico, muito carecem de serviços de saúde de qualidade e, sobretudo, de proximidade, pelo que, a CIM Viseu Dão Lafões considera prioritário:

- A criação do Centro Oncológico no Centro Hospitalar Tondela - Viseu E.P.E.;
- A remodelação da rede de cuidados de saúde primários na região;
- O reforço da rede de saúde mental/demência, nomeadamente no Hospital Psiquiátrico de Viseu.

No respeito ao ciclo da água, atualmente, existem diversas lacunas graves no domínio do abastecimento público e do tratamento da água que necessitam de ser colmatados, como é o caso do reforço da capacidade de armazenamento e resiliência dos recursos hídricos. Assim, consideram-se como prioritários os seguintes investimentos:

- Construção de uma nova barragem em Fagilde e remodelação de todo o sistema de distribuição em alta (Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão e Viseu);
- Ozonização da ETA de Fagilde e obras complementares;
- Sistema de tratamento de lamas da ETA de Fagilde;
- Ampliação da cisterna da estação elevatória da ETA de Fagilde;
- Conduta de redundância de abastecimento a todo o sistema;
- Barragem de Sanguinhedo das Maçãs;
- Subsistema de Sanguinhedo das Maçãs;
- Barragem de Pinhosão | Maeira.

No campo da ferrovia, dar nota que, a construção e modernização dos eixos ferroviários estruturantes são essenciais para a competitividade do território, das empresas e das comunidades, pelo que, a CIM Viseu Dão Lafões considerada prioritária:

- A requalificação da Linha da Beira Alta;
- A construção de um novo corredor ferroviário Aveiro |Viseu| Vilar Formoso.

A par da ferrovia, também, a rodovia assume uma importância extrema no crescimento económico das regiões e na criação de emprego, uma vez que criam canais entre os principais polos residenciais de serviço e de emprego. Assim, a CIM Viseu Dão Lafões considera prioritário:

- A conclusão da Intervenção Programada no IP3, garantindo a sua duplicação em todo o atual traçado (exceto na ligação entre nó de Penacova e foz do Dão);
- A execução de um troço alternativo em perfil de autoestrada entre o nó de Penacova e foz do Dão;
- A requalificação do IP5;
- A conclusão do IC12 entre Canas de Senhorim e Mangualde /ligação A25;
- A execução do IC 37;
- A execução do IC 6;

- A execução da EN 229;
- A execução da EN 225 / EN2;
- A execução da EN 16;
- A execução da EN 329 (conclusão);
- A requalificação da EN 228;
- A expansão/Criação do Aeródromo Internacional de Viseu.

Ao nível da floresta a CIM Viseu Dão Lafões considera que é necessária uma aposta na informação cadastral simplificada que permita conhecer a estrutura da propriedade fundiária e a identificação dos seus proprietários.

Para além disso, a informação cadastral é um instrumento indispensável para conhecer o território e para a definição de estratégias para as regiões e sem o qual não será possível determinar o valor do território, seja ele urbano, ou seja ele rural, e principalmente, remunerar os serviços prestados pelo capital natural, no que diz respeito à transformação da paisagem para a tornar mais resiliente às alterações climáticas.

Assim, ao nível da floresta e do ordenamos a Comunidade Intermunicipal considera prioritário:

- A criação do cadastro rural em espaço florestal;
- O desenvolvimento de um Plano Estratégico de Recuperação pós incêndio, com a dimensão económica, ambiental, patrimonial e turística.

No campo da adaptação às alterações climáticas, a CIM Viseu Dão Lafões considera que é prioritária a implementação de medidas de maior adaptação às mudanças climáticas e de prevenção dos riscos naturais, por forma a mitigar os efeitos negativos provocados pelas manifestações de alterações climáticas, pelo que, no próximo período de programação comunitária, é necessário garantir a execução dos EMAAC – Estratégias (inter)Municipais de adaptação as Alterações Climáticas, articulando tais planos com os Planos de Proteção Civil.

Ao nível da transição digital, dar nota que, a chegada da 5ª geração de internet móvel irá criar as condições ideais para o desenvolvimento de projetos de transformação digital em todas as áreas da sociedade.

Com menos latência, mais velocidade e maior largura de banda, o 5G representa um avanço tecnológico com potencial para transformar radicalmente a forma como vivemos no nosso território, nas nossas cidades e nas nossas casas e como trabalhamos nas nossas organizações.

A maior robustez e resiliência das comunicações irá permitir uma maior cobertura do território, permitindo ligar inúmeros objetos e equipamentos e colocá-los ao serviço dos cidadãos. Através da melhoria da conectividade das pessoas, máquinas e dispositivos do nosso dia a dia, as novas redes de comunicação permitirão tornar o território, as cidades e as infraestruturas públicas mais inteligentes, seguras e eficientes.

Assim, neste campo de atuação, a CIM Viseu Dão Lafões considera que é prioritário:

- Garantir uma rede de conectividade 5G, enquanto infraestrutura fundamental para a competitividade regional;
- Rede de infraestruturas tecnológicas nos Parques Tecnológicos, valorizando a fixação de Centros de Competências e uma rede de I&D.

Em termos de condições habitacionais existem problemas associados à degradação edificado e às más condições de conforto, nomeadamente em matéria de conforto energético. E, em alguns contextos territoriais, persistem insuficiências em matéria de infraestruturas básicas.

Além disso, o acesso à habitação das populações mais vulneráveis socialmente também não está garantido, pelo que é fundamental e prioritário desenvolver um Plano de Habitação Acessível.

Posto isto, e definidas as prioridades, a CIM Viseu Dão Lafões espera ver refletidos, nos referidos documentos, os seus contributos e os projetos que considera como estruturantes para a região, os quais irão contribuir para a promoção da coesão territorial e social, assegurando melhores acessibilidades às atividades económicas e melhor qualidade de vida.

Posto isto, no decurso do ano de 2021, a CIM Viseu Dão Lafões irá continuar a ter uma voz ativa na defesa dos interesses da região, e sempre que necessário irá solicitar reuniões às várias equipas governamentais, por forma a assegurar que os investimentos cruciais para o desenvolvimento desta região são realizados, com a maior brevidade possível, não comprometendo o futuro deste território do interior.

C. Incrementar a notoriedade e atratividade turística da região

Esta opção estratégica visa posicionar a região Viseu Dão Lafões como um destino turístico de excelência, e atrativo para visitar, investir e viver, pelo que se irá apostar no desenvolvimento turístico assente na conservação e na valorização do património natural e cultural da região.

Assim, pretende-se incrementar a fruição do património histórico-cultural, preservando a sua autenticidade, potenciar economicamente o património natural e rural, afirmar o turístico e estruturar a oferta turística da região Viseu Dão Lafões.

Rede Cultural Viseu Dão Lafões

A CIM Viseu Dão Lafões e os seus Municípios associados, cientes de que as artes são um dos principais eixos do desenvolvimento social e humano da região, têm vindo a atribuir, ao longo dos últimos anos, um papel de destaque à cultura, e o exemplo disso, é a implementação do projeto de “Programação Cultural em Rede”.

Este projeto, aprovado pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, visa acrescentar notoriedade ao território e potenciar novas rotas de visitas na área do turismo cultural e patrimonial, através da organização de múltiplos eventos, aumentando, assim, a atratividade da região e a sua dinamização económica.

Iniciado em meados do ano de 2017, este projeto contempla a realização de vários espetáculos, que percorrem o território da CIM Viseu Dão Lafões, sendo que, os mesmos decorrem, maioritariamente, junto de espaços patrimoniais, de modo a dinamizar o património cultural e natural, os seus bens e recursos, e promovendo um grau de utilização mais elevada dos espaços existentes no território.

No entanto, conforme é sabido, a cultura foi um dos setores mais afetados pelo surto epidémico COVID-19, causando grandes constrangimentos aos profissionais da área, que viram os espetáculos cancelados e adiados, em virtude das medidas de contingência impostas, relativas à realização de grandes eventos e à concentração de pessoas.

Estas medidas tiveram, também, reflexo no projeto de “Programação Cultural em Rede”, uma vez que a itinerância dos espetáculos não pôde prosseguir, conforme programado, visto que os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões cancelaram todos os seus principais eventos e atividades culturais, por forma a evitar a propagação da infeção e salvaguardando a saúde pública.

Neste sentido, a CIM Viseu Dão Lafões já solicitou, junto do Programa Operacional, um pedido de reprogramação temporal ao projeto, por forma a prolongar o período de execução do projeto para além dos três anos, inicialmente previstos, o qual irá permitir a realização das atividades que estavam programadas para o ano de 2020, e que, por força das circunstâncias vividas nos últimos meses, derivadas da pandemia, não puderam ser realizadas.

Assim, no ano de 2021, as propostas artísticas selecionadas no âmbito da Convocatória Aberta, irão percorrer a região Viseu Dão Lafões, continuando a dar vida aos espaços patrimoniais do território, nomeadamente, centros urbanos, património classificado e património natural.

De referir que a Convocatória Aberta abriu o projeto a outros agentes artístico-culturais, profissionais, semiprofissionais ou amadoras, sem fins lucrativos, a entidades vocacionadas para a dinamização do turismo cultural e a grupos informais de artistas, os quais apresentaram propostas artísticas nos domínios de artes performativas, música, artes visuais, artes digitais, e outras linguagens de cruzamentos disciplinares, as quais, dada a sua diversidade, são uma mais valia para o projeto e para desenvolvimento cultural.

Para além deste projeto, a CIM Viseu Dão Lafões, convicta da importância de dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser realizado nos últimos anos, e da necessidade de apoiar, agora mais que nunca, as estruturas culturais da região, apresentou, no passado dia 21 de agosto, uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro 2020, no seguimento da publicação do aviso de concurso n.º CENTRO-14-2020-12.

Esta candidatura, estruturada para um período de 12 meses, privilegia, acima de tudo, o envolvimento das comunidades locais na animação do património cultural e natural, relacionando o património material (patente nos monumentos religiosos, civis, militares, nas coleções museológicas e na arquitetura dos espaços urbanos) e o património imaterial (como por exemplo, a tradição musical associada ao trabalho da terra ou as artes e ofícios presentes na memória do trabalho).

Assim, e perspetivando-se que a referida candidatura seja aprovada em breve, o ano de 2021, vai ser marcado pela implementação de um programa cultural atrativo e de valorização turística, com cariz intermunicipal, que irá fazer a sua itinerância pelos 14 Municípios da CIM Viseu Dão Lafões, apresentando espetáculos que valorizam os recursos culturais e patrimoniais desta região.

De referir que, este programa cultural foi devidamente articulado com o Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, tendo sido definida uma estratégia concertada para as operações a desenvolver no âmbito da Programação Cultural em Rede na Região Viseu Dão Lafões.

Neste contexto, foram apresentadas mais cinco candidaturas, com geometrias temáticas e territoriais variáveis, que totalizam mais um milhão e meio de euros de apoio, e que vêm reforçar a oferta e a complementaridade de eventos, e, conseqüentemente, a dinamização turística e económica do território.

Dar, também, nota que, este trabalho de cooperação intermunicipal, tem permitido, por um lado, promover a itinerância de conteúdos artísticos, envolvendo os atores culturais e artísticos da região, e, por outro, tem contribuído para a estruturação de um produto turístico cultural regional, na medida em que reforça a oferta regional e qualifica os seus agentes.

MEG – Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões

Nos últimos tempos, o conceito “turismo cultural” começou a ter um peso crescente nas políticas que se estruturam ao nível da captação de públicos para os territórios do interior de Portugal, com especial relevo para os de baixa densidade.

De facto, Portugal é um país riquíssimo em valores patrimoniais, sejam estes arqueológicos, arquitetónicos, imateriais, etc, e nesse âmbito, têm sido criados alguns produtos, como por exemplo, a Rota do Românico, a Rota das Aldeias de Xisto e a Rota das Catedrais, os quais giram em torno de um tema base, de um eixo estruturante que procura pontos de união de território, sendo esses pontos essencialmente culturais.

A região Centro de Portugal, sobretudo a que se refere á área que se prolonga desde a Plataforma do Mondego até, grosso modo, ao rio Douro é, a par com o Alentejo, a região que possui o maior conjunto de monumentos megalíticos que, por si só, criam uma forte e marcante unidade cultural. Por outro lado, é precisamente nesta área, sobretudo na região Viseu Dão Lafões, que se concentra o maior número de dólmenes com pinturas conservadas do mundo.

Perante esta evidência, de que o megalitismo é um património fantástico, muito pouco conhecido e que urge divulgar por forma a potenciá-lo como um dos principais produtos, senão mesmo o principal, de turismo cultural que esta região pode oferecer, a CIM Viseu Dão Lafões apresentou, ao Programa Valorizar, um projeto designado “Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões”, o qual foi aprovado, pelo Turismo de Portugal, no passado mês de julho.

A sessão pública de assinatura do contrato decorreu no dia 31 de julho, no Parque Urbano de Tondela, e contou com a participação da Secretária de Estado do Turismo, Rita Marques e do Presidente do Turismo do Centro de Portugal, Pedro Machado.

Este projeto, ao qual foi concedido um financiamento de 300.000,00€, de um investimento total de 512.153,55€, pretende desenvolver uma nova oferta turística regional partindo de um dos valores mais emblemáticos de Viseu Dão Lafões: os monumentos megalíticos.

Assim, será criada uma Rota que irá atravessar, para além dos municípios da CIM Viseu Dão Lafões, o Município de Sever do Vouga, e que irá incorporar os monumentos megalíticos mais emblemáticos do território, incluindo treze monumentos classificados (seis como Monumento Nacional e sete como Imóveis de Interesse Público).

A Rota foi estruturada num percurso circular, com início em Viseu, e será composta por monumentos visitáveis, que estejam recuperados e valorizados ou com projetos de valorização em curso e com bons acessos.

Para além disso, esta Rota irá funcionar em articulação com outras rotas já existentes sobre este tema, como por exemplo o Circuito Pré-histórico do Concelho de Nelas, o Circuito Pré-histórico de Fiais/Azenha em Carregal do Sal, os percursos pedestres em torno de monumentos megalíticos em Carapito, Aguiar da Beira, em Talhadas e Cerqueira, Sever do Vouga, e a Rota Cultural “Megalitismo: Os fantásticos túmulos da Pré-história”, em Vouzela.

O projeto prevê, ainda, a colocação de sinalética informativa e direcional, a edição de um roadbook em quatro idiomas, a edição de um desdobrável; um filme documentário e um teaser, a produção de infopoints a colocar nas sedes de concelho por onde a rota passa; a criação de um pequeno Centro Interpretativo sobre a Rota na Escola de Carvalhal de Vermilhas, em plena Serra do Caramulo; a criação de uma APP de realidade aumentada e uma plataforma web (site).

Posto isto, e no seguimento da aprovação do referido projeto, encontram-se a ser realizadas reuniões com os parceiros no sentido de operacionalizar as ações a desenvolver, pelo que, o ano de 2021, irá ser marcado pelo arranque em pleno deste projeto, que irá proporcionar a todos os visitantes com especial enfoque os que trabalham, e se interessam, pelo turismo cultural, a possibilidade de poderem interagir com um novo produto turístico.

Sinalização Turística de Viseu Dão Lafões

No período de programação do 2020, a Comunidade Intermunicipal considerou de extrema importância apostar em vetores que permitissem aumentar a atratividade da região Viseu Dão Lafões e a sua dinamização económica, pelo que, identificou no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial projetos no âmbito da “Sinalização Turística de Viseu Dão Lafões”.

Assim, ao longo dos últimos anos, a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a implementar esses projetos no território, os quais visam, essencialmente, a valorização e qualificação do capital associado aos recursos e património naturais, promovendo a conservação, proteção, promoção e desenvolvimento dos mesmos, enquanto instrumento de diferenciação e competitividade do território Viseu Dão Lafões.

Os referidos projetos, aprovados pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, apresentam um investimento de aproximadamente 790.000,00€, participado a uma taxa de financiamento de 85%, e têm como objetivo melhorar a sinalização de diversos recursos naturais, com vista a facilitar o acesso, a fruição turística e o desenvolvimento turístico regional de Viseu Dão Lafões, garantindo, assim, uma visita turística de qualidade a quem visita a região.

Neste sentido, a CIM Viseu Dão Lafões, em agosto de 2017, lançou um procedimento concursal para a realização de uma empreitada para a aquisição e instalação de sinalética turística a implementar em Viseu Dão Lafões. No entanto, e uma vez que, após o lançamento do referido procedimento, alguns dos percursos pedestres foram afetados pelos incêndios que assolaram a região em outubro de 2017, houve necessidade de lançar um novo procedimento para colmatar esses danos.

Contudo, nos tempos mais recentes, os trabalhos associados às referidas empreitadas sofreram alguns atrasos, em resultado dos condicionalismos gerados pela pandemia do COVID-19, impossibilitando, assim, a conclusão da instalação da sinalética, e conseqüente homologação dos percursos, por parte da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, no decurso do presente ano.

Posto isto, no ano de 2021 irão ser finalizados os referidos trabalhos, os quais irão proporcionar a melhoria da sinalização turística de aproximadamente 40 percursos de natureza, localizados nos 14 municípios que integram a CIM Viseu Dão Lafões.

Dar, ainda, nota que, a divulgação e promoção dos percursos intervencionados será efetuada em estreita articulação com o Turismo Centro de Portugal, estando já a decorrer os trabalhos de desenvolvimento de conteúdos escritos sobre os percursos pedestres, bem como a recolha fotográfica dos mesmos.

De referir que, todo este trabalho irá fomentar e auxiliar a descoberta, orientação e interpretação do visitante e do turista à região Viseu Dão Lafões, e, conseqüentemente, irá criar condições para o aumento do número de turistas e do seu tempo de estadia média, tornando, assim, a região num destino turístico de excelência.

Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal / Marca Viseu Dão Lafões

Conforme é sabido, ao longo dos últimos anos, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a trabalhar na criação de uma marca identitária comum para o território, ancorada nos seus recursos e ofertas distintas, enquanto meio de valorização do território.

De facto, a localização estratégica da região Viseu Dão Lafões, servida pelos principais eixos rodoviários, aliada às suas potencialidades turísticas são propícias ao seu desenvolvimento, pelo que é necessário alavancar a nossa gastronomia, os vinhos, as paisagens, a capacidade hoteleira instalada, o comércio de proximidade, e a animação de Verão, por forma criar competitividade e notoriedade para o território.

Neste sentido, e com o intuito de dar continuidade ao desenvolvimento da estratégia delineada para Viseu Dão Lafões, a Comunidade Intermunicipal encontra-se a implementar, desde o ano de 2017, uma candidatura designada “Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões”, a qual tem como objetivo valorizar a qualidade e importância dos recursos naturais e patrimoniais do território.

Esta candidatura, aprovada pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, apresenta um investimento elegível de 1.858.823,53€ e um fundo associado de 1.580.000,00€, e visa a criação, qualificação, ativação e promoção de produtos turísticos integrados, assente nos recursos endógenos do território (naturais, paisagísticos, patrimoniais e culturais), organizando-os e colocando-os no mercado, contribuindo, desta forma, para a qualificação da oferta turística e para a notoriedade e atratividade do destino.

Neste sentido, e tendo em vista alcançar e promover a criação e qualificação de produtos turísticos diferenciadores e integrados, foram identificados três produtos turísticos âncora, nomeadamente, um produto integrado de turismo de natureza, um produto de turismo cultural e um produto de enogastroturismo, os quais serão criados por via da implementação das ações identificadas na

candidatura, das quais se destacam a qualificação da agenda de eventos, o turismo de natureza, o turismo cultural, a capacitação do sistema turístico e a comunicação.

No que se respeita à **qualificação da agenda de eventos**, e depois de já terem sido realizadas várias edições dos eventos “Queijo Serra da Estrela à Chef” e “PROVE Viseu Dão Lafões”, o ano de 2021 vai contar com a realização de mais uma edição de cada um destes eventos. De referir que, estes eventos estavam agendados para o ano de 2020, mas fruto dos constrangimentos causados pela pandemia COVID-19, os mesmos tiveram de ser reagendados para o próximo ano, de modo a estarem criadas as condições impostas para a realização de eventos desta natureza.

O programa destes eventos irá basear-se, uma vez mais, nos produtos de excelência (com certificação DOP) da região Viseu Dão Lafões, gerando processo de inovação e criatividade na utilização dos ingredientes e na criação de novos métodos culinários.

Quanto ao **turismo de natureza**, no ano de 2021, a Comunidade Intermunicipal irá prosseguir com a valorização dos recursos naturais da região (percursos pedestres, percursos de bicicleta e de Trail, bike roads, e subidas épicas), nomeadamente através da sua qualificação e da integração da oferta, garantindo condições de acesso e visita aos mesmos.

Ao nível do **turismo cultural**, a CIM Viseu Dão Lafões irá dar continuidade à estruturação do produto turístico cultural, o qual será suportado nos recursos museológicos e patrimoniais que reúnam condições de acessibilidade turística (horário, bilheteira, sinalética, visitas guiadas, entre outros) e possibilitem a adequação da oferta aos perfis e motivações dos públicos-alvo.

Neste sentido, a CIM Viseu Dão Lafões irá prosseguir com a criação e ativação de roteiros de turismo cultural desenvolvidos a partir de um conjunto de recursos ímpares e de excelência da Região: património classificado, museus, património civil (quintas, solares e casas vinícolas), arqueológico e património religioso (mosteiros, conventos, igrejas).

Assim, o ano de 2021 será marcado pela ativação deste produto turístico cultural, o qual irá valorizar turisticamente o património cultural, material e imaterial existente em Viseu Dão Lafões, através da qualificação da oferta e da criação de condições de acolhimento, visita e dinamização dos recursos patrimoniais e museológicos.

Relativamente à **capacitação do sistema turístico**, no ano de 2021, a Comunidade Intermunicipal irá avançar com a realização de workshops temáticos, os quais têm como objetivo dotar os agentes turísticos e os técnicos dos municípios, com ferramentas e conhecimentos que possibilitem a qualificação da prestação dos serviços de acolhimento, informação e mediação, bem como a melhoria da prestação de serviços turísticos, por parte dos mesmos.

No que se refere à componente da **comunicação** dos produtos turísticos Viseu Dão Lafões, a CIM Viseu Dão Lafões, no decurso do ano de 2021, pretende retomar a sua presença em feiras, nomeadamente na BTL e na FIT, cuja realização este ano foi cancelada, em resultado da pandemia COVID-19. Complementarmente, será dada continuidade à produção de material promocional e à assessoria de imprensa, enquanto meios de criação de novas oportunidades de geração de valor no sector do turismo.

AccessTUR – Centro de Portugal

O acesso ao turismo por parte de pessoas com limitações ou necessidades especiais, sejam elas pessoas com deficiência, idosos, doentes crónicos ou pessoas que estão com limitações físicas, funcionais e/ou intelectuais temporárias ou permanentes (por acidente ou doença), encontra-se, atualmente, com graves constrangimentos, o que impossibilita estes agentes de usufruírem de um turismo de qualidade.

De facto, tem-se verificado um desinvestimento (estratégico e financeiro) num turismo verdadeiramente acessível para estas pessoas, que não se enquadram nos quadros normativos de “normalidade”, obrigando-as muitas das vezes a desistirem do seu direito ao repouso e lazer, o que tem repercussões no seu bem-estar e na qualidade da sua vida.

Perante este cenário de desigualdades no acesso ao turismo, a Accessible Portugal, apresentou uma candidatura ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), no âmbito das Parcerias para o Impacto, tendo convidado a Turismo Centro de Portugal e as oito Comunidades Intermunicipais da região Centro para serem investidores sociais neste projeto de desenvolvimento do potencial turístico da região Centro.

Este projeto, estruturado para um período de 3 anos, foi iniciado no ano de 2019, e desde então tem vindo a trabalhar na promoção do turismo acessível e da inclusão social, através da qualificação da oferta turística, qualificação da procura turística, e desmistificação dos preconceitos e estereótipos sobre as pessoas com deficiência ou algum tipo de característica diferenciadora.

Posto isto, no decurso do ano de 2021, a CIM Viseu Dão Lafões, enquanto investidor social deste projeto, irá continuar a trabalhar em estreita articulação com a Accessible Portugal, facilitando e intermediando os contactos com os municípios seus associados e com os agentes locais do território, motivando-os a aderir e participar nas atividades do projeto.

Dar nota que, este projeto, que se encontra a ser cofinanciado pela CIM Viseu Dão Lafões até ao montante de 25.000,00€, irá qualificar a oferta e a procura turística para todos, e trabalhar por uma cidadania mais inclusiva, fazendo com que o destino turístico “Viseu Dão Lafões” seja acessível e inclusivo para todos.

Produto Compósito Turismo de Natureza

Nos últimos anos, verificamos que, cada vez mais, os territórios estão a apostar no turismo de natureza enquanto meio de promoção dos mesmos, e Viseu Dão Lafões não é exceção, até porque a nossa região é bastante rica em corredores verdes, que é preciso explorar, melhorar e divulgar.

De facto, os percursos de natureza abundam nesta região, basta-nos olhar para as linhas de caminho-de-ferro desativadas e as convertidas em ecopistas, as estradas antigas com valor cénico e de tráfego motorizado reduzido, os percursos de ligação fluvial, os antigos caminhos rurais ou os trilhos pedestres, aos quais acresce a diversidade paisagística de Viseu Dão Lafões suportada nos recursos da serra/montanha (Caramulo, Arada ou a Gralheira/Montemuro), nos rios Dão e Paiva e nas praias fluviais.

Perante estas potencialidades e recursos naturais que a região dispõe, a Comunidade Intermunicipal, fruto dos projetos que se encontra a desenvolver, tem vindo, ao longo dos últimos anos, a apostar nas Ecopistas, nos percursos pedestres e nas bike roads, no sentido de criar um produto composto associado ao turismo de natureza.

Assim, ao nível das **Ecopistas**, e no seguimento do trabalho desenvolvido na Ecopista do Dão, o qual permitiu, que esta infraestrutura seja atualmente reconhecida além fronteiras, a Comunidade Intermunicipal irá iniciar, brevemente, uma intervenção na linha do Vouga, num total de 55 km, transformando-a na Ecopista do Vouga, o que irá permitir a ligação das duas ecopistas, criando um dos maiores corredores cicláveis.

Para a CIM Viseu Dão Lafões é demais evidente que estas infraestruturas são uma mais valia para qualquer território se forem devidamente valorizadas e promovidas com outros recursos da região, pelo que, tendo subjacente esta premissa, tem sido efetuada uma aposta na divulgação e promoção das Ecopistas, aliada às atratividades da sua envolvente, em termos de património natural, cultural e histórico.

As Ecopistas podem, ainda, ser complementadas e articuladas com os **percursos pedestres**, **centros de BTT** e **centros de trail** existentes nos concelhos da Comunidade Intermunicipal. No entanto, é necessário criar nestes percursos e centros condições de visitação e fruição, nomeadamente por via da implementação de sinalética nos mesmos, numa extensão de mais de 1.300 km, trabalho esse que se encontra em curso.

No âmbito do projeto “Produtos Turísticos de Base Intermunicipal”, a CIM Viseu Dão Lafões procedeu, recentemente, à criação de quatro **bike roads**, numa lógica de sinalização de subidas épicas, ou seja, contagens de montanha que possam atrair cicloturistas desportivos, a saber:

- São Pedro do Sul – Alto da Coelheira (São Pedro do Sul)
- Ponte Pedrinha – Portas de Montemuro
- Campo de Besteiros – Caramulinho (Tondela)
- Vouzela - Adsamo

Com este investimento, os amantes do ciclismo poderão, agora, desfrutar destes quatro circuitos ao longo de todo o ano, beneficiando, assim, das características técnicas associadas às subidas épicas (distância, desnível, altitude, inclinações e paisagem).

Dar nota que esta iniciativa constitui-se como um projeto inovador e único à escala nacional, que pode trazer destaque e reconhecimento acrescido nos media e mercado turístico, dando resposta às novas tendências e procura por parte de novos públicos (cicloturistas desportivos).

Após a sinalização destes circuitos, a Comunidade Intermunicipal promoveu o Viseu Dão Lafões Riders Challenge, uma proposta inovadora que desafia os amantes do ciclismo a percorrer estas quatro subidas épicas traçadas nas encostas das Serras do Caramulo, Arada e Montemuro.

Esta iniciativa foge, assim, dos eventos de ciclismo tradicionais, uma vez que os participantes dispõem de uma janela de seis semanas ao invés de um dia para realizarem a prova, podendo o registo do tempo, a sinalização dos percursos e a performance dos atletas ser inserida nas plataformas digitais especificamente desenvolvidas para este fim, por forma a assegurar a componente competitiva do Riders Challenge.

Atendendo às restrições que vivemos fruto da pandemia COVID-19, este conceito assume-se como uma alternativa à promoção e realização de iniciativas, permitindo a captação e o acolhimento no território dos praticantes da modalidade, cuja liberdade de escolha na calendarização da sua vinda, aliada à janela de tempo alargada para o fazerem, possibilitam a sua vinda em segurança, respeitando todas as diretivas e condutas associadas à situação sanitária atual.

De referir que, o desafio Riders Challenge conta com a parceria do Turismo Centro de Portugal, da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) e dos 4 Municípios envolvidos no projeto das Subidas Épicas de Viseu Dão Lafões.

Para além destes investimentos, a CIM Viseu Dão Lafões criou, também recentemente, um site para divulgação e promoção dos temas e propostas relacionadas com o “Turismo de Natureza” (www.exploraviseudaolafoes.pt), o qual permitirá ir ao encontro dos diversos segmentos de público, para além de promover a interatividade e customização da informação, assim como a igualdade de oportunidades, através da democratização/universalização da informação, sendo também um recurso facilmente atualizável e ambientalmente amigável.

De referir que, a criação do site “Turismo de Natureza” é fundamental para a promoção e comunicação dos produtos turísticos criados, assim como, do território como destino turístico de excelência ao nível do Cycling & Walking.

Ecopista do Dão

Desde a inauguração da Ecopista do Dão, a 1 de julho de 2011, que a Comunidade Intermunicipal assumiu a sua gestão, no seguimento do protocolo celebrado com os municípios de Santa Comba Dão, Tondela e Viseu.

Nesse âmbito, cabe à Comunidade Intermunicipal a limpeza e manutenção da ecopista, bem como, o desenvolvimento de um vasto conjunto de atividades de animação, promoção e gestão da mesma, pelo que, no decurso do ano de 2021, continuar-se-á a assegurar estas funções.

Assim, para além da limpeza e manutenção regular da infraestrutura, a CIM Viseu Dão Lafões irá desenvolver, sempre que se justifique, trabalhos ao nível do reperfilamento de valetas, taludes e órgãos de drenagem.

Relativamente à divulgação e promoção desta infraestrutura, a CIM Viseu Dão Lafões pretende, no ano de 2021, dar continuidade à disseminação deste recurso turístico, fazendo a respetiva articulação com as potencialidades turísticas da sua zona envolvente, atraindo, assim, visitantes estrangeiros e nacionais à região, nomeadamente amantes da natureza, do desporto ao ar livre e de caminhadas.

Assim, a Comunidade Intermunicipal irá continuar a assegurar a sua dinamização nas redes sociais com notícias e informações sobre a mesma, a atualização e manutenção do site da Ecopista do Dão, bem como a participação em feiras, por forma a dar a conhecer as suas potencialidades turísticas.

Paralelamente a estas intervenções, e no âmbito da candidatura “Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões”, está, também, prevista para o decurso do ano de 2021, a disponibilização

de conteúdos informativos e a instalação de sinalética turística nesta infraestrutura, tendo em vista a diferenciação e potenciação deste recurso.

De referir que o projeto intermunicipal, Ecopista do Dão, tem-se revelado de elevado interesse para as populações locais, quer para os visitantes, assumindo-se como um dos pilares estratégicos do desenvolvimento do território Viseu Dão Lafões, facto comprovado pelo número de utilizadores da mesma, pelo que é necessário continuar a apostar na promoção e valorização deste produto turístico, enquanto meio captador de turismo Nacional e Europeu.

Ecopista do Vouga

O trabalho que tem vindo a ser realizado, nos últimos anos, pela Comunidade Intermunicipal ao nível do turismo e da valorização do património cultural e natural, com especial enfoque na Ecopista do Dão, tendo sido notório e tem tido reflexos positivos no desenvolvimento e na promoção da região Viseu Dão Lafões.

Assim, a CIM Viseu Dão Lafões, ciente de que a beleza natural destes espaços, aliados à valorização do património envolvente, podem ser potenciadores na captação de turismo Europeu e Nacional, considerou que a ligação da Ecopista do Dão e da futura Ecopista do Vouga ao corredor ciclável da Estrada Atlântica seria uma mais valia para a promoção e valorização turística do interior, pelo que era necessário começar a investir na Ecopista do Vouga, à semelhança do que havia sido já feito para a Ecopista do Dão.

Neste sentido, em março de 2018, a CIM Viseu Dão Lafões viu aprovada uma candidatura apresentada ao Programa Valorizar, no âmbito da linha de apoio à valorização turística do interior, a qual irá permitir não apenas requalificar o piso da plataforma da antiga Linha do Vouga, mas, também, dotar este troço de equipamentos e infraestruturas que permitam à população local e aos visitantes apreciar esta paisagem com todo o conforto e segurança, funcionando como portal de acesso ao reconhecimento de toda a paisagem exterior.

Este projeto, ao qual foi concedido um financiamento de 2.000.000,00€, de um investimento total de 3.371.005,43€, será implementado no troço da linha do Vouga dentro dos municípios de Oliveira de Frades, Vouzela, São Pedro do Sul e Viseu, num total de 55 km, valorizando, assim, o património natural, cultural e paisagístico deste espaço.

Assim, a Comunidade Intermunicipal, após conclusão da elaboração do projeto de execução da requalificação da Linha do Vouga em Ecopista do Vouga e dos projetos de execução para as obras de arte, lançou um procedimento concursal para a realização da respetiva empreitada, tendo o respetivo contrato sido sujeito a Visto do Tribunal de Contas, o qual foi bastante moroso, acabando por ter sido obtido, apenas, no final do passado mês de setembro.

No seguimento da obtenção do referido visto, o auto de consignação da empreitada foi assinado no passado dia 28 de outubro, dando, assim, início aos correspondentes trabalhos que irão decorrer durante os próximos 18 meses.

Dar nota que, a transformação da Linha do Vouga em Ecopista do Vouga, ao ter como objetivo reabilitar espaços públicos, com interesse para o turismo, e valorizar o património natural, enquadra-se na iniciativa “Portuguese Trails”, que é uma marca criada pelo Turismo de Portugal para

comunicar internacionalmente as atividades de Turismo de Natureza, dedicadas ao Cycling & Walking, entre outras.

Neste sentido, ao associar o produto Ecopista do Dão à Ecopista do Vouga e, conseqüentemente, ao Produto Português Trail, a região Viseu Dão Lafões, irá ter uma oferta turística abrangente e complementar de Cycling & Walking, fomentando, assim, o turismo associado a estes espaços.

Projetos Europeus / Greenways

O território Viseu Dão Lafões revela-se bastante rico em recursos turísticos para a formação de produtos ligados a turismo de natureza e ativo, de entre os quais se destaca, conforme já referido, as Ecopistas do Dão e do Vouga, infraestruturas vitais na estruturação do turismo de natureza na região.

Estas infraestruturas constituem-se verdadeiras vias principais que atravessam todo o território e apresentam capacidade de agregar ou distribuir turistas ou visitantes, sendo mais apreciadas em redes de ciclo turismo, dado serem seguras, acessíveis a todos, e amigas do ambiente, pelo que se revelam, claramente, um nicho de mercado que importa desenvolver e apostar.

Nesse sentido, a Comunidade Intermunicipal, enquanto entidade gestora da Ecopista do Dão, inseriu esta infraestrutura nas redes nacionais e internacionais, pelo que se tornou associada da EGWA – Associação Europeia de Vias Verdes e da APCV – Associação Portuguesa de Corredores Verdes, e fruto desta integração já participou em vários projetos europeus de boas práticas, nomeadamente:

- *Greenways4Tour* – este projeto visou promover e aumentar a consciência internacional sobre as vias verdes europeias, como excelentes infraestruturas para ciclistas, caminhantes e pessoas com deficiência e melhorar opções de turismo sustentável na Europa;
- *Greenways Product* – o qual esteve relacionado com a criação de produtos turísticos;
- *Greenways Outdoor* – este projeto centrado na diversificação da oferta do turismo europeu, aliado às ecopistas, visou melhorar a competitividade do turismo europeu, promovendo o fortalecimento da cooperação e parceria entre o sector público e privado;
- *Greenways4All* – o qual esteve direcionado para a melhoria das acessibilidades dos equipamentos e serviços para os turistas com necessidades especiais.

Posto isto, é intenção da CIM Viseu Dão Lafões, durante o ano de 2021, continuar a promover e divulgar a Ecopista do Dão e iniciar esse processo, também, para a Ecopista do Vouga, através da participação em projetos europeus, enquanto meio importante de troca de experiências e boas práticas em temas relacionados com as vias verdes.

Aldeias da Serra do Caramulo

Conforme é sabido, os núcleos rurais existentes na serra do Caramulo têm identidade e potencial turístico que se reflete na arquitetura vernacular, na gastronomia, nas tradições e noutros elementos culturais como os cantares polifónicos de Lafões e o uso das capuchas de burel.

Neste contexto, a CIM Viseu Dão Lafões apresentou, em abril de 2018, ao Programa Valorizar, o projeto “Aldeias da Serra do Caramulo”, o qual pretende identificar e criar uma rede de aldeias serranas com características distintivas e que sejam a base para a criação de programas turísticos

que explorem a serra, o seu património e as suas aldeias, recorrendo, especialmente, a modos suaves como o walking e cycling.

Este projeto, com um investimento estimado de cerca de 1,8 milhões de euros, irá promover a valorização turística de 11 aldeias turísticas da Serra do Caramulo, envolvendo os municípios de Tondela, Vouzela e Oliveira de Frades.

Um dos objetivos centrais do projeto é que a atividade turística criada se interligue diretamente a outros dois tipos de atividades que geram externalidades positivas para o território: a economia ligada ao cabrito e degustação dos seus derivados (queijo e carne) e a conservação da biodiversidade e da paisagem, através da reflorestação de áreas ardidas com espécies autóctones, gestão focada nos processos naturais e a silvo-pastorícia.

Contudo, o eixo central do projeto prevê a criação de uma Grande Rota circular (suporte ao produto turístico âncora) a passar em todas as aldeias de uma rede a criar e a comunicar, sendo estas consideradas as aldeias âncora, mas não deixando de passar por outras aldeias que entrarão assim na dinâmica turística.

Preveem-se, ainda, três percursos cicláveis que integram a serra com as Ecopistas Vouga e Dão, criando percursos circulares e fazendo a ligação entre esta e as principais vilas e cidades como Vouzela, Tondela, Oliveira de Frades e Viseu, com o objetivo de criar produtos complementares de vários dias e de interesse diversificado para ciclo-turistas.

A componente de “Walking e Cycling” assume uma importância estratégica neste projeto e estes serão os meios de mobilidade mais favorecidos, não excluindo, no entanto, os outros públicos de visita da rede por meios motorizados que usufruem da qualificação a realizar e dos sistemas integrados de promoção e comercialização a implementar.

De referir que, à presente data, já existe uma intenção por parte do Turismo de Portugal em aprovar o projeto “Aldeias da Serra do Caramulo”, estando a aguardar-se pela formalização da assinatura do contrato de financiamento, para ser iniciada a execução deste projeto tão importante para o território.

Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão

De facto, a Região Demarcada do Dão possui condições naturais e culturais de excelência para a realização de atividades de enoturismo que é preciso valorizar e potenciar, criando valor económico e social acrescido para a região.

Perante este facto, e tendo em vista dar resposta a este desígnio, a Comunidade Intermunicipal, apresentou uma candidatura ao Programa Valorizar, em parceria com a Comissão Vitivinícola Regional do Dão, abrangendo 16 municípios produtores de vinho, a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, agente fundamental na qualificação de recursos humanos para o conhecimento sobre o património vinhateiro único que a região possui, o Turismo Centro de Portugal, entidade responsável pela promoção turística da região, e a Viseu Marca, uma agência público-privada especializada em marketing territorial.

Esta candidatura, aprovada em fevereiro de 2020, pelo Turismo de Portugal, prevê a ativação do enoturismo da Região Demarcada dos Vinhos do Dão, dinamizando a Rota do Vinho do Dão com propostas de ação diferenciadoras, tirando partido de outras iniciativas já em curso no território, com potencial turístico, nomeadamente ao nível da gastronomia, património histórico, tradições culturais e natureza e do inegável valor histórico vitivinícola existente na região.

Assim, este projeto de Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão, ao qual foi concedido um financiamento de 207.200,00€, de um investimento total 296.000,00€, pretende criar uma nova dinâmica turística, tendo como foco central os vinhos do Dão e as atividades a ele relacionadas, através da estruturação de uma oferta agregadora da diversidade de recursos da região e da sua promoção, comercialização e garantia de qualidade.

Neste sentido, no decurso do ano de 2021, a CIM Viseu Dão Lafões, e os restantes parceiros, irão prosseguir com a estruturação deste produto turístico, articulando-o com outros produtos âncoras da região, tendo em vista a materialização e comercialização de programas enoturísticos integrados.

De referir que, a transversalidade dos programas e o envolvimento de parceiros públicos e privados, com projetos e ações específicos de enoturismo na região, irão permitir ativar uma resposta intermunicipal, articulada e em rede, tratando o ativo vinho como um todo e criando uma resposta cross-selling para a promoção de Viseu Dão Lafões como destino vinhateiro de excelência, numa abordagem inovadora em Portugal.

Simultaneamente, o ano de 2021, será, também, marcado pela capacitação do território e dos seus agentes, os quais serão envolvidos no projeto, de modo a garantir a dinamização e gestão corrente de produtos turísticos, nomeadamente de gestão de reservas, articulação com as quintas ou atualização de programas.

Nesta linha de intervenção, é assumida igualmente a formação de recursos humanos na área da restauração e receção de enoturistas, bem como o desenho de um modelo de gestão que permita dar continuidade ao projeto após o período de vigência da candidatura, garantindo, assim, a sua sustentabilidade futura.

Para além disso, e como não podia deixar de ser, este projeto contempla, ainda, uma componente de comunicação e promoção, a qual prevê a realização de “open days”, a organização de fam trips e press trips, a instalação de sinalética de proximidade, entre outras iniciativas, que terão como objetivo dar mais visibilidade e credibilidade ao enoturismo na região Viseu Dão Lafões.

Estratégia de Valorização Económica dos Recursos Territoriais

A Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, no período de programação 2014-2020, tem vindo a reforçar a necessidade de promover estratégias de competitividade territorial, suportadas nos recursos endógenos do território, com o objetivo de prosseguir e melhorar a experiência do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE).

Assim, pretende-se delinear uma estratégia para o desenvolvimento integrado do território, na base da valorização económica dos recursos endógenos identificados, procurando traduzir o envolvimento e o compromisso entre agentes públicos e privados numa perspetiva de complementaridade e de eficiência coletiva.

Perante isto, e uma vez que a valorização económica dos recursos endógenos terá impactos na atividade económica local, na criação de emprego, no reforço da cadeia de valor e na visibilidade dos recursos territoriais de Viseu Dão Lafões, a Comunidade Intermunicipal pretende, no ano de 2021, dar continuidade ao trabalho que tem vindo a realizar, nos últimos anos, ao nível da valorização desses recursos.

Desse trabalho, destaca-se a aposta que tem vindo a ser realizada pela CIM Viseu Dão Lafões, em parceria com a Câmara Municipal de Carregal do Sal, o IPV - Instituto Politécnico de Viseu, a ADICES – Associação de Desenvolvimento Local e a AIRV - Associação Empresarial da Região de Viseu, no âmbito da valorização económica da pinha e do pinhão, do qual já resultou a elaboração de um estudo, a realização de um seminário, e, mais recentemente, a elaboração de um plano de ação para a concretização da estratégia de valorização da pinha e do pinhão.

No seguimento de todo esse trabalho, e considerando que a floresta é um recurso verdadeiramente estratégico para a economia da Região Centro, da qual são provenientes outros recursos, como, por exemplo, a pinha e o pinhão, a CIM Viseu integrou uma parceria, liderada pelo SerQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta, e da qual fazem, também, parte a AIMMP - Associação das Indústrias da Madeira e do Mobiliário de Portugal, a ADICES - Associação de Desenvolvimento Local, a Associação de Viveiristas de Coimbra, a BLC3 - Campus de Tecnologia e Inovação, o Centro Ciência Viva da Floresta de Proença-a-Nova, o CATAA - Centro de Apoio Tecnológico AgroAlimentar, a Federação de Associações Florestais – Fórum Florestal, a FORESTIS - Associação Florestal de Portugal, o Instituto Politécnico de Castelo Branco, o Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior Agrária de Coimbra, o Instituto Politécnico de Leiria, Instituto Politécnico de Viseu, o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Pinhal Maior - Associação Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul, a Universidade de Aveiro, Universidade da Beira Interior, a Universidade de Coimbra e a VOUZELAR - Associação de Promoção de Vouzela, a qual apresentou uma candidatura designada “F4F – Forest for Future”, ao Programa Operacional Regional do Centro 2020.

Esta candidatura, com um investimento estimado de 3.533.778,36€, dos quais 60.000,00€ serão geridos pela CIM Viseu Dão Lafões, tem como principal objetivo a demonstração de tecnologias inovadoras que permitam aumentar a cadeia de valor da fileira florestal, com particular ênfase para a fileira do pinho.

Assim, neste projeto serão incluídas as várias fases da cadeia, desde as plantas até aos produtos finais, e serão realizadas ações de demonstração baseadas em projetos piloto e provas de conceito realizadas em contexto real, tendo em atenção as várias realidades do território da região Centro, sendo que, para garantir o sucesso das ações, serão envolvidos, os agentes económicos com intervenção em cada componente, que globalmente vão desde os produtores florestais aos utilizadores finais.

Dar nota que, esta candidatura já foi aprovada pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, encontrando-se, no entanto, em fase audiência prévia, perspetivando-se, assim, que a aprovação definitiva da mesma venha a ocorrer até ao final do ano.

Assim, o ano de 2021, será marcado pelo arranque deste projeto, estruturado para um período de três anos, no qual a CIM Viseu Dão Lafões, enquanto entidade beneficiária da referida candidatura, será responsável pela componente associada à valorização da pinha e do pinhão da região Centro.

Esta componente visa materializar e colocar no terreno as iniciativas que foram identificadas no plano de ação anteriormente elaborado, permitindo, assim, alargar a cadeia de valor associada à produção da pinha e do pinhão e inserção em mercados globais emergentes, diversificando as formas de valorização da economia florestal do pinheiro manso e garantindo um aumento significativo da retenção de riqueza na região gerada com base neste recurso territorial, bem como incrementar as condições de atratividade e rentabilidade do investimento no pinheiro manso.

No âmbito da valorização dos recursos territoriais, dar, também, nota que, **a fileira do queijo possui uma expressão muito forte na região Centro**, constituindo-se como um dos principais produtos endógenos do território e um dos que tem um maior potencial devido ao elevado grau de especialização verificado na região, constituindo-se, assim, como um recurso de grande valor económico, cultural, paisagístico e territorial decorrente das práticas e vivência comunitária associada à pastorícia e à produção de queijo.

Perante isto, a CIM Viseu Dão Lafões integrou, em 2018, uma parceria no âmbito da valorização do queijo, a qual é composta por 14 instituições de base regional e local, designadamente associações, instituições de ensino e de I&DT e outras instituições com papel relevante na valorização económica dos Queijos DOP da Região Centro, representativas dos territórios alvo da intervenção (Beira Baixa, Rabaçal e Serra da Estrela), e liderada pela Associação do Cluster Industrial do Centro (INOVCLUSTER).

Essa parceria construiu uma estratégia alargada, concerta e integrada à escala regional, que visa apoiar os agentes da fileira na resolução dos principais estrangulamentos da cadeia de valor dos Queijos tradicionais da região, desde o produtor do leite até ao consumidor, de modo a fortalecer e valorizar a fileira, tendo a mesma se materializado na apresentação de uma candidatura designada “**Programa de Valorização da Fileira do Queijo da Região Centro**”, ao Programa Operacional Regional do Centro 2020.

No seguimento da sua aprovação, em 2019, a parceria deu início à execução deste projeto, que apresenta um investimento elegível de 2.285.705,42€, dos quais 58.620,69€ serão geridos pela CIM Viseu Dão Lafões, e que tem como principais objetivos valorizar a qualidade associados aos Queijos DOP da Região Centro, apoiar a sua produção e promover a competitividade desta fileira.

No âmbito do projeto, a CIM Viseu Dão Lafões é responsável pela atribuição de prémios pecuniários, designados Vale Pastor e Vale Pastor+, sendo que o Vale Pastor visa apoiar os empreendedores já instalados ou que se pretendam instalar na atividade da pastorícia e que, acima de tudo, fomentem o abastecimento de leite de queijarias DOP e/ou a produção de queijo DOP, sendo condição obrigatória a frequência da Escola de Pastores, e o Vale Pastor+ visa premiar os produtores da fileira do queijo, já instalados, que apresentem leite de melhor qualidade para a produção de queijo DOP ou para o abastecimento de queijarias DOP.

No âmbito do Vale Pastor, os alunos que terminaram com sucesso a Escola de Pastores apresentaram as suas candidaturas, tendo, de um total de 16 candidaturas, sido consideradas elegíveis, segundo as regras definidas no regulamento, 15 candidaturas, das quais 12 foram apresentadas por empreendedores que se pretendem instalar, e 3 por empreendedores já instalados, reunindo todas elas, segundo os critérios de avaliação, condições para a atribuição do prémio. De referir que, das 15 candidaturas selecionadas, nenhuma está associada a explorações instaladas/a instalar nos concelhos de intervenção da CIM Viseu Dão Lafões.

Relativamente ao Vale Pastor +, das 228 candidaturas apresentadas, 196 foram consideradas elegíveis segundo as regras definidas no regulamento, e dessas apenas 115 obtiveram a pontuação necessária para atribuição do prémio, segundo os critérios de avaliação. Dessas 115 candidaturas, 15 foram apresentadas por produtores de leite instalados no território da CIM Viseu Dão Lafões, que abastecem queijarias para a produção de queijo DOP Serra da Estrela.

De referir que, a sessão para a entrega dos prémios, por parte de todas as Comunidades Intermunicipais que integram o projeto, ainda não se encontra agendada, no entanto, perspetiva-se que a mesma venha a ocorrer, apenas, no início do próximo ano.

Dar nota que, o projeto terá de ser concluído no ano de 2021, para dar cumprimento aos termos de aprovação, pelo que, no decurso do mesmo, a CIM Viseu Dão Lafões irá continuar a colaborar com os restantes parceiros, no sentido de continuar a fomentar a produção dos queijos DOP da região Centro (Serra da Estrela, Beira Baixa e Rabaçal).

Para além da fileira da floresta e da fileira do queijo, é pretensão da CIM Viseu Dão Lafões, durante o ano de 2021, apostar em outros recursos territoriais, estando, por isso, atenta à integração de eventuais parcerias, bem como à abertura de avisos de concurso para apresentação de candidaturas, que permitam estudar e explorar as potencialidades e as dinâmicas económicas que esses recursos possam gerar.

D. Melhorar e promover a qualidade do ambiente urbano, a eficiência energética, a sustentabilidade no uso dos recursos e a prevenção e gestão de riscos

Esta opção estratégica visa contribuir para o crescimento sustentável da região Viseu Dão Lafões, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos naturais e energéticos, e que ao mesmo tempo, gere novas oportunidades de emprego, de criação de riqueza e de reforço do conhecimento, numa perspetiva dinâmica que relaciona competitividade e sustentabilidade.

Por outro lado, pretende apostar na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, procurando desta forma criar condições para uma maior coesão e convergência com as metas europeias.

Proteção Civil à Escala Intermunicipal

Ao longo dos últimos anos, a proteção civil tem vindo a assumir um papel preponderante no campo de atuação da CIM Viseu Dão Lafões, dada a crescente necessidade que se tem vindo a fazer sentir ao nível da prevenção de riscos coletivos, nomeadamente, atenuando os seus efeitos e protegendo e socorrendo as pessoas e bens em perigo.

De facto, nos tempos mais recentes, as condições climáticas registam grandes mudanças, colocando enormes exigências ao Dispositivo Operacional de Combate a Incêndios Florestais e a todos os agentes de proteção civil, ocorrências essas que, também, se têm vindo a fazer sentir na nossa

região, por via dos incêndios florestais, inundações e tempestades, e que fazem com que o domínio da proteção civil ganhe, cada vez mais, maior importância na estratégia e nas prioridades definidas para a região Viseu Dão Lafões.

De facto, é notório que a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a investir na área da proteção civil, em articulação com os seus municípios e com a ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (antiga ANPC), tendo vindo a implementar projetos que reforçam os conhecimentos e os meios disponibilizados aos agentes da proteção civil que operam no território. Desses projetos destacam-se, a título de exemplo, a elaboração de cartas de riscos dos municípios da região, a aquisição de equipamento de proteção individual (fatos, botas, luvas, capacetes e cogulas), a aquisição de equipamento terminal de comunicação TETRA, e, mais recentemente, o desenvolvimento de uma **Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal**.

Esta plataforma de base tecnológica, em pleno funcionamento desde o ano de 2019, ao agregar toda a informação disponível na região, tem sido uma mais valia para todos os atores do território na área da proteção civil, uma vez que permite uma melhor interligação entre os mesmos, tornando todo o processo de planeamento e de tomada de decisão mais simples e eficaz.

Assim, e considerando a importância da Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal (VIGIA) na planificação adequada e atempada das diversas ocorrências, como sejam, cheias, inundações, incêndios florestais, entre outros sinistros, e na rápida resposta a efetuar no teatro de operações, a CIM Viseu Dão Lafões, no ano de 2021, irá continuar a disponibilizar esta ferramenta a todos os agentes da proteção civil, assegurando a sua manutenção e a inclusão de mais informação na mesma.

Para além disso, o ano de 2021, será, também, marcado pela continuidade da implementação do projeto **“Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Florestais nas Comunidades Intermunicipais de Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra”**, aprovado pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

Este projeto, desenvolvido em parceria com a CIM da Região de Coimbra, visa a deteção precoce, a monitorização e o apoio à deteção de ignições e recolha de informação para apoio a decisões no combate a incêndios nos espaços florestais, e apresenta um investimento elegível de 3.872.532,00€, dos quais 1.789.281,00€ serão geridos pela CIM Viseu Dão Lafões.

De referir que, no seguimento da realização das visitas ao terreno, para definição das localizações das torres de vigia, e da preparação do caderno de encargos associado ao sistema de videovigilância, a instalar nos 33 municípios que integram ambas as Comunidades Intermunicipais, procedeu-se ao lançamento do respetivo procedimento concursal, estando, atualmente, o mesmo em fase de habilitação dos concorrentes e consequente assinatura do contrato, para posteriormente se proceder à remessa do mesmo para visto do Tribunal de Contas.

Assim, perspetiva-se que no início do ano de 2021, seja iniciada a instalação das 37 torres de vigia, que irão integrar este sistema integrado de videovigilância, o qual irá garantir a cobertura do território de ambas as Comunidades Intermunicipais, tendo em consideração as áreas de maior risco, as zonas sombra e as áreas com maior histórico de incêndios florestais.

Dar nota que, este sistema constitui-se como uma ferramenta de maior importância para a deteção precoce dos incêndios e para o despacho rápido dos meios de combate, sendo essencial no âmbito da prevenção operacional do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Salienta-se, ainda, que, após a implementação do sistema de videovigilância, as imagens que forem captadas pelas várias torres de vigia, irão ser integradas na Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal, enriquecendo, assim, a informação disponibilizada, pela referida plataforma, a todos os agentes da proteção civil a operar no território.

Ao nível da proteção civil, realçamos, também, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, desde o ano de 2019, pelas **brigadas de sapadores florestais**, ao nível da instalação e manutenção da rede primária de defesa da floresta contra incêndios, das ações de consolidação e pós fogo, bem como das ações de estabilização de emergência.

Assim, as referidas brigadas de sapadores florestais, instaladas na Base das Lajes, em Sátão, e na Base de Alva, em Castro Daire, no ano de 2021, irão prosseguir com o desempenho das suas funções, executando trabalhos de silvicultura preventiva, gestão de faixas de combustíveis e manutenção e beneficiação de rede primária, tendo em vista contribuir para a diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate aos incêndios rurais e, assim, aumentar a resiliência do território.

Para além disso, e sempre que acionadas pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, as brigadas de sapadores florestais irão, também, apoiar atividades de combate, consolidação, rescaldo e vigilância pós incêndio.

Dar nota que, o funcionamento destas brigadas de sapadores florestais, bem como o equipamento de proteção individual para apetrechamento das mesmas, é apoiado pelo Fundo Florestal Permanente, uma vez que as mesmas para além do serviço privado, requisitado pelos Municípios da CIM Viseu Dão Lafões, também, executam serviço público, mandatado pelo ICNF.

O ano de 2021 será, também, marcado pela continuidade do trabalho desenvolvido pelo **Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal**, ao qual compete desenvolver as seguintes atividades:

- Acompanhamento das políticas florestais;
- Promover a articulação e compatibilização dos instrumentos de planeamento florestal de âmbito municipal;
- Acompanhar e promover a transposição homogénea dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM);
- Promover a articulação e funcionamento integrado dos GTF municipais;
- Acompanhamento dos Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDFCI) e Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);
- Identificação, para efeitos de planeamento e intervenções integradas de âmbito florestal à escala intermunicipal, de unidades de planeamento e gestão;
- Produção e disponibilização de informação agregada de âmbito florestal, nomeadamente cartográfica;
- Difusão de informação de âmbito florestal junto dos GTF municipais;

- Outras atividades que sejam solicitados pelo ICNF, em articulação com a entidade intermunicipal.

Assim, no próximo ano, o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal irá continuar a trabalhar em estreita parceria com o ICNF e com os gabinetes técnicos florestais municipais, no sentido de articular e harmonizar as políticas que são implementadas no território ao nível da proteção civil e da defesa da floresta.

O Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, apoiado pelo Fundo Florestal Permanente desde o ano de 2019, é, assim, uma peça fundamental na uniformização de procedimentos, ao nível da diminuição dos impactos dos incêndios nos ecossistemas, da preservação da natureza e da conservação de espécies florestais.

No campo de atuação da proteção civil, nomeadamente no que se refere ao **Plano de Fogo Controlado Intermunicipal**, a CIM Viseu Dão Lafões, no ano de 2021, irá dar início à realização de ações de fogo controlado, na sequência de uma candidatura aprovada pelo Fundo Florestal Permanente, no passado mês de outubro, à qual foi atribuído um apoio de 78.600,00€.

Esta candidatura, para apoio à realização de fogo controlado no âmbito do Programa Nacional de Fogo Controlado, irá permitir o desenvolvimento de ações de prevenção estrutural, duráveis e sustentáveis, de escala territorial numa lógica de paisagem, que promovam a compartimentação dos espaços através da criação de descontinuidades do coberto vegetal, em faixas ou mosaicos estrategicamente localizados, reduzindo a quantidade de combustível acumulado, à promoção do envolvimento das diferentes estruturas intervenientes nos incêndios florestais, bem como dos que usufruem localmente do espaço, e contribuir para o uso da técnica de fogo controlado na gestão silvícola do território.

De referir que, todas estas ações no domínio da proteção civil intermunicipal e da defesa da floresta contra incêndios são delineadas e operacionalizadas pela **Comissão Intermunicipal de Proteção Civil**, criada em 2019.

Assim, este grupo de trabalho, de caráter consultivo, constituído por diversas entidades com relevância na área da proteção civil, de entre as quais se destacam, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a Guarda Nacional Republicana – Comando Territorial de Viseu, a Polícia de Segurança Pública, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, o Instituto da Segurança Social de Viseu e o Agrupamento de Centros de Saúde Dão Lafões, irá continuar a reunir, com alguma regularidade durante o ano de 2021, por forma a orientar a tomada de decisão do Conselho Intermunicipal e a acompanhar o trabalho que vai sendo desenvolvido pela Unidade de Proteção Civil Intermunicipal.

Dar, ainda nota, que uma vez que existe uma grande incerteza relativamente à evolução da pandemia causada pelo COVID-19, bem como quanto à disponibilidade de uma vacina que permita alcançar um quadro de proteção ou imunidade suficiente e estável para que todas as atividades económicas e sociais regressem ao pleno do seu funcionamento, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios estarão atentos a toda esta problemática, no sentido de articularem e implementarem medidas de mitigação dos efeitos originados pela pandemia.

Assim, e sempre que se justifique, a CIM Viseu Dão Lafões, à semelhança do que aconteceu no decurso do presente ano, irá continuar a colaborar com as demais entidades da região, no sentido de

operacionalizar os apoios não só para os que estão na linha da frente do combate a esta pandemia (ex: profissionais de saúde, agentes da proteção civil, etc), mas, também, para os que sofrem os seus efeitos (ex: empresas, entidades sociais, trabalhadores, etc).

Life Landscape Fire

Na área da proteção civil, a CIM Viseu Dão Lafões, para além dos projetos apresentados ao Portugal 2020, e mencionados anteriormente, tem, também, integrado algumas parcerias no âmbito da apresentação de projetos a Programas Europeus.

Nesse âmbito, encontra-se em execução, desde o ano de 2019, o projeto “Life Landscape Fire Project”, aprovado pelo Programa Europeu LIFE – Environment and Resource Efficiency, em agosto desse ano, no seguimento de uma candidatura apresentada pela CIM Viseu Dão Lafões, em parceria com o Instituto Politécnico de Viseu, a Universidade da Extremadura, a Junta da Extremadura e a Mancomunidade de Sierra de San Pedro.

Esta candidatura, com um investimento elegível aprovado de 2.377.698,00€, dos quais 1.206.971,00€ são geridos pela CIM Viseu Dão Lafões, e financiados a uma taxa de aproximadamente 54%, tem como objetivo o desenvolvimento de medidas, de grande escala, de prevenção contra os fogos florestais, a conservação da biodiversidade, o aumento da resiliência florestal, a capacitação dos decisores relativamente aos benefícios da prevenção, bem como, a identificação de um conjunto de opções e medidas de adaptação local que irão permitir identificar e propor ações de redução da vulnerabilidade territorial atual e futura da região.

Neste contexto, o projeto irá privilegiar o uso do fogo controlado na gestão dos combustíveis e na prevenção dos incêndios florestais, uma vez que, esta ferramenta permite, em simultâneo, a redução da carga e do seu potencial risco de incêndio, a renovação das pastagens, a fertilização dos solos e o controlo de espécies invasoras.

Assim, a CIM Viseu Dão Lafões encontra-se a iniciar um processo de capacitação, o qual se irá estender para o ano de 2021, no âmbito do qual serão formados e credenciados 25 técnicos de fogo controlado e 75 operacionais de queima, que irão abordar a temática da ecologia do fogo, o comportamento do fogo, as normas de segurança, as técnicas de ignição e a pirometeorologia.

Neste sentido, estas ações de formação irão dotar os formandos de ferramentas técnicas (teóricas e práticas), que lhes permitam entender e elaborar os planos de fogo controlado, executar através de ações piloto as diversas técnicas de ignição para o fogo controlado, bem como a avaliação dos impactos de queima.

Posteriormente, à realização este processo de capacitação, irão ser realizadas, pelos técnicos, formados, ações de fogo controlado pelo território, enquanto meio de prevenção e supressão dos incêndios florestais, sendo que, em algumas das ações o uso do fogo irá ser associado à atividade pastoril.

De referir que, a pastorícia será, também, uma ferramenta bastante valorizada no projeto “Life Landscape Fire Project”, na medida em que a sua utilização permite, à semelhança do fogo controlado, reduzir o combustível florestal, convertendo florestas propensas ao fogo em áreas mais resistentes, o que conseqüentemente, origina a redução do risco de incêndio.

Assim, será desenvolvido um Plano de Ordenamento do Pastoreio e da Pecuária Extensiva, mediante a experimentação de zonas piloto, num contexto de prevenção e diminuição dos riscos relacionados com os grandes incêndios e valorização socioeconómica do espaço florestal, e serão, também, realizadas ações piloto para o controlo de invasoras lenhosas mediante o uso combinado do fogo e da pastorícia.

Dar nota que, este projeto, cujo período de execução é de 36 meses, irá originar melhorias ao nível ambiental, social e económico, uma vez que as ações que serão implementadas ajudarão a capacitar os agentes da proteção civil, melhorar a paisagem, proteger as florestas, e prevenir as enormes perdas pessoais, materiais e financeiras causadas pelos incêndios que, todos os anos, afetam as regiões.

Drysense – Sistema de alerta prematuro e de gestão de secas e erosão do solo

Os recursos hídricos são essenciais, em termos estratégicos, para todos os setores produtivos, pelo que, a sua gestão requer a atenção de todos os responsáveis pelas políticas públicas, dada a imprescindibilidade deste recurso para a sociedade.

A esta circunstância, acresce o facto de, nos últimos tempos, a Europa ter vindo a ser afetada por eventos climáticos extremos, como sejam a queda de chuvas e o aumento das temperaturas, os quais têm impactos ao nível da diminuição da disponibilidade de água e rendimento das culturas, do aumento do risco de seca e incêndios florestais, perda de biodiversidade e impactos adversos sobre a saúde e o bem-estar das pessoas e o gado.

Estes acontecimentos dão origem a um pronunciado déficite hídrico para os territórios, o que gera incerteza significativa sobre a disponibilidade do recurso hídrico, pelo que é crucial, criar meios para uma cooperação territorial ao nível da água, garantindo a sustentabilidade deste recurso.

Assim, é necessário melhorar a capacidade dos agentes políticos, económicos e sociais para racionalizar o uso dos recursos hídricos, gerindo, de forma eficaz, a quantidade de informação existente, e desenvolvendo ferramentas que permitam adaptar essas informações às necessidades das diferentes áreas territoriais.

Nesse sentido, e considerando que a problemática associada a este recurso hídrico, também, afeta a região Viseu Dão Lafões, a Comunidade Intermunicipal, após convite, decidiu integrar uma parceria, liderada por uma entidade francesa, no âmbito de uma candidatura apresentada à 3ª convocatória do INTERREG SUDOE.

O projeto "ClimAlert", cuja execução foi iniciada no ano de 2019, na sequência da sua aprovação, visa o desenvolvimento de um serviço transnacional de alerta precoce de riscos climáticos relacionados com a água (secas, incêndios e inundações) na área de cooperação de Portugal, França e Espanha, prevendo-se, assim, a existência de uma plataforma que reunirá informações do satélite "SENTINEL", sensoriamento remoto, sistemas de informações geográficas e informações climáticas disponíveis.

Esta plataforma tem como finalidade ajudar a prever e compreender o comportamento de eventos climáticos extremos e a gestão da água nos níveis rural (erosão do solo) e urbano (ondas de calor), pelo que, a mesma será testada em diferentes locais em toda a área de cooperação, contando com a

colaboração nas fases de projeto e implementação com todos os agentes de interesse (proteção civil, associações de agricultores, organizações de gestão ambiental, etc.).

Posto isto, e uma vez que a CIM Viseu Dão Lafões já possui uma ferramenta deste tipo, nomeadamente a “Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal”, que disponibiliza a mais diversa informação aos agentes da proteção civil a operar no território, a CIM Viseu Dão Lafões considerou não ser necessário proceder ao desenvolvimento de mais uma plataforma, uma vez esta tem capacidade para alojar a informação que irá ser fornecida no âmbito da implementação do projeto.

Perante isto, atualmente, os restantes parceiros do projeto encontram-se a desenvolver as suas plataformas, uma vez que não dispunham de nenhuma ferramenta similar, perspetivando, assim, que no início do ano de 2021, estejam reunidas as condições para se proceder à instalação dos sensores que irão recolher a informação hídrica dos solos, a qual será, posteriormente, disponibilizada nas plataformas dos vários parceiros.

Dar nota que este projeto, programado para um período de 36 meses, irá contribuir para uma melhor racionalização do uso da água nos territórios abrangidos, estando associado ao mesmo um investimento elegível de 1.693.873,16€, dos quais 190.000,00€ serão geridos pela CIM Viseu Dão Lafões, e cofinanciados a uma taxa de 75%.

Adaptação às Alterações Climáticas em Viseu Dão Lafões

Conforme é sabido, as alterações climáticas têm vindo a ocupar, nos últimos anos, um papel de destaque nas agendas governamentais, sendo já consideradas uma das maiores ameaças, em resultado dos factos registados: aumento global das temperaturas do ar e dos oceanos, derretimento generalizado da neve e do gelo e subida dos níveis dos mares.

Este aquecimento global é em grande medida atribuído às emissões dos gases com efeito de estufa produzidas pelas atividades humanas, pelo que, para combater as alterações climáticas, é necessário implementar políticas para reduzir as emissões de gases de estufa a nível mundial.

No entanto, e mesmo que as políticas e os esforços para reduzir essas emissões sejam eficazes, algumas mudanças climáticas serão inevitáveis, razão pela qual devem, também, ser desenvolvidas estratégias e ações de adaptação aos impactos das alterações climáticas.

Perante estes factos, e considerando a inexistência de uma estratégia territorial assente em medidas de adaptação às alterações climáticas para o território, a CIM Viseu Dão Lafões, ao longo dos últimos anos, tem vindo a trabalhar nesta temática.

O trabalho foi iniciado com a elaboração, de uma peça fundamental no caminho a percorrer ao nível da promoção do desenvolvimento sustentável por via das alterações climáticas, nomeadamente, o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas para Viseu Dão Lafões, o qual promove a integração da adaptação às alterações climáticas no planeamento intermunicipal e municipal e, dessa forma, cria uma cultura de adaptação transversal aos vários setores e atores, reforçando a resiliência territorial e preparando esta comunidade para os significativos desafios que as mudanças do clima estão/irão criar.

O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas para Viseu Dão Lafões é por isso considerado um instrumento fundamental para preparar a comunidade de Viseu Dão Lafões, bem como os seus atores estratégicos – públicos e privados -, para o caminho adaptativo que é necessário iniciar, começando pela adaptação à variabilidade climática de curto prazo e aos eventos extremos que já afetam este território com consequências muitas severas, conforme se verificou nos incêndios de outubro de 2017, com vista a reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas a longo prazo.

Para além deste Plano, a CIM Viseu Dão Lafões concluiu recentemente a elaboração de cartografia, sobre as vulnerabilidades/riscos associados às alterações climáticas, nomeadamente, ao nível da erosão dos solos, ondas de calor, secas e escassez de água, e incêndios florestais, a qual vem alavancar a cartografia já existente e proporcionar um melhor conhecimento do território.

Outras das ações desenvolvidas prendeu-se com a realização de ações de sensibilização municipais, junto da população escolar, sobre os riscos associados às alterações climáticas, nas quais foram abordadas as estratégias e as medidas que devem ser adotadas para melhorarmos o futuro da nossa região, e sobre os hábitos que temos de mudar para construirmos um futuro melhor, de forma a minimizarmos os impactos das alterações climáticas. Neste momento, encontra-se, ainda, por realizar a ação intermunicipal, a qual teve de ser cancelada, em resultado do surto pandémico, ocasionado pelo vírus COVID-19.

Posto isto, no ano de 2021, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus Municípios associados pretendem continuar a apostar na realização de ações que visem mitigar os efeitos das alterações climáticas, nomeadamente através da implementação das ações municipais e intermunicipais de adaptação de curto e médio prazo, que foram identificadas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas para Viseu Dão Lafões, nos mais diversos setores.

Neste sentido, a Comunidade Intermunicipal estará atenta à abertura de eventuais avisos de concurso, por forma a assegurar financiamento para a implementação das ações intermunicipais que foram identificadas a saber:

SETOR	AÇÃO	MEDIDA
Agricultura e Floresta	Criação de prémios à reconversão de zonas florestais ardidas de eucalipto e pinheiro bravo em áreas de espécies florestais autóctones	Realizar ações de prevenção de incêndios florestais
Biodiversidade e Paisagem	Plano intermunicipal de monitorização e controlo de plantas invasoras	Monitorizar espécies invasoras, pragas e doenças
Economia	Plano intermunicipal de mitigação de riscos climáticos na rede estruturante de áreas empresariais de Viseu Dão Lafões	Aumentar a resiliência das áreas industriais, comerciais e de serviços
Saúde Humana	Programa de monitorização interinstitucional do impacte das alterações climáticas na saúde	Reforçar a eficiência da monitorização e dos sistemas de alerta atuais

Segurança de Pessoas e Bens	Guia de boas práticas e ações específicas de disseminação da prevenção de comportamentos de risco e promoção da autoproteção das comunidades em incêndios florestais	Aumentar a sensibilização da população para uma cultura de precaução aos fogos florestais
Recursos Hídricos	Campanha de comunicação e ações de sensibilização para o uso eficiente da água	Promover o uso mais eficiente da água e da redução dos consumos urbanos

Life Nieblas - Reforestation & Climate Change Mitigation

Embora as mudanças climáticas sempre tenham existido, a verdade é que o ritmo entre estas variações climáticas tem sofrido uma forte aceleração, e a tendência é que tome proporções ainda mais caóticas se não forem tomadas medidas.

Este facto, faz com que as mudanças climáticas sejam a maior ameaça ambiental do século XXI, com consequências profundas e transversais a várias áreas da sociedade: económica, social e ambiental, pelo que é essencial tomar medidas para mitigar os seus impactos.

Ao nível dessas medidas, vários estudos têm demonstrado que, atualmente, a reflorestação do planeta é a melhor solução disponível para combater as alterações climáticas, com um potencial de capturar dois terços das emissões de dióxido de carbono produzidas pela humanidade.

Para além disso, é expectável que as alterações climáticas venham a originar condições de baixa pluviosidade e a desertificação em zonas substanciais do Sul da Europa e das regiões ultraperiféricas da União Europeia.

Perante este cenário, e por forma a tentar colmatar esta problemática, a CIM Viseu Dão Lafões integrou uma parceria, composta por várias entidades de Espanha, que apresentou uma candidatura ao Programa Europeu Life, no âmbito da reflorestação e da mitigação das mudanças climáticas, a qual foi objeto de aprovação no passado mês de fevereiro.

O projeto ora aprovado, designado de Nieblas, pretende testar coletores de nevoeiro inovadores e tipologias inovadoras de reflorestação que, com base na recolha de água de nevoeiro, não aumentem significativamente a pegada de carbono em comparação com as tipologias tradicionais, tendo em conta: a sua eficácia, custos e benefícios, incluindo, na medida do possível, as externalidades que produzem.

Neste sentido, este projeto com um investimento aprovado de 2.195.242,00€, dos quais 100.745,00€ serão geridos pela CIM Viseu Dão Lafões, e cofinanciados a uma taxa de 55%, irá permitir abordar as ações de reflorestação de uma forma mais viável e eficaz, reduzindo simultaneamente a pegada de carbono destas atividades, aumentando os sumidouros de carbono e melhorando a biodiversidade em zonas significativas do sul da Europa e das regiões ultraperiféricas e mesmo noutros locais da EU.

Dar nota que, o “Nieblas” já se encontra em execução, tendo já sido realizadas várias reuniões de trabalho, para definição das zonas a intervencionar, tendo no caso da CIM Viseu Dão Lafões, sido identificados 10 hectares, pertencentes à Rede Natura e localizados nos concelhos de Carregal do Sal e Vouzela.

Assim, no ano de 2021, serão instaladas nessas zonas os coletores de nevoeiro e plantadas espécies autóctones, cuja rega será assegurada através da água de nevoeiro recolhida pelos coletores instalados.

De referir que, este método de reflorestação inovador não aumenta significativamente a pegada de carbono, melhora a qualidade do ambiente e a infiltração de água no subsolo, controla o escoamento superficial, reduz a evapotranspiração e inverte ou abranda o atual processo de desertificação.

Eficiência Energética Intermunicipal

Conforme é sabido, nos últimos anos, a eficiência energética tem vindo a ganhar alguma importância no campo de atuação da CIM Viseu Dão Lafões e dos seus municípios associados, e nesse sentido esta área foi sinalizada no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

O trabalho desenvolvido tem permitido **melhorar a eficiência energética dos edifícios públicos, bem como da iluminação pública**, reduzindo, assim, as emissões CO₂/per capita e o consumo específico da energia.

No entanto, ainda, existe um grande caminho a percorrer nesta área, sendo necessário continuar a trabalhar na promoção da eficiência energética, na promoção das energias renováveis, e no desenvolvimento de sistemas, redes e formas de armazenamento energéticos inteligentes a nível local.

Assim, no decurso do ano de 2021, a CIM Viseu Dão Lafões estará atenta à abertura de avisos de concurso, que possam possibilitar a apresentação de projetos nesta área, nomeadamente, ao nível do diagnóstico, desenvolvimento e implementação de soluções e/ou ferramentas que melhorem a eficiência energética, bem como da adoção de mecanismos de monitorização energética, tendo em vista a redução dos custos de funcionamento dos municípios, a redução das emissões de gases com efeito de estufa e a dinamização da economia local.

Ao nível da energia elétrica, destaca-se o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao nível da análise de cenários para a exploração direta ou concessão da **rede elétrica de baixa tensão**, na sequência da publicação da Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, a qual definiu que os futuros procedimentos de concurso público, relativos à concessão a atribuir, deverão ter uma área territorial delimitada, pelo que os Municípios, passam a ter a possibilidade de se agruparem, ganhando escala e, conseqüentemente, capacidade negocial e, eventualmente, contrapartidas económicas.

Esta análise de cenários, cuja conclusão se perspectiva que venha a ocorrer no ano de 2021, irá permitir que os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões reanalise os níveis mínimos de serviço associados à distribuição de energia elétrica em baixa tensão, e melhorem as suas condições de remuneração.

Centro Green Deal em Compras Públicas

No âmbito do desenvolvimento da Agenda Regional para a Economia Circular do Centro, enquadrada pelo Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) lançou um projeto piloto designado Centro Green Deal em Compras Públicas, cujo objetivo é promover a economia circular na área das compras públicas.

Para além da CCDRC, este projeto é integrado pelas seguintes entidades: Câmara Municipal de Fornos de Algodres, a Câmara Municipal do Fundão, a Câmara Municipal de Seia, a Câmara Municipal de Torres Vedras, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC), a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a Comunidade Intermunicipal do Oeste, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, a Comunidade Intermunicipal de Viseu e Dão Lafões, o Instituto Politécnico de Coimbra, o Instituto Politécnico de Viseu e a Universidade da Beira Interior, as quais acordaram integrar esta rede de aprendizagem em compras públicas, através da assinatura de uma carta de compromisso, a 8 de abril de 2019.

Este projeto, inspirado nos Green Deals desenvolvidos na Holanda, visa, assim, a diminuição de consumos de energia e materiais, evitando os impactos negativos e a produção de resíduos ao longo de todo o ciclo de vida.

De referir que, o projeto conta com o apoio de uma equipa de peritos em compras públicas circulares pertencentes ao Ministério das Infraestruturas e Gestão da Água do Governo Holandês e será objeto de atenção por parte de consultores da OCDE, no contexto de uma ação piloto de Compras Públicas Estratégicas promovido pela Comissão Europeia.

Assim, a Comunidade Intermunicipal, enquanto entidade participante do projeto, no decurso do ano de 2021, irá prosseguir com o processo de integração dos princípios da economia circular nas suas compras, devendo para o efeito lançar dois procedimentos de contratação pública adequados a estes princípios, os quais se deverão basear na aquisição de produtos, bens e serviços que tenham um impacto ambiental reduzido.

Para além disso, a CIM Viseu Dão Lafões irá continuar a participar nas reuniões e nos workshops temáticos, onde são partilhadas experiências, conhecimentos e práticas entre os vários participantes deste projeto piloto.

E. Promover a criação de empresas, a empregabilidade e o empreendedorismo

Com este domínio de intervenção pretende-se promover o emprego, apoiar a mobilidade laboral, apoiar o emprego por conta própria, bem como, promover a adaptação dos trabalhadores e dos empresários a novos processos e abordagens, desenvolver o potencial endógeno regional e fomentar a coesão territorial.

Por outro lado, visa apoiar as empresas existentes, para promoção do emprego, e criar novas empresas, inovadoras e capacitadas para enfrentar os desafios dos mercados, através do apoio ao micro empreendedorismo e à incubação de microempresas (em termos de infraestruturas de acolhimento e de serviços e apoio técnico), contribuindo ainda para a diminuição do desemprego.

Assim, é necessário dinamizar a capacidade de inovação da base económica regional, apoiando o empreendedorismo e o desenvolvimento de uma cultura de experimentação e procura de novas vantagens competitivas, bem como promover a articulação da oferta de infraestruturas de acolhimento empresarial e de incubação, no sentido de dinamizar um leque de bens públicos que possam suportar o entorno no qual a criação de novas empresas se pode desenvolver com mais fluidez.

De salientar, ainda, que a implementação destas ações será complementada com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Rede Regional de Empreendedorismo Viseu Dão Lafões, ao nível da promoção da cultura empreendedora no território e de iniciativas de apoio à base económica local.

Neste domínio, temos ainda a destacar o papel que a CIM Viseu Dão Lafões assumiu no Portugal 2020, ao nível do sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (SIZÉ), enquanto organismo intermédio, tendo competências ao nível da gestão, acompanhamento, avaliação e controlo de investimentos, apresentados por micro e pequenas empresas, cujo montante esteja compreendido entre os 100.000€ e os 235.000€.

De referir, ainda, que, no próximo ano, a CIM Viseu Dão Lafões irá também gerir um novo instrumento de apoio a pequenos investimentos para a modernização do tecido empresarial local, que assegure a manutenção dos postos de trabalho, apoiando, assim, a retoma económica das empresas, neste contexto da pandemia do COVID-19.

Promoção do Empreendedorismo, do Emprego e do Espírito Empresarial em Viseu Dão Lafões

Ao longo dos últimos anos, a CIM Viseu Dão Lafões, em articulação com diversas entidades da região ligadas ao empreendedorismo, tem vindo a trabalhar esta temática, tendo em vista a criação de um ecossistema empreendedor.

Assim, e com o objetivo de contribuir para a fomentação e promoção do empreendedorismo e para a instalação e criação de novas empresas e negócios no território, têm vindo a ser realizadas e/ou promovidas várias atividades através da **Rede Regional de Empreendedorismo Viseu Dão Lafões**, da qual fazem parte várias entidades da região que trabalham esta temática, nomeadamente a AIRV, as instituições de ensino superior (Instituto Politécnico de Viseu, Instituto Piaget e Universidade Católica – Centro Regional das Beiras) e as associações de desenvolvimento local (ADD, ADICES e ADDLAP), e do Clube Business Angels Viseu Dão Lafões.

Paralelamente, destaca-se, também, o trabalho que tem vindo a ser realizado pela **Rede Emprego, Empresas e Empreendedorismo**, criada no âmbito da Plataforma de Cooperação organizada em redes, onde a cooperação entre organizações públicas e privadas tem sido capaz de construir e consolidar uma plataforma de ação comum na promoção do emprego e do empreendedorismo na região.

No entanto, e não obstante todo o trabalho realizado, é necessário reforçar o ecossistema e a capacidade de financiamento das empresas tecnológicas, e fomentar a competitividade da economia, pela atração de investimento estrangeiro na área tecnológica, renovação do tecido económico e criação de mais emprego qualificado.

Assim, é necessário potenciar os resultados das empresas e a criação ou melhoria das condições envolventes, com particular relevo para as que se encontram associadas a fatores imateriais de competitividade de natureza coletiva, e que se materializem na disponibilização de bens coletivos ou públicos capazes de induzir efeitos de arrastamento na economia.

Neste sentido, e tendo em vista estimular o espírito empresarial da região, a CIM Viseu Dão Lafões, em parceria com a AIRV - Associação Empresarial da Região de Viseu, a Vissaium XXI – Associação para o Desenvolvimento de Viseu, o IPV – Instituto Politécnico de Viseu e a ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários, apresentaram, no passado mês de setembro, uma candidatura ao aviso de concurso n.º CENTRO-60-2020-03, no âmbito do Sistema de Apoio a Ações Coletivas.

Com esta candidatura, designada “**Mais e Melhor Empreendedorismo em Viseu Dão Lafões**”, a parceria pretende unir esforços para implementar um plano de atividades capaz de dar resposta a desafios societais atuais que dependem da criação de mecanismos adequados à promoção espírito empresarial e à capacitação das estruturas de apoio e dinamização de iniciativas de mentoria de ideias inovadoras na região de Viseu Dão Lafões.

Neste sentido, pretende-se atuar nas diferentes fases do ciclo de empreendedorismo (sensibilização, identificação e geração de ideia, desenvolvimento de ideia e projeto empresarial), num público alvo diferenciado que inclui: desempregados que pretendem criar o seu próprio emprego; empreendedores nomeadamente os jovens com ou sem ideia para projeto empresarial; empresas recém-criadas (startups com menos de 1 ano).

Este projeto, com um investimento orçamentado em 598.735,90€, dos quais 290.936,70€ serão geridos pela CIM Viseu Dão Lafões e cofinanciados a uma taxa de 85%, tem como principais objetivos:

- Reforçar Viseu Dão Lafões como um ecossistema de referência para a criação de empresas nos setores do agronegócio, economia digital, turismo e indústrias culturais e criativas, entre outros;
- Envolver o ecossistema de empreendedorismo e inovação na criação de condições para dar resposta às oportunidades de desenvolvimento e aumento de competitividade dos projetos em fase de ideia e das startups em consolidação na região;
- Qualificar a oferta de serviços de incubação e as capacidades do ecossistema de empreendedorismo regional para dar uma resposta mais eficaz às pré-startups e startups através da promoção do trabalho em rede e da partilha de recursos;
- Promover junto dos empreendedores as lacunas nos setores estratégicos e as potencialidades económicas da região ao nível dos setores e produtos (mapeamento na cadeia de valor), conduzindo à criação de novas empresas que deem resposta às oportunidades do território.

É expectável que a aprovação da candidatura ocorra nos próximos meses, pelo que a sua execução será iniciada no ano de 2021, com a realização de ações que contribuem para estimular o espírito

empresarial, potenciando o apoio à geração de ideias inovadoras e de novas iniciativas empresariais e à criação de novas empresas.

Programa de Captação de Investimento

A transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, regulamentada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto de 2019, abrangeu os mais diversos setores, sendo um deles o respeitante aos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento.

Assim, o Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento, estabelece, no seu artigo 2º, que é da competência dos órgãos das entidades intermunicipais:

- a) Elaborar, em articulação com as opções de desenvolvimento a nível regional, a estratégia global das respetivas sub-regiões, incluindo o diagnóstico e identificação das necessidades e oportunidades dos territórios;
- b) Elaborar o programa de ação, incluindo o planeamento indicativo dos investimentos a realizar, para a prossecução da estratégia referida na alínea anterior;
- c) Definir, implementar e monitorizar programas de captação de investimento produtivo empresarial de dimensão sub-regional, articulados com a estratégia referida na alínea a), incluindo a participação nos processos de apoios, no que se refere à vertente sub-regional, na análise de candidaturas, na aplicação de critérios de seleção e na elaboração de proposta de seleção das candidaturas a financiar;
- d) Dinamizar e promover, a nível nacional e internacional, o potencial económico das respetivas sub-regiões, designadamente realizando e participando em eventos, bem como gerindo postos e portais de informação neste âmbito;
- e) Apresentar candidaturas no âmbito de programas de financiamento europeu com vista à implementação de projetos a nível sub-regional, designadamente de natureza económica, social e cultural;
- f) Gerir e implementar projetos financiados com fundos europeus.

O referido diploma especifica ainda que, sem prejuízo das competências próprias da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., do Turismo de Portugal, I.P., e do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., e em articulação com estes organismos, as entidades intermunicipais podem, no âmbito das competências referidas anteriormente:

- a) Gerir, negociar e participar no desenvolvimento de apoios ao investimento sub-regional;
- b) Gerir e negociar programas de promoção da imagem da região no exterior;
- c) Promover a capacitação, o empreendedorismo, o desenvolvimento e competitividade empresarial e a dinamização de redes, nomeadamente pela participação em iniciativas ou redes europeias e internacionais de promoção da inovação e da cooperação empresarial.

Esta transferência de competências foi aceite pelo Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, em reunião realizada a 23 de janeiro de 2019, e nesse seguimento, a Comunidade Intermunicipal iniciou a elaboração, em articulação com as opções de desenvolvimento a nível regional, da estratégia global das respetivas sub-regiões e do programa de ação para a prossecução dessa estratégia.

Este processo tem contado com o envolvimento e mobilização dos principais atores da região, nomeadamente, municípios, associações culturais e de desenvolvimento regional, associações empresariais, instituições do ensino superior, incubadoras de empresas, agências e autoridades públicas, e empresas, os quais tiveram uma participação ativa na análise e discussão dos aspetos mais relevantes associados ao desenvolvimento regional.

Neste momento, encontra-se concluído o diagnóstico da região Viseu Dão Lafões, no qual foram analisados alguns dos principais indicadores que sintetizam o posicionamento atual e a evolução recente dos catorze municípios que constituem o território Viseu Dão Lafões, não apenas em termos de atividade económica e dinâmica empresarial, mas, também, relativamente a uma série de outras dimensões que caracterizam a atratividade dos territórios para a fixação de empresas e pessoas, como as dinâmicas demográficas, as qualificações da população, a oferta de serviços de saúde e de ensino ou as dinâmicas culturais.

Perspetiva-se que até ao final do corrente ano, seja concluída a elaboração da “Estratégia e Programa de Ação no domínio da competitividade e captação de investimento”, a qual se irá continuar a basear num processo aberto a todas as instituições do setor empresarial, associativo, do sistema científico e tecnológico ou do terceiro setor de Viseu Dão Lafões.

De referir que, a “Estratégia e Programa de Ação no domínio da competitividade e captação de investimento” constitui-se como um importante instrumento estratégico para a atuação da CIM Viseu Dão Lafões, uma vez que irá permitir que esta entidade possa assumir um papel, ainda, mais ativo na dinamização e promoção, a nível nacional e internacional, do potencial económico da região, bem como na captação de empresas e investimentos para Viseu Dão Lafões.

Posto isto, a CIM Viseu Dão Lafões pretende, no decurso do ano de 2021, começar a trabalhar na operacionalização e implementação dos investimentos e ações que vierem a ser identificadas no Plano de Ação, tendo em vista a prossecução da estratégia de competitividade e captação de investimento definida para a região Viseu Dão Lafões.

F. Investir na educação, nas competências, na aprendizagem ao longo da vida e na promoção do sucesso escolar

Esta opção estratégica visa a melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas.

Engloba, ainda, a melhoria da pertinência do ensino e da formação, ajustada às necessidades do mercado de trabalho e em convergência com os padrões europeus, facilitando a transição da educação para o trabalho e o reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade.

Assim, a CIM Viveu Dão Lafões ao apostar na promoção do sucesso educativo, na prevenção e redução do abandono escolar precoce e no reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade, pretende criar condições para a criação de uma região mais competitiva, mais coesa e mais qualificada.

Formação Intermunicipal no âmbito do Portugal 2020

A estratégia do Portugal 2020 pretende corrigir desequilíbrios estruturais que, ainda, persistem entre o país e os Estados Membros mais desenvolvidos da União Europeia, quer a nível das desigualdades sociais quer a nível das económicas, em termos de indicadores de produtividade, escolarização e especialização competitiva da economia, e pretende melhorar e reforçar as intervenções públicas nos domínios do combate à pobreza e da promoção da inclusão social e do emprego.

Perante este contexto, a Comunidade Intermunicipal, convicta de que o motor mais sustentável do desenvolvimento e da promoção da convergência económica e social é o capital humano e a inclusão social, tem vindo a apostar nestas áreas.

Neste sentido, é pretensão da CIM Viseu Dão Lafões, apresentar, no decurso do ano de 2021, candidaturas no âmbito deste domínio temático, estando por isso atenta à abertura de eventuais avisos de concurso pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) e pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH).

Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões

Neste novo período comunitário, é exigido à região Viseu Dão Lafões, um redobrado esforço e foco de intervenção na escolaridade e no desenvolvimento de percursos educativos, bem como, no desenvolvimento de medidas de combate ao abandono escolar precoce, as quais se encontram fortemente associadas à concretização dos objetivos de coesão social e competitividade definidos para Viseu Dão Lafões.

Neste sentido, e fruto do trabalho proveniente das reuniões da Rede da Educação e da Rede da Qualificação e Mercado de Trabalho, foram identificadas iniciativas integradas e inovadoras de combate ao insucesso escolar, as quais culminaram numa candidatura intermunicipal apresentada ao Programa Operacional Regional do Centro 2020, no âmbito da promoção do sucesso educativo em Viseu Dão Lafões.

Esta candidatura, que tem vindo a ser implementada ao longo dos últimos três anos, conta com a colaboração das escolas e dos centros de formação de professores da região, e tem como objetivo aumentar as intervenções que de forma integrada e articulada favoreçam as condições para o reforço da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos, e o reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação.

No entanto, e considerando que as candidaturas apoiadas pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, no âmbito do primeiro aviso de concurso, se encontram na fase de conclusão, indo o financiamento da candidatura da CIM Viseu Dão Lafões terminar próximo mês de dezembro, o referido Programa Operacional, reconhecendo a importância de dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao nível do combate ao insucesso escolar, lançou um segundo aviso de concurso para apresentação de candidaturas (CENTRO-66-2020-84).

Com este novo aviso pretende-se aprofundar o trabalho já iniciado, apostando em intervenções que reforcem a orientação para os resultados relacionados com o sucesso dos alunos no seu percurso escolar, sendo para o efeito valorizada a experiência adquirida, nomeadamente ao nível da articulação das intervenções municipais com as escolas e as comunidades envolventes ao contexto escolar, mas, também, ao nível da articulação intermunicipal.

Acresce, ainda, que estes projetos ganham uma importância crucial tendo em conta as condicionantes que a situação de pandemia que vivemos colocam no normal desenvolvimento das atividades escolares, reforçando a necessidade de prever medidas de acompanhamento dos alunos com maiores dificuldades quer no quadro do processo ensino-aprendizagem, quer no quadro do seu contexto socioeconómico, procurando reduzir os riscos de abandono e insucesso escolar.

Posto isto, a CIM Viseu Dão Lafões consciente da importância de prosseguir com as atividades que tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos, encontra-se a preparar, em articulação com os seus municípios associados, a nova candidatura a apresentar ao aviso de concurso n.º CENTRO-66-2020-84, a qual terá de ser apresentada até ao final do corrente ano.

De referir que, o plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar, de âmbito intermunicipal, que irá sustentar a nova candidatura, terá de complementar os planos de ação estratégica das escolas aprovados pela estrutura de missão para a promoção do sucesso escolar, no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 11 de abril, e que é complementada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2019, de 14 de agosto, a qual prorroga o mandato da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar e que alarga as respetivas competências, bem como os Planos de Melhoria Plurianuais desenvolvidos pelas escolas TEIP, no âmbito do Programa TEIP3, enquadrado pelo Despacho Normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro.

Assim, e fruto da nova candidatura que será apresentada, a CIM Viseu Dão Lafões, no ano de 2021, irá dar continuidade às ações intermunicipais que tem vindo a desenvolver, de entre as quais se destaca o **programa de capacitação dirigido a todos os técnicos, de diferentes formações e especialidades**, tendo em vista a dinamização das equipas multidisciplinares, que neste contexto pós-pandemia terão um papel primordial ao nível do acompanhamento de proximidade dos resultados das ações de promoção do sucesso educativo.

De referir que a promoção do trabalho em rede destes mediadores/equipas multidisciplinares é bastante importante, uma vez que são estes técnicos que, em cada um dos municípios estão na linha da frente, apoiando e suportando as intervenções em prol do sucesso educativo nas dimensões relação escola-família-comunidade, trabalho em sala de aula, diferenciação/ inovação pedagógica e ambientes de aprendizagem, prevenção e intervenção precoce, valorização dos percursos educativos e formativos e promoção de aprendizagens não formais e informais.

No ano de 2021, também o “Laboratório Móvel das Ciências - Viseu Dão Lafões”, apresentado publicamente no passado dia 15 de setembro, irá visitar, em regime de itinerância, os 3º e 4º anos de escolaridade do 1º ciclo do ensino básico, de todos os agrupamentos de escolas dos 14 municípios integrantes da Comunidade Intermunicipal.

De referir que, a criação do laboratório móvel assenta numa dinâmica de exploração de novas práticas focadas no aluno, onde as crianças, desde o início da escolaridade, vivenciam ambientes potenciadores do desenvolvimento, de conhecimento e competências, por exemplo, nas áreas da robótica, do mundo digital, da criatividade e inovação, da colaboração e da resolução de problemas.

Assim, os alunos terão ao seu dispor um ambiente pedagógico, rico e diferente do seu contexto normal de aprendizagem, com material e conteúdo estimulante e enriquecedor, que permitirá partir à descoberta do conhecimento, uma vez que acreditamos que este contacto com as áreas, por exemplo, da robótica e das ciências experimentais, potencia o gosto dos alunos pelo conhecimento e pela descoberta, o que por sua vez, poderá estimular um maior envolvimento na aprendizagem.

Dar, também nota, que as potencialidades deste laboratório móvel poderão ser vivenciadas não só no período escolar, aquando da passagem do veículo pelas várias escolas, mas, também, nos períodos de interrupção letiva, nos quais o autocarro irá permanecer alguns dias em cada um dos Municípios da CIM Viseu Dão Lafões, permitindo que crianças em contexto de férias letivas possam também usufruir desta experiência.

Será, também, dado seguimento ao projeto “PISA for Schools” (PISA para as Escolas), atualmente em implementação nas escolas da CIM Viseu Dão Lafões, no seguimento de um desafio lançado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o qual visa a capacitação das Escolas e a melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos e do seu bem-estar, através da capacitação dos professores, líderes escolares e coordenadores regionais ou nacionais.

Com este projeto são medidas as competências e analisado o desempenho dos alunos do nosso território, nas áreas da Matemática, Leitura e Ciências, o que irá permitir conhecer o contexto sócio económico dos alunos e das suas atitudes face à aprendizagem, para que, posteriormente, possamos refletir sobre os resultados e consolidar ou redefinir metodologias do processo ensino/aprendizagem, tendo em vista a sua melhoria contínua.

Para além destas ações, a CIM Viseu Dão Lafões irá continuar a assegurar a **dinamização do site www.valorizateviseudaolafoes.pt**, através da divulgação de todas as iniciativas, de carácter intermunicipal e municipal, que são realizadas no território Viseu Dão Lafões ao nível da promoção do sucesso educativo.

De referir que o contexto associado à pandemia do COVID-19 trouxe grandes desafios à atividade letiva, quer em termos de leccionamento, quer em termos das relações interpessoais da comunidade letiva (professores, alunos, encarregados de educação), pelo que, nesta fase, todas as atividades que possam enriquecer e estreitar a relação escola-família, no sentido de evitar o abandono escolar, são uma mais valia para o território, e, conseqüentemente, para a promoção do sucesso educativo.

Antecipação de Necessidades de Qualificação

Conforme é sabido, a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a desenvolver um diagnóstico de aprofundamento regional das necessidades de qualificações que sustenta a elaboração de um Programa Estratégico de Formação para a região e a elaboração das propostas da rede de oferta para os Cursos Profissionais ao longo do período de vigência do Portugal 2020.

Este trabalho, iniciado no ano letivo 2015/2016, tem como objetivo contribuir para que o esforço desenvolvido na região ao nível da produção de qualificações e desenvolvimento de competências por via da formação profissional, melhore a sua articulação com as necessidades do tecido produtivo e do mercado de trabalho regional.

Assim, a Comunidade Intermunicipal, na sequência do protocolo de cooperação estabelecido com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), tem sido responsável, ao longo dos últimos anos, por coordenar o processo de concertação das necessidades formativas entre as escolas que dinamizam a oferta de Cursos Profissionais na região.

Neste sentido, é pretensão da CIM Viseu Dão Lafões dar continuidade a este processo de concertação das necessidades formativas entre as escolas, por forma a elaborar o Plano de Oferta conjunto para o próximo ano letivo (2021/2022), que será, posteriormente, remetido para a ANQEP e para a DGEstE.

De referir que, nesta fase em que a CIM Viseu Dão Lafões se encontra a elaborar uma “Estratégia e Programa de Ação no domínio da competitividade e captação de investimento”, na sequência da assunção de competências nesta área, e sendo a formação e qualificação um dos aspetos que influenciam a atividade económica e as dinâmicas empresarias, torna-se cada vez mais importante ajustar a oferta de cursos profissionais da região Viseu Dão Lafões, às necessidades reais dos empregadores.

Assim, no ano de 2021, a CIM Viseu Dão Lafões irá continuar a apostar na valorização do ensino profissional da região Viseu Dão Lafões, com particular enfoque nas áreas profissionais que são consideradas estratégicas para o território.

G. Promover a coesão social, o desenvolvimento do terceiro sector e o envelhecimento ativo

Este domínio de intervenção visa promover o desenvolvimento das competências socioprofissionais, pessoais e básicas de grupos potencialmente mais vulneráveis, fomentando a igualdade de oportunidades e de género, promovendo a inclusão social e o combate à pobreza e ao envelhecimento ativo.

Pretende, ainda, promover o empreendedorismo e a inovação social de forma a melhorar a capacidade de resposta das organizações da economia social, contribuindo para a sua sustentabilidade, e reforçar a intervenção social com base na relevância e promoção do voluntariado, potenciador de inclusão social.

Assim, a CIM Viseu Dão Lafões irá fomentar a inclusão ativa, impulsionar a economia social e as empresas sociais, implementar estratégias de desenvolvimento local, contribuindo para o desenvolvimento regional e local e para a redução das desigualdades no acesso a serviços sociais.

Coesão Social em Viseu Dão Lafões

Considerando que, neste novo período comunitário, é exigido à região Viseu Dão Lafões, um redobrado esforço e foco de intervenção em matéria de inclusão social, esta área foi sinalizada no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões, através da identificação de projetos municipais e intermunicipais.

Neste sentido, e tendo em vista a estruturação e, posterior, implementação desses projetos, a Rede da Coesão Social, criada no âmbito da Plataforma de Cooperação Institucional organizada em redes, tem realizado, ao longo dos últimos anos, várias reuniões de trabalho com vista à apresentação e discussão do diagnóstico da situação social da região, tendo em vista a delimitação de eixos de atuação prioritária e a consequente leitura estratégica do modo de operacionalização dos objetivos e opções de investimentos previstos no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial de Viseu Dão Lafões, no domínio da inclusão social.

Deste trabalho, e dos contributos das diversas entidades que compõem a referida Rede, nomeadamente, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Administração Regional de Saúde do Centro, Associações de Desenvolvimento Local, Centros de Formação de Professores, Plataforma Supra Concelhia Dão Lafões, União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social, União Distrital das Misericórdias, Rede Europeia Anti-Probreza, Cáritas Diocesana Viseu, Municípios, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, foram definidas como estratégicas para a região Viseu Dão Lafões, as seguintes linhas de atuação:

- Capacitação de cuidadores e promoção da qualidade de vida de pessoas idosas e pessoas dependentes em Viseu Dão Lafões;
- Ações de promoção da saúde mental em Viseu Dão Lafões;
- Intervenção familiar e comunitária para a inclusão social.

Destas linhas de atuação resultam projetos para materializar as mesmas, sendo um deles o projeto “Viseu Dão Lafões Cuida”, o qual está focado no papel e na ação, nem sempre reconhecidos e valorizados, das pessoas que cuidam.

Assim, através da conceção e desenvolvimento de ações abrangentes e multidisciplinares que saibam conferir escala e sustentabilidade a iniciativas já existentes, bem como induzir o aparecimento, disseminado pelo território, de novas sinergias e iniciativas, pretende-se apoiar o dia-a-dia dos/as cuidadores/as, qualificando a sua ação e potenciando o seu contributo para a promoção da qualidade de vida do conjunto muito alargado de pessoas que recebem os seus cuidados.

Este projeto procura, por um lado, responder aos desafios específicos que hoje o cuidado de pessoas idosas e de pessoas dependentes impõe, mas também de favorecer a permanência dos indivíduos e das famílias nos seus contextos domésticos e de vida, contribuindo para o reforço da vida comunitária e da coesão social e territorial, e por outro lado, incentivar formas de articulação frutuosa entre as redes de cuidados formais e informais, promovendo a replicação e generalização

de boas práticas e propiciando a proximidade, a personalização e a qualificação da intervenção realizada no território, incluindo em áreas isoladas e de mais baixa densidade.

Relativamente ao projeto “**Plenamente Viseu Dão Lafões**” este visa a promoção da saúde mental, por via da produção de conhecimento detalhado e cientificamente informado da realidade; da promoção do trabalho em rede e da coordenação entre os diversos agentes e instituições que operam neste domínio; e do desenvolvimento de modalidades integradas, multidisciplinares e inovadoras de intervenção, conjugando prevenção primária, secundária e terciária da doença com ações de promoção da saúde mental e de combate ao estigma, garantindo a ligação à comunidade – de modo a favorecer a acessibilidade e possibilitar uma melhor articulação com os cuidados primários de saúde e com os serviços sociais – e assegurando o envolvimento e a participação ativa das pessoas com problemas de saúde mental nas iniciativas promovidas, com respeito pela sua individualidade própria, privacidade e necessidades específicas.

Ao nível da intervenção familiar e comunitária para a inclusão social surge o projeto “**Famílias de A a Z**”, o qual irá desenvolver ações ao nível da prevenção e confrontação da violência doméstica e de género, da intervenção socioeducativa e ocupacional com pessoas com deficiência, da promoção da interculturalidade e intervenção comunitária com minorias, e do apoio às famílias e à sua ação.

De referir que, todo este trabalho culminou com a assinatura, no dia 16 de janeiro de 2019, do “**Compromisso pela Coesão em Viseu Dão Lafões**” por parte de todos os parceiros que constituem a parceria, sedimentando, assim, um trabalho e de união de forças.

No entanto, e apesar da estratégia em matéria de coesão social estar definida e consolidada por parte de todos os agentes do território, e dos correspondentes projetos que irão materializar a mesma terem sido definidos e identificados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, na tipologia “projetos inovadores”, perspetiva-se que, a curto prazo, os mesmos não possam ser apresentados ao Programa Operacional Regional do Centro 2020, fruto da reprogramação ao referido Programa que se encontra em curso.

Esta reprogramação, que visa dar resposta aos constrangimentos causados pela pandemia do COVID-19, pretende retirar todo o investimento associado à área da inclusão social (prioridade de investimento 9.1), o que irá impossibilitar a apresentação e financiamento dos projetos já definidos e estruturados para a região, estando, neste momento, a Comunidade Intermunicipal num processo negocial com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, por forma a que seja mantida alguma verba na referida prioridade de investimento, que permita dar os primeiros passos na implementação de algumas das ações piloto identificadas.

+igual Viseu Dão Lafões

A Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões reconhece a igualdade e a não discriminação como condição para a construção de um futuro sustentável para a região Viseu Dão Lafões, enquanto território, que realiza efetivamente os direitos humanos e que assegura plenamente a participação de todas e de todos.

Perante isto, a CIM Viseu Dão Lafões consciente da responsabilidade social que tem enquanto interveniente ativo em várias esferas da sociedade, apresentou, no passado mês de junho, uma

candidatura ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no âmbito da tipologia “Apoio técnico à elaboração e monitorização da execução e avaliação dos planos para a igualdade”, no seguimento da publicação do aviso de concurso n.º POISE-22-2020-03, existindo já uma intenção de aprovação por parte do referido Programa Operacional.

O projeto +igual Viseu Dão Lafões, com um investimento de 490.000,00€, visa dar apoio a ações relativas ao desenvolvimento de diagnósticos, à elaboração, implementação, divulgação e avaliação de planos para a igualdade, definindo uma estratégia de territorialização das políticas de igualdade e não discriminação.

Assim, o projeto, cuja execução será iniciada em 2021, prevê a elaboração do Plano para a Igualdade dos municípios e da CIM Viseu Dão Lafões, os quais serão precedidos de um diagnóstico onde serão abordadas as matérias de não discriminação em razão de sexo e igualdade entre mulheres e homens; de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica; e de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais.

Com este diagnóstico será efetuado o levantamento das necessidades de forma criteriosa, exaustiva e participativa, que originará a identificação e subsequente priorização das necessidades na organização e no território, tendo em vista a construção dos Planos que respondam às necessidades efetivas e que possam ter impacto na qualidade de vida das pessoas.

Posteriormente, seguir-se-á a fase de implementação do Plano, a qual prevê a realização de um conjunto de atividades de carácter formativo, informativo e de sensibilização orientado para públicos definidos com base nas necessidades priorizadas.

De referir que este projeto, que será desenvolvido tendo por base uma intervenção integrada de todos os parceiros e atores locais, será uma mais valia para os municípios uma vez que irão ser definidas medidas que visam adequar as políticas públicas às características e necessidades territoriais da Região Dão Lafões.

H. Promover a Mobilidade e os Transportes em Viseu Dão Lafões

Esta linha estratégica visa promover a mobilidade no território Viseu Dão Lafões, nomeadamente ao nível da implementação do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, bem como da operacionalização do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP) na CIM Viseu Dão Lafões, enquanto Autoridade de Transportes.

De referir que o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, estabelece, o regime jurídico aplicável ao planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação.

Assim, pretende-se uma maior eficiência e gestão sustentável do serviço público de transporte de passageiros, bem como, a universalidade do acesso e a qualidade dos serviços, a coesão económica,

social e territorial, o desenvolvimento equilibrado do setor dos transportes e a articulação intermodal.

Autoridade de Transportes

Nos últimos anos, a temática da mobilidade e dos transportes passou a integrar as opções estratégicas de intervenção da CIM Viseu Dão Lafões, fruto da crescente complexidade e alteração dos padrões da mobilidade, sustentados na intensificação das taxas de motorização, que têm originado, nomeadamente nas áreas urbanas, uma degradação progressiva da qualidade de vida das populações.

O trabalho, neste campo de atuação, foi iniciado com a elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, o qual aborda todas as componentes da mobilidade, que as avalia, que mede as suas potencialidades e as suas insuficiências e, mais importante, que aponta caminhos para a resolução de muitos dos atuais problemas de mobilidade sentidos pelas populações, o que faz dele, também, um importante documento estratégico para a competitividade do território e para sua coesão económica e social.

Posteriormente, e com a entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, que aprova o novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RISPTP), a CIM Viseu Dão Lafões, além de ver serem-lhe atribuídas competências de Autoridade de Transportes, viu, também, serem-lhe delegadas as competências dos seus municípios associados em matéria de transporte público de passageiros.

Essas competências incluem a organização e planeamento das redes e infraestruturas, determinação das obrigações de serviço público, aprovação de regimes tarifários, fiscalização, divulgação do serviço público de transporte de passageiros, entre outros.

Com a assunção destas competências, a Comunidade Intermunicipal passou a ter um papel vital na estruturação de uma proposta de rede de serviço público de transporte de passageiros, que sirva a população e que ao mesmo tempo seja sustentável.

Assim, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados têm vindo a trabalhar nas metas fixadas na estratégia territorial de mobilidade definida para Viseu Dão Lafões, as quais compreendem a otimização do sistema de transportes, a diminuição da dependência do transporte individual, o aumento da eficiência de todo o sistema e, conseqüentemente, o aumento da atratividade do transporte público e a progressiva descarbonização associada à mobilidade.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido procurou estabelecer um modelo de organização e exploração adequado à procura e que seja economicamente sustentável e racional, tendo em conta os níveis mínimos de serviço público, impostos pela Lei n.º 52/2015, assegurando, assim, um sistema de transportes públicos adequado às necessidades de mobilidade das populações e ao volume de recursos públicos necessários e disponíveis para o seu financiamento, tendo em consideração os serviços regulares, os serviços flexíveis e os serviços especializados de transporte escolar.

De entre as ações desenvolvidas, destaca-se a implementação, desde o ano de 2019, do **Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART)**, o qual tem permitido financiar as Autoridades de Transporte a operar no território, isto é, a Comunidade Intermunicipal e o Município

de Viseu, para o desenvolvimento de ações que promovam a redução tarifária nos sistemas de transportes públicos coletivo, bem como a oferta de serviços e expansão da rede.

Estes apoios têm permitido implementar medidas de estímulo à utilização dos transportes públicos no território, como sejam a redução tarifária, através de descontos, na aquisição dos títulos de transporte ocasional (bilhetes simples inteiros, simples meio bilhete e pré-comprados), e na aquisição de passes mensais por utilizadores que não beneficiem de qualquer regime especial, legal ou regulamentar, de redução ou isenção tarifária.

Para além da redução tarifária, a Comunidade Intermunicipal tem, também, vindo a trabalhar na **implementação de um serviço de transporte flexível no território** que permita complementar e melhorar a oferta existente, tendo, nesse âmbito, sido realizado um estudo, que identifica as lacunas na oferta do Serviço Público de Transporte de Passageiros, no território da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, que se podem refletir na cobertura espacial – territórios não servidos, ou mal servidos - e na cobertura temporal – territórios não servidos nos períodos letivos e/ou nas férias escolares.

Assim, e tendo por base a informação e os resultados do estudo, a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a analisar as melhores soluções a aplicar em cada concelho, aliando os horários dos vários serviços disponíveis, em cada município, com os horários do futuro transporte flexível.

Neste sentido, no final do presente ano e início do próximo, irá ser iniciada a implementação de um serviço de transporte flexível, apoiado em serviço de táxi, nos municípios de Aguiar da Beira, Nelas, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, Tondela e Vouzela.

No presente ano, a CIM Viseu Dão Lafões aderiu, também, ao **Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP)**, o qual visa financiar o desenvolvimento de ações que promovam o reforço e a densificação da oferta de transporte público coletivo em zonas onde a penetração deste modo de transporte é mais reduzida e onde o potencial de ganhos de procura ao automóvel é superior, contribuindo assim para a promoção do transporte público coletivo, indução de padrões de mobilidade mais sustentáveis e descarbonização da mobilidade.

Com este financiamento, tem sido possível à CIM Viseu Dão Lafões e ao Município de Viseu reforçar os atuais serviços e a implementação de novos serviços de transporte público, nesta fase tão crítica em que a pandemia associada ao COVID-19 afetou todos os setores de atividade, incluindo o setor dos transportes que passou a ter de obedecer a novas regras e procedimentos, nomeadamente, quando à lotação dos transportes regulares e escolares, o que obrigou a uma reorganização e reforço das linhas de transporte da região.

Posto isto, a CIM Viseu Dão Lafões, durante o ano de 2021, irá continuar a desempenhar as suas competências em matéria de transporte público de passageiros, estando atenta a eventuais financiamentos do Fundo Ambiental e do Fundo para o Serviço Público de Transportes, que possam apoiar a capacitação da Comunidade Intermunicipal, enquanto Autoridade de Transportes, bem como apoiar a implementação de medidas que permitam aumentar a oferta de transporte e melhorar a qualidade de serviço, tendo em vista o aumento da utilização do transporte coletivo de passageiros em detrimento do transporte individual.

Neste âmbito, dar, também, nota que, embora a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) tenha emitido, em outubro de 2019, parecer prévio favorável, habilitando, assim, a CIM Viseu Dão

Lafões a proceder ao lançamento do concurso público internacional para a concessão do serviço público de transporte rodoviário de passageiros, e que o mesmo tenha sido efetivamente lançado, o referido concurso ficou deserto, não tendo nenhum concorrente apresentado propostas.

Neste sentido, a CIM Viseu Dão Lafões encontra-se a revistar todo o processo subjacente à concessão do serviço público de transporte rodoviário de passageiros que foi levado a concurso, aproveitando, ainda, para ajustar o mesmo à nova realidade associada à pandemia COVID-19, perspetivando-se, assim, que no início do ano de 2021, estejam reunidas condições para se proceder ao lançamento de um novo concurso público internacional, que irá permitir a implementação plena do novo quadro legal do RJSPTP, no território Viseu Dão Lafões.

Mobilidade Suave em Viseu Dão Lafões

Desde o ano de 2016 que, a Comunidade Intermunicipal tem ao seu dispor um importante instrumento de planeamento, ancorado numa estratégia de baixo teor de carbono - o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável de Viseu Dão Lafões -, o qual inclui a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável, e contém medidas que promovem a redução da emissão de gases com efeito estufa, e a diminuição da intensidade energética, promovendo, simultaneamente, o aumento da quota do transporte coletivo e dos modos suaves nas deslocações urbanas associadas à mobilidade quotidiana.

O referido Plano assenta, assim, na consensualização de uma estratégia de longo prazo, consubstanciada num conjunto de objetivos gerais e específicos compatíveis com o desenvolvimento económico, indutores de maior coesão social e orientados para a melhoria do ambiente urbano e da eficiência energética.

Desta forma, o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável de Viseu Dão Lafões configura um programa de ação de curto/médio prazo que articulará medidas de natureza técnica e política com intervenções infraestruturais, procurando maximizar a relação custo-benefício, em termos de objetivos preconizados, nomeadamente, os ambientais e energéticos.

Neste sentido, e dada a importância de promover investimentos em ações de descarbonização do território, em especial no que diz respeito ao setor dos transportes, o Programa Operacional Regional do Centro 2020 procedeu ao lançamento do aviso de concurso n.º CENTRO-06-2020-01, para apresentação de operações de carácter intermunicipal, cujo prazo de submissão termina no final do corrente ano.

Assim, a Comunidade Intermunicipal, em parceria com os seus municípios associados, encontra-se a preparar a candidatura “Mobilidade Suave em Viseu Dão Lafões”, para apresentar ao referido aviso, a qual irá compreender investimentos em ciclovias ou vias pedonais e em modos de transporte não motorizados para uso público, como bicicletas, e em sistemas de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte adequadas à articulação entre os territórios urbanos e os territórios de baixa densidade populacional, incluindo para as soluções flexíveis de transporte com utilização de formas de energia menos poluentes.

De referir que, este projeto irá promover a mobilidade urbana multimodal sustentável e a descarbonização do território Viseu Dão Lafões, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa e apoiando a transição para uma economia de baixo teor de carbono.

I. Gestão da Contratualização no âmbito do Portugal 2020

Este domínio estratégico visa a eficaz e eficiente gestão das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional Centro 2020 na Comunidade Intermunicipal, no âmbito da adenda ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial assinada entre as partes.

Assistência Técnica – contratualização no âmbito do Portugal 2020

O Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da “Estratégia Europa 2020” e as políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial, propôs, para o período de 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

Neste sentido, a 31 de agosto de 2015, foi assinado o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial de Viseu Dão Lafões entre a CIM e as Autoridades de Gestão dos vários Programas Operacionais, nomeadamente, Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020), Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (POSEUR), Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) e Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, tendo, já sido formalizadas duas alterações ao referido Pacto, a 2 de agosto de 2017 e a 7 de junho de 2019, respetivamente.

Com esta última alteração, o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial de Viseu Dão Lafões passou a contemplar um apoio global de fundo que totaliza 50.310.554,98€, repartido do seguinte modo:

- Programa Operacional Regional do Centro – 49.225.251,98€
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos – 280.000,00€
- Programa de Desenvolvimento rural do Continente 2014-2020 – 805.303,00€

No entanto, a situação de crise resultante da pandemia associada ao COVID-19 exigiu, ao Estado Português, um conjunto de medidas muito amplas, o que obrigou a Autoridade de Gestão do Centro 2020 a desencadear um processo de reprogramação do PO, o qual tem reflexos nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

A reprogramação do PO Centro 2020 procura, assim, enquadrar as respostas imediatas face à situação de emergência vivida no país, nomeadamente na área da saúde, depois as respostas de estabilização da situação económica e social, em especial no apoio às empresas e ao emprego e, por fim, as respostas de mais longo prazo para sustentar a retoma económica.

Neste sentido, a referida Autoridade de Gestão apresentou à CIM Viseu Dão Lafões uma proposta de revisão do seu Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, e consequente proposta de reafecção das dotações, a qual se encontra, ainda, em análise e em processo de negociação.

De referir que, em termos genéricos a proposta apresentada pela Autoridade de Gestão visa:

- O reforço do investimento na educação, por via do financiamento do Plano para a Transição Digital na Educação e da promoção do sucesso educativo, do apoio aos investimentos nas infraestruturas em curso e da remoção do amianto nas escolas (PI 10.1 e 10.5);
- O reforço do investimento nas infraestruturas da saúde em curso, que se encontravam subfinanciadas (PI 9.7);
- O reforço do investimento empresarial, através de um novo instrumento de apoio a pequenos investimentos para a modernização do tecido empresarial local, que assegure a manutenção dos postos de trabalho (PI 8.8);
- A redução do investimento associado à eficiência energética, beneficiando de apoio, apenas, os projetos já candidatados (PI 4.3);
- A anulação de todo o investimento destinado à inclusão social (PI 9.1).

Relativamente ao modelo de governação do Portugal 2020 e dos Programas Operacionais, este configura a contratualização com as comunidades intermunicipais, de parte dos respetivos fundos comunitários, como uma opção estratégica, tendo, em dezembro de 2015, sido formalizada a delegação de competências da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro na CIM Viseu Dão Lafões.

Do conjunto de competências delegadas, destaca-se a apreciação e análise de candidaturas e posteriores alterações às mesmas, a análise de pedidos de pagamento, e a realização de verificações físicas e documentais tendo em vista o encerramento das operações aprovadas.

Neste sentido, durante o ano de 2021, a estrutura de apoio técnico dará continuidade às atividades que têm vindo a ser desenvolvidas ao nível da análise da admissibilidade, técnico-financeira e de mérito das candidaturas apresentadas, análise de pedidos de reprogramação/alteração às operações aprovadas, validação da despesa associada às operações e realização de verificações ao local das operações.

De referir que, o trabalho do Organismo Intermédio incide não só nas candidaturas sinalizadas, pelos Municípios, no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, no âmbito das prioridades de investimento 4.3 (Eficiência Energética nos Edifícios Públicos), 6.3 (Infraestruturas Culturais), 9.7 (Infraestruturas da Saúde) e 10.5 (Infraestruturas de Educação), mas, também, nas candidaturas apresentadas pelas empresas ao SIZÉ – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego, no âmbito das prioridades de investimento 8.3 (Criação de emprego) e 8.8 (Desenvolvimento e criação de empresas).

Posto isto, em sede de orçamento estão previstas as despesas, consideradas elegíveis no âmbito da Assistência Técnica do Programa Operacional Regional do Centro, necessárias à execução do trabalho de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo desempenhado pela CIM Viseu Dão Lafões, enquanto Organismo Intermédio.

J. Preparação do próximo período de programação dos fundos da União Europeia

Esta linha estratégica visa a preparação do próximo período de programação dos fundos da União Europeia, nomeadamente da Estratégia Viseu Dão Lafões 2030, que deverá subordinar-se aos objetivos e opções definidos na estratégia para o país, bem como o acompanhamento e execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

Estratégia Viseu Dão Lafões 2030

A reflexão estratégica sobre o futuro de Portugal no médio e longo prazo é um exercício da maior importância, que o Governo quer realizar de forma abrangente, envolvendo os mais variados atores económicos e sociais.

De entre os diversos atores, destacam-se as Comunidades Intermunicipais, as quais têm vindo a assumir, nos últimos períodos de programação, um papel e uma importância crescentes no planeamento, gestão, monitorização e execução dos Fundos Europeus Estratégicos de Investimento, nos respetivos territórios NUTS III.

O reforço da afirmação da escala intermunicipal, enquanto instância de reflexão e planeamento estratégico, em particular no que respeita à gestão e execução dos fundos estruturais, parece uma tendência futura irreversível.

Assim, a criação de condições para que venham a ser dados saltos qualitativos significativos em matéria de planeamento requer o reconhecimento das experiências do passado, a fixação de um quadro de referência que permita e apoie a tomada de opções conscientes e fundamentadas e, por último, o aproveitamento do conhecimento dos atores locais.

Neste sentido, a CIM Viseu Dão Lafões deu início, no ano de 2019, ao processo de reflexão e planeamento estratégico que esta Comunidade Intermunicipal deverá liderar para a adequada preparação do próximo período de programação com incidência na respetiva NUTS III, o qual irá permitir dotar a região Viseu Dão Lafões de um documento referencial capaz de orientar as opções a tomar ao longo do processo de negociação e de programação.

Posto isto, no âmbito do referido processo, e tendo em vista a recolha de contributos para a revisão da Estratégia Viseu Dão Lafões e para a definição dos domínios prioritários, foram realizados vários workshops temáticos, a saber:

- Competitividade, Empresas e Empreendedorismo;
- Coesão Social;
- Turismo, Recursos e Atratividade;
- Educação, Qualificação e Competências;
- Alterações Climáticas, Prevenção de Riscos e Proteção Civil;
- Sistema Territorial Urbano / Rural;
- Ambiente, Energia e Economia Circular.

Estes workshops, que contaram com a participação dos principais atores chave da região, permitiram debater ideias, através de processos participativos de diagnóstico, bem como de ideação e cocriação, visando a definição da estratégia e das linhas de atuação futura.

De referir que, este processo irá dotar a sub-região Viseu Dão Lafões do conhecimento e dos instrumentos adequados que a posicionem favoravelmente para a preparação e negociação do próximo ciclo dos fundos estruturais, tendo em consideração as linhas gerais de prioridades, já definidas, para o pós 2020, nomeadamente:

I. INOVAÇÃO E CONHECIMENTO	Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação
II. QUALIFICAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO	Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional
III. SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA	Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica, assegurando simultaneamente a provisão e bens e serviços adequados a uma população envelhecida
IV. ENERGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética e de adaptação dos territórios às alterações climáticas, nomeadamente garantindo a gestão dos riscos associados
V. ECONOMIA DO MAR	Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar, a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos
VI. REDES E MERCADOS EXTERNOS	Assegurar a competitividade externa das cidades e regiões urbanas dos territórios atlânticos e dos territórios do interior
VII. COMPETITIVIDADE E COESÃO DOS TERRITÓRIOS DA BAIXA DENSIDADE	Reforçar a competitividade dos territórios da baixa densidade em torno de cidades médias, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e o desenvolvimento rural, diversificando a base económica para promover a sua convergência e garantindo a prestação de serviços públicos
VIII. AGRICULTURA E FLORESTAS	Promover um desenvolvimento agrícola competitivo com a valorização do regadio, a par de uma aposta estratégica reforçada na reforma florestal

Neste contexto, e tendo em consideração o documento “Síntese Estratégica e Domínios Prioritários de Ação”, elaborado no âmbito do processo de revisitação em curso, a CIM Viseu Dão Lafões já identificou, para cada uma das grandes áreas temáticas, os domínios prioritários, a saber:

Educação, Qualificação e Competências

- Sucesso Educativo e Escolar
- Aprendizagem ao longo da vida e empregabilidade
- Cooperação e gestão de competências

Coesão Social

- Envelhecimento ativo e qualidade de vidas das pessoas idosas e suas famílias
- Inclusão social, dinamização comunitária e cidadania
- Saúde mental e comunitária
- Inovação social e organizacional, trabalho em rede e qualificação da intervenção

Competitividade, Empresas e Empreendedorismo

- Contexto Competitivo e Performance Empresarial em Viseu Dão Lafões
- Dinâmicas Empreendedoras e Diferenciação Sustentável do Território

Turismo, Recursos e Atratividade

- As pessoas, território e Investimento

Ambiente, Transição energética e Economia Circular

- Ciclo urbano da água
- Resíduos sólidos e economia circular
- Transição energética

Alterações Climáticas, Prevenção de Riscos e Proteção Civil

- Adaptação às alterações climáticas e prevenção dos riscos

Sistema Territorial – Urbano Rural

- Centralidades, redes e sistemas territoriais
- Serviços de interesse geral
- Acessibilidade e mobilidade sustentável e inteligente

Plano de Recuperação e Resiliência

A pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 constitui uma emergência de saúde pública, à qual foi necessário dar uma resposta imediata no plano sanitário, pelo que, desde logo, o Governo viu-se obrigado a tomar um conjunto de medidas para travar o aumento exponencial de contágios, dotar o sistema de saúde dos meios necessários para garantir a capacidade de resposta e assegurar o fornecimento de bens e serviços essenciais ao funcionamento da economia.

Nó entanto, as medidas adotadas para controlar a doença em Portugal e na generalidade dos países tiveram um impacto direto na quebra do consumo das famílias e na atividade das empresas, o que motivou, por sua vez, a adoção de um conjunto de medidas excecionais, nomeadamente de apoio à liquidez das empresas e à manutenção de postos de trabalho, evitando assim a destruição irreversível de empregos e de capacidade produtiva e limitando a perda de rendimentos das famílias.

Posto isto, e não obstante das medidas de apoio aos trabalhadores, às famílias e às empresas, é necessário preparar a sociedade e as empresas para uma retoma mais sustentada da sua atividade,

até porque, a incerteza relativamente à evolução da pandemia não pode nem deve paralisar o país, pelo que é necessário preparar o caminho da recuperação.

Assim, às estratégias, planos e programas que o país tinha já em preparação, no âmbito dos normais exercícios orçamentais e da preparação do novo quadro financeiro plurianual europeu para 2021-2027, acresceram novos desafios decorrentes de fragilidades reveladas e agravadas pela pandemia da COVID-19, pelo que é necessário dar resposta a três grandes desafios: o do controlo e combate da pandemia; o da superação dos seus efeitos sociais e económicos, recuperando uma trajetória de crescimento sustentado; e, finalmente, o da construção de um futuro mais robusto, mais coeso e mais sustentável, capacitando o país para prosperar num contexto de mudança, adaptando-se às transições em curso, e garantindo a compatibilização de um processo de convergência externa com a coesão social e territorial, de forma a que ninguém seja deixado para trás.

Perante isto, é necessário criar condições para construir uma economia socialmente justa, digital, verde e competitiva, baseada num amplo consenso nacional, que possa contribuir para a criação de emprego e de bem-estar social, dando passos seguros para o desenvolvimento harmonioso do país, diminuindo as assimetrias económicas, sociais e do território.

Neste contexto surgiu o Plano de Recuperação e Resiliência, o qual se estrutura em três dimensões – a resiliência, a transição climática e a transição digital –, que por sua vez se desenvolvem em nove roteiros para a retoma do crescimento sustentável e inclusivo.

Sobre o domínio da **resiliência**, pretende-se estimular uma retoma consequente, inclusiva e duradoura face a um severo choque exógeno, com bases robustas que preparem o país para choques futuros. Para o efeito, as opções nacionais focam-se em três prioridades, traduzidas nos seguintes roteiros: a redução das vulnerabilidades sociais; o reforço do potencial produtivo nacional e das condições para a retenção e criação de emprego; e a ambição de assegurar um território simultaneamente competitivo e coeso.

No âmbito da **transição climática** é necessário assegurar um caminho que proporcione a criação de mais riqueza com menos emissões e com menor consumo de energia, mitigando os efeitos das alterações climáticas. Assim, as opções nacionais assentam em três prioridades traduzidas nos seguintes roteiros: a mobilidade sustentável; a descarbonização da indústria e a bioeconomia; e a eficiência energética e fontes renováveis de energia.

Na era da quarta revolução industrial, caracterizada pela digitalização exponencial da sociedade e da economia, a **transição digital** assume, também, inegável importância enquanto um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento do país. Neste contexto, e considerando que, apesar dos esforços desenvolvidos, existem constrangimentos a ultrapassar, designadamente quanto à capacitação para a digitalização, e para assegurar que Portugal acelera a transição para uma economia e sociedade mais digitalizadas, no âmbito deste Plano as opções nacionais assentam em três prioridades, traduzidas nos seguintes roteiros: a digitalização da escola; a digitalização das empresas; e a digitalização da administração pública.



Posto isto, o Plano de Recuperação e Resiliência vai exigir um elevado grau de coordenação entre os diferentes atores, pelo que, desde a coordenação política até ao nível de acompanhamento, será necessário criar fluxos de informação e contextos de decisão que garantam a necessária celeridade e desburocratização, sem, contudo, comprometer os adequados níveis de transparência e rigor na aplicação dos recursos públicos.

Neste contexto, a CIM Viseu Dão Lafões tem acompanhado de perto este processo, participando em reuniões onde é apresentado o Plano de Recuperação e Resiliência e como está pensada a sua aplicação no terreno, e considera que o planeamento e a gestão deste Plano deverá, obrigatoriamente, de contar com o reforço do papel, da participação e do envolvimento ativo das Comunidades Intermunicipais.

Assim, o Conselho intermunicipal considera que os Municípios e as Comunidades Intermunicipais, devem e têm de ser parceiros ativos na definição e consequente implementação de tais estratégias, até porque, as Comunidades Intermunicipais são, hoje, atores incontornáveis nos espaços sub-regionais ao corporizarem e darem conteúdo à cooperação entre municípios, mas, também, como catalisadores de redes institucionais alargadas, cuja importância estratégica para a promoção do desenvolvimento económico, cultural, social e ambiental e para a afirmação regional, não é demais sublinhar.

Perante isto, a CIM Viseu Dão Lafões desencadeou uma iniciativa, a que se juntaram as restantes Comunidades Intermunicipais da Região Centro, e apresentaram, na reunião do Conselho Regional, do passado dia 4 de novembro, uma proposta com um conjunto de princípios e de orientações que julgam ser decisivos para que a Região Centro seja mais competitiva e mais coesa social e economicamente.

Assim, as Comunidades Intermunicipais da Região Centro, defendem, que um Pacto Regional, coordenado e liderado pela CCDR do Centro, deverá ser o instrumento que permitirá que todos os territórios deem o seu contributo e participem na execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

Neste sentido, as oito Comunidades Intermunicipais da Região Centro apresentaram, também, à escala de cada uma das NUT III, qual o investimento estruturante, estratégico, chave e prioritário para cada um dos seus territórios, tendo a proposta merecido a aprovação do Conselho Regional.

Dar nota que, no território da CIM Viseu Dão Lafões foi apresentado como projeto estruturante a “Criação do Centro Oncológico no Centro Hospitalar Tondela/Viseu | Criação e reforço da rede de Psiquiatria e de Cuidados Continuados”.

Para além disso, a CIM Viseu Dão Lafões, juntamente com os seus municípios, está a identificar projetos municipais, nas áreas da saúde, infraestruturas de educação, “missing links”, ciclo urbano da água, habitação social, património cultural e eficiência energética, bem como projetos intermunicipais, nas áreas da proteção civil, prevenção de riscos, floresta, mobilidade, transição digital e infraestruturização da rede das áreas de acolhimento empresarial, para serem realizados no âmbito deste mecanismo financeiro.

Posto isto, o Conselho Intermunicipal irá continuar a acompanhar este processo, tão importante para o desenvolvimento do território, e para tonar a economia de Viseu Dão Lafões mais sustentável social, ambiental e economicamente, mais resiliente, mais inclusiva, mais eficiente na gestão dos recursos, mais digitalizada, mais inovadora, mais interconectada e capaz de competir à escala nacional.

K. Reforço da identidade Viseu Dão Lafões, organização e gestão interna

Com esta linha de ação pretende-se consolidar e reforçar junto dos habitantes da região a identidade Viseu Dão Lafões, promover a divulgação da Comunidade Intermunicipal enquanto instituição, bem como dotar a CIM dos meios humanos e físicos necessários para o exercício da sua atividade.

Promoção e Divulgação / Reforçar a Identidade Viseu Dão Lafões

Ao longo dos últimos anos tem sido efetuada uma grande aposta na promoção e divulgação da imagem da CIM e da região Viseu Dão Lafões, através dos projetos de âmbito cultural, nomeadamente dos espetáculos da Rede Cultural Viseu Dão Lafões que têm percorrido o território, da implementação de sinalização turística em diversos recursos naturais, das iniciativas desencadeadas ao nível da proteção civil, nomeadamente ao nível da criação de brigadas de sapadores florestais e do desenvolvimento da plataforma VIGIA, da promoção dos produtos turísticos integrados, da promoção do sucesso educativo, dos projetos de comunicação/informação envolvendo as TIC, entre outros.

Para além disso, e por forma a facilitar este processo de promoção, foi lançado, no passado mês de julho, um novo site da CIM Viseu Dão Lafões, com um design mais atual e atrativo, o qual disponibiliza, novas funcionalidades e uma navegação mais intuitiva a todos os que o visitam.

Assim, durante o ano de 2021, é pretensão da Comunidade Intermunicipal e dos seus Municípios associados, continuar a intensificar e reforçar a identidade de Viseu Dão Lafões, quer no interior da Região quer no exterior, através da realização das seguintes ações:

- Consolidação do site e do facebook como canais privilegiados de comunicação;
- Publicação do boletim informativo de divulgação das atividades da Comunidade e de cada um dos municípios associados;
- Produção de material promocional da Comunidade Intermunicipal;
- Publicação de newsletters digitais da “Marca Viseu Dão Lafões”, da “Rede Cultural Viseu Dão Lafões” e da “Rede Regional de Empreendedorismo”;

- Assessoria de imprensa, através da elaboração e difusão de press releases sobre os aspetos mais relevantes da atividade desenvolvida, organização e divulgação de conferências de imprensa e assistência aos pedidos de informação de órgãos de comunicação social.

Revista Beira Alta

No âmbito da identidade da região, destacamos, também, a Revista Beira Alta, publicada desde 1942, e que compreende diversificadas temáticas, num dilatado espectro de subdomínios de conhecimento de áreas da história, história da arte, etnografia, literatura, música, etc., numa abrangência geográfica alargada, que abrange todo o território da Beira Alta.

A Revista potencia o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento, não apenas na tessitura da região, mas, também, no quadro das dinâmicas e relações com o resto do território nacional e/ou internacional, tendo vindo a assumir, ao longo dos anos, manifesta relevância na disponibilização de estudos relativos ao território da Beira Alta, motivando muitos investigadores ao desenvolvimento de trabalhos e pesquisas para integrem esta publicação periódica.

Lançada em 1942 pela Junta da Província, a Revista transitou para a Junta Distrital de Viseu em 1960 e, posteriormente, em 1978, para a Assembleia Distrital de Viseu, recentemente extinta, tendo o projeto sido assumido, a partir de 2015, pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, enquadrado na transferência da Universalidade Jurídica Indivisível da Assembleia Distrital para este organismo intermunicipal, o qual, mantendo a identidade da Revista, pretende a sua continuada valorização.

Neste sentido, a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a apostar na valorização da Revista Beira Alta, tendo para o efeito criado um site, destinado à divulgação, promoção e comercialização da Revista, a partir do qual é possível, entre outras capacidades, consultar a coleção de edições impressa, as sínteses dos seus artigos, e subscrever, adquirir edições ou conteúdos específicos.

Posto isto, no ano de 2021, a CIM Viseu Dão Lafões irá dar continuidade a este projeto, estando prevista a produção de uma nova edição da Revista Beira Alta, a realização de uma sessão pública para lançamento da mesma, bem como a continua dinamização do site.

Organização e gestão interna da CIM

Durante o ano de 2021, torna-se necessário dar continuidade ao desenvolvimento de um conjunto de ações que visem, fundamentalmente, a capacitação institucional e o reforço da componente de organização e gestão interna da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

Assim, a Comunidade Intermunicipal irá desencadear o seguinte conjunto de ações:

- i. Aquisição de equipamento informático, software e equipamento administrativo, por forma a dotar a Comunidade dos meios necessários à execução das atividades previstas;
- ii. Contratação de técnicos para as várias unidades (conforme mapa de pessoal) tendo em conta o previsível aumento de atividade da CIM para o próximo ano, fruto da assunção de atribuições e competências enquanto Autoridade de Transportes e na área da proteção civil;

- iii. Manutenção e adequação das instalações existentes às necessidades dos serviços;
- iv. Contratação de serviços no âmbito da certificação legal de contas da CIM Viseu Dão Lafões;
- v. Contratação de serviços de assessoria estratégica no âmbito das finanças locais e gestão autárquica;
- vi. Contratação de serviços de assessoria jurídica;
- vii. Contratação de serviços de delegação permanente em Bruxelas para desenvolver ações de aproximação e representação a favor das Comunidades Intermunicipais da região Centro junto de instituições da União Europeia.

Tondela, 13 de novembro de 2020

5. ANEXOS

5.1 ORÇAMENTOS DE ENTIDADES CONTROLADAS

(Nº2 do art.º 42º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro)

Declaração

Luís Nuno Tenreiro da Cruz Matoso Martinho, Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, declara que, para efeitos do disposto no nº2 do art.º 42º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões não detém participações em quaisquer entidades.

Por ser verdade, passo a presente declaração que vai ser assinada por mim e autenticada com o Selo Branco, em uso, na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

Tondela, 13 de novembro de 2020

O Secretário Executivo



(Nuno Martinho, Dr.)

5.2 RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS RESULTANTES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

(N.º3 do art.º 42.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro)

Declaração

Luís Nuno Tenreiro da Cruz Matoso Martinho, Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, declara que, para efeitos do disposto no nº3 do art.º 42º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais ascende a:

ANO	TOTAL DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS
2021	5.380.247,15
2022	941.848,14
2023	15.779,98
2024 e seguintes (acumulado)	147.001,44
TOAL GLOBAL	6.484.876,71

Por ser verdade, passo a presente declaração que vai ser assinada por mim e autenticada com o Selo Branco, em uso, na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

Tondela, 13 de novembro de 2020

O Secretário Executivo

(Nuno Martinho, Dr.)